

## **Assembleia Municipal da Guarda**

### **Ata**

#### **Sessão Ordinária de Vinte e Sete de Setembro de Dois Mil e Vinte e Três**

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, teve início, na sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo a Mesa constituída pelos seguintes elementos: Presidente, José Carlos Travassos Relva; Primeiro Secretário, António Carlos Saraiva Fernandes e Segunda Secretária, Maria da Graça da Fonseca Soares Rodrigues. De seguida, procede-se à transcrição da mesma. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Estão presentes setenta e cinco Deputados Municipais, pelo que temos quórum para iniciar a sessão. Cumprimentar os senhores Deputados, as senhoras Deputadas, os senhores e as senhoras Presidentes de Junta, o senhor Presidente da Câmara, as senhoras e os senhores Vereadores, quem assiste presencialmente e pelos meios sociais. Cumprimentar os senhores funcionários da Câmara Municipal, os presentes e os que se encontram no edifício. Começaria por dar conhecimento das substituições. Do grupo municipal Pela Guarda: falta José António Quelhas Gaspar, é substituído por Lídia Lucas Teles Matos Aleixo; falta Luísa Margarida Gonçalves dos Santos, é substituída por Telmo Filipe Carvalho Vaz; falta António Pereira de Oliveira, é substituído por Paula Cristina Barbas dos Santos Palos. Do grupo municipal do PSD: falta Rodolfo Alberto Baldaia de Queirós, é substituído por Maria Manuela Rodrigues Pereira Monteiro; falta Pedro Jorge Vilarinho Martins Lourenço Nobre, é substituído por Sara Cristina Paulo Ramos; falta Lucinda Lourenço Fernandes, é substituída por Rodrigo Pires Besteiro. Do grupo municipal do Partido Socialista, falta Ana Mendes Godinho, é substituída por Liliana Alexandra Palos Almeida. Das Juntas de Freguesia, falta o Presidente da Junta de Freguesia da Guarda, João José Pina Prata, é substituído pela Secretária, Anabela Guerra da Cunha; falta a Presidente da Junta de Freguesia de Meios, Maria Teresa Teles Cabral, é substituída pelo Tesoureiro, Paulo Jorge Nascimento Pina; falta a Presidente da Junta de Freguesia da Faia, Liliana Filipa Brás Santos, é substituída pela Secretária, Maria de Lurdes Máxima Pires. -----

Entrando na ordem de trabalhos, há duas intervenções solicitadas pelo público. O Engenheiro Luís Aragão e o Doutor Aires Antunes Diniz. O primeiro a inscrever-se foi o Engenheiro Luís Aragão, a quem eu dava a palavra por cinco minutos. Faça favor.” -----

- **Luís Manuel de Sousa Aragão:** “Bom dia a todos. Em 28 de Fevereiro, fiz uma intervenção levantando uma série de questões por causa das obras particulares. Passados sete meses continuam por resolver. Mais do que questões de mudanças de chefias, que mais uma vez não resultaram, o que é preciso fazer é uma mudança de mentalidades, uma mudança na forma de agir. É ver como se pode arranjar uma maneira para resolver um problema e não como ser mais um problema. A Câmara Municipal esforça-se por dinamizar o concelho e a cidade com eventos para atrair pessoas, o que tem conseguido com sucesso. No entanto, quando essas mesmas pessoas têm que ir à Câmara para resolver qualquer questão, já não é a mesma Câmara. É tudo difícil e é só problemas. Para chegar à fala com alguém é uma dificuldade. Ultimamente, chegou-se ao ponto de dizerem que é preciso telefonar para marcar, para se poder telefonar. Mas depois também ninguém atende, não há problema. Vou dar mais um exemplo com um caso concreto. A Dona Alice, em 20 de outubro de 2014, após uma ação de fiscalização foi dado conta que estavam a mudar a estrutura da cobertura. Foi dado entrada de um projeto de estabilidade de alteração da estrutura da cobertura que era em madeira para metálica. Hoje já não era preciso. Em abril de 2015 levantaram a questão de que o que estava construído não estava exatamente igual ao que tinha sido licenciado nos anos 70. Era preciso fazer retificações de áreas. E em 3 de abril de 2020 foi finalmente possível ter a documentação para dar entrada de um processo de legalização da alteração do projeto de arquitetura. Um ano depois, em 5 de abril de 2021, foi dado entrada de um pedido de direito à informação, por não haver nenhuma resposta. Em 8 de março de 2022, conseguiu-se, após aprovação da arquitetura, dar entrada das especialidades. Em 27 de setembro de 2023, hoje, depois de muita reclamação, pedido, pressões, ameaças, ainda não temos a licença de utilização. Está quase a sair, mas ainda não a temos. Portanto, eu diria, não vou para 2014 quando começou o processo, vou para 2020, de 2020 até hoje, para legalizar uma casa que estava construída numa aldeia com bastante gente ainda, foram necessários três anos para conseguir resolver o problema. Isto não podia acontecer. Um outro exemplo. Os nomes que eu estou a dar são nomes reais, mas

não me vou alongar mais. A Ana deu entrada de um projeto de alterações no decorrer da obra, em junho de 2022. Em 27 de setembro de 2023, hoje, ainda não teve qualquer resposta. Um ano e dois meses depois. Isto não podia acontecer. Outro exemplo, o José Filipe passou mais de um ano à espera de uma resposta por causa de uma alteração da classificação do solo. Isto não podia acontecer. É por causa destes exemplos que a forma como está organizado o setor das obras particulares tem que mudar. A transição para o digital, que é algo que anda por todo lado, continua à espera do quê? Falei nisto quando foi noutra intervenção. Estava em fase de conclusão. Até hoje ainda não foi concluído o processo. Os gestores de processo estão a fazer o quê? Servem para quê? Deviam ser as pessoas que iam dinamizar todo o procedimento, quer junto dos técnicos da autarquia, quer junto dos técnicos que desenvolvem os trabalhos. Não. Senhor Presidente, para quando uma verdadeira mudança no funcionamento do setor das obras particulares, de modo a que a Câmara da Guarda passe a ser uma referência pela positiva e não pela negativa? O problema da falta de construção de habitação é um problema a nível nacional, com falta de habitações no topo da lista. A legislação que temos é também um problema, como provam as várias tentativas para a sua alteração pela denominada “Mais Habitação”. A alteração do PRR, com a aprovação e o louvor da União Europeia para a habitação, o “Primeiro Direito”, levanta uma série de questões. É exequível nos prazos previstos? A Câmara da Guarda mudou também a Estratégia Local de Habitação, com investimentos de 22 milhões de euros até 2026. Setenta e quatro imóveis, trinta e seis do Município, trinta e oito de Juntas de Freguesia, IPSS, Comissões Fabriqueiras. Não posso deixar de levantar, face a isto que referi aqui, uma série de questões. É possível, neste espaço de tempo, 2026, portanto, estamos a falar em três anos, reconstruir ou construir setenta e quatro imóveis com a dinâmica que a Câmara tem? O setor privado, as empresas de construção, os gabinetes de projeto, têm capacidade para dar resposta a esta solicitação, boa, mas a esta solicitação que agora a Câmara faz? Vontade, a gente sabe que há, porque senão não faziam esta afirmação de quererem gastar 22 milhões de euros até 2026. Mas será que há capacidade de resposta? Deixo a pergunta no ar. Peço desculpa, não posso ficar, por compromissos profissionais, para ouvir uma resposta. Mas terei o cuidado de ver a gravação. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Engenheiro, muito obrigado. Dava, agora, a palavra ao Doutor Aires Antunes Diniz. Não sei se está na sala. Está.” -----

- **Aires Antunes Diniz:** “Bom dia a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssima Mesa desta Assembleia Municipal, Caríssimos Deputados e Deputadas, Funcionários do Município, Munícipes presentes e todos os que me ouvem através da Rádio e da Internet. Aceitei, como era meu dever, o convite que o senhor Presidente da Câmara me dirigiu há uns meses para pertencer à Comissão Executiva das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e sempre estive nas reuniões para as quais fui convocado. Mas desde há muito que nenhuma se realiza e tenho-me dirigido à funcionária, que julgo encarregada de acompanhar e facilitar os trabalhos da Comissão Executiva, a saber de notícias sobre o andamento dos trabalhos. Pediu-me, esta, ideias e eu, logo que pude, dei-as, mas o retorno foi quase nulo e desde fevereiro passado fiquei à espera de uma resposta clara: um sim ou um não que deve ser dado pela Comissão e pela Câmara, pois uma qualquer resposta implica uso de recursos e o funcionamento dos mecanismos democráticos que devem gerar consensos e potenciar sinergias. Propus então dois temas. Como sou da área da educação, o primeiro tema é o da dualidade do Ensino Secundário Liceal ou Técnico ao Ensino Secundário Unificado. O segundo, do Magistério Primário/Ensino Infantil/Enfermagem ao Ensino Universitário Politécnico. Esses dois trabalhos já estão. O último está avançado, o outro está no início. Tenho tido o acompanhamento de um amigo que viveu estes tempos e que eu vivi com menos atenção porque era mais jovem, mas que agora estou muito interessado. Tenho ainda um trabalho já elaborado sobre os médicos de partido, um SNS ancestral (que vem do tempo da Rainha D. Leonor ou até, se calhar, antes) e a criação do SNS na Guarda que pode ser utilizado, se for considerado útil, para comemorar e valorizar o SNS de Abril. E já tenho outra ideia para completar o meu trabalho, que é um pouco da história da saúde na Guarda com os testemunhos dos médicos e enfermeiros e outras pessoas que saibam, e completar esse trabalho com testemunhos. Ainda ontem um amigo meu, que é meu colega de curso, veio-me pedir um artigo que eu publiquei na Revista Praça Velha, em 2017. A revista já está esgotada, pelo menos foi aquilo que me disseram ontem, e eu lá arranjei forma de ele levar uma cópia do artigo. Portanto, há interesse nestas histórias. Infelizmente, não obtive, até este momento, qualquer resposta. E assim

perdi, e perdemos todos, com certeza, tempo precioso. Agora, os projetos que eu penso que temos que realizar. Há que organizar publicações sobre as realizações que evidenciam como a nossa Democracia nos tornou mais felizes, saudáveis e cultos e ainda construir monumentos que perpetuem a memória das comemorações que devemos concretizar, pois há que defender a Cultura Portuguesa, a Escola Pública e o SNS. Há ainda que recolher filmes e vídeos sobre o período antes e depois do 25 de Abril de 1974 que existem no Arquivo da RTP e ainda fotografias sobre a nossa região. Podemos, a partir desta ideia, avançar para uma ideia mais larga que é a de criar um centro de memória sobre o 25 de Abril, procurando retratar ou definir o que a Guarda era antes e o que é agora, tentando perceber o que fizemos e o que devíamos ter feito. Eu já estou a elaborar um dos trabalhos que propus, já disse isso há pedacinho, e começarei em breve a fazer o outro que já está iniciado. Já tenho cinco livros que um amigo meu me emprestou e tenho outros trabalhos que já fiz sobre isso. Mas posso fazê-lo só até certo ponto, pois devo parar se não tiver consentimento ou apoio da vontade firme da Comissão Executiva e da Autarquia. O resto farei sozinho, como tenho feito muita coisa. Também gostaria de saber como se articula esta Comissão Executiva e a Autarquia com a Estrutura de Missão que promove e organiza as comemorações do quinquagésimo aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2021, de 4 de junho, que compreende uma Comissão Executiva responsável pela elaboração e concretização do respetivo programa oficial. Portanto, eu acho que aqui a nossa Autarquia devia articular-se com esta comissão. Há que preservar a memória coletiva dos tempos odiosos que vivemos antes do 25 de Abril de 1974 que nos levou a emigrar (a solto, votando com os pés, não se podia votar nas urnas) não só localmente, mas também a nível nacional para que não haja retrocessos na nossa vivência democrática. Venho, por isso, alertar a Câmara e a Assembleia Municipal para quebrar o imobilismo que afeta a equipa escolhida inicialmente, e que mais uma vez nos prejudica, dando de nós uma imagem de ineficácia e de incapacidade de realizar alguma coisa. Foi o imobilismo que nos derrotou na Candidatura a Capital Europeia da Cultura e espero que não sejamos, mais uma vez, derrotados por esta nossa indolência ou modorra. Disse. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Passava, agora, se me permitem, à votação da ata da Assembleia de 28 de junho de 2023. Alguma senhora Deputada, ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre a ata que foi enviada? Então, colocava a ata à votação.” -----

- **Resultado da votação da ata do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e três. --**

- Aprovada, por maioria, com setenta e cinco votos a favor e uma abstenção. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Entrando no período de antes da ordem do dia, permitia-me sugerir ao CDS, ao PSD e ao PS: cada um dos três grupos apresentou uma moção sobre a Rádio Altitude (relativamente ao óbito do José Domingos, há dois votos de pesar apresentados pelo PS e pelo PSD) sugeria, se me permitem, saindo um pouco da ordem da inscrição, daria a palavra ao CDS sobre este tema, sobre a Rádio Altitude, daria de imediato a palavra ao PSD sobre o mesmo tema e ao PS e depois votaríamos, se fosse possível, a moção, em conjunto. Senhora Deputada, faça favor, sobre este tema.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Bom dia a todos, Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Público presente. Propomos um Voto de Louvor à Rádio Altitude, uma instituição que, ao celebrar os seus 75 anos de existência na cidade da Guarda, demonstra a sua relevância e importância na vida da comunidade local. Ao longo de várias décadas, a Rádio Altitude tem desempenhado um papel fundamental na promoção da cultura, informação e entretenimento na região da Guarda. Com a sua programação diversificada, tem sido uma fonte de ligação entre os habitantes da cidade e arredores, mantendo todos informados sobre os acontecimentos locais, nacionais e até internacionais. A Rádio Altitude também tem sido um veículo de divulgação das tradições culturais da região, apoiando eventos locais, artistas e projetos que enriquecem a vida cultural da Guarda. A sua dedicação e compromisso com a comunidade ao longo destes 75 anos merecem o nosso reconhecimento e gratidão. A cidade da Guarda e a Assembleia Municipal devem prestar homenagem à Rádio Altitude por todo o trabalho incansável que tem realizado em prol do bem-estar e do desenvolvimento desta região. É um voto de louvor à Rádio Altitude pelos seus 75 anos

de contribuição inestimável para a nossa cidade e comunidade: que continue a iluminar a Guarda com a sua voz e a ser uma fonte de inspiração e informação para as gerações futuras.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O resto das moções viria, depois, a seguir. Dava agora a palavra ao PSD.” -----

- **Helena Saraiva, Deputada (PSD):** “Bom dia a todos. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento todos os presentes e os que assistem à distância a esta sessão da Assembleia Municipal. Quero, no entanto, pedir, desde já, para acrescentar mais dois Votos de Congratulações ou de Louvor. Um, pelo percurso e pela atribuição, muito recente, de Medalha de Mérito Científico ao Professor Doutor Carvalho Rodrigues, que também foi Presidente desta Assembleia Municipal. E, portanto, a atribuição da Medalha de Mérito Científico pela Ministra do Ensino Superior é de todo relevante e penso que devemos juntar, visto que não tenho outra oportunidade, a este Voto de Louvor ou Voto de Congratulações. Ainda gostaria de acrescentar um outro Voto de Congratulações pela organização e pela excelência dessa organização do 9º Encontro dos Professores de Física e Química, que decorreu recentemente. Eu, por experiência pessoal, e permitam-me o desabafo, sei que é muito difícil trazer um evento destes para a Guarda. É preciso ser persistente, é preciso ser resiliente e é até preciso ser teimoso, porque a Guarda está sempre longe de tudo, está longe dos aeroportos, está longe de quase todas as cidades portuguesas e ainda para mais tem um grande inconveniente, é que na Guarda neva, às vezes até neva em setembro. Não é muito provável, mas também não é inusitado. Portanto, os nossos votos de muitos parabéns pelo trabalho elaborado e pelo sucesso do encontro. Indo agora, finalmente, ao Voto de Congratulações ou de Louvor pelos 75 anos da Rádio Altitude, portanto, o grupo parlamentar do PSD, juntamente com os outros grupos parlamentares, parece que é uma questão unânime, vem propor um Voto de Congratulação e de Louvor pelo percurso e respetiva relevância da rádio local mais antiga do país. Portanto, dizer que é a mais antiga do país é, em si, algo que a distingue, pois, uma rádio local, com esta duração, não é algo vulgar, não é uma situação vulgar. A Rádio Altitude é um exemplo de adaptação ao longo dos anos, tendo nascido em circunstâncias muito específicas e que todos nós conhecemos e também muito próximas

à história da cidade da Guarda. Surgiu, como todos sabemos, ligada à atividade do Sanatório Sousa Martins, numa altura em que a Guarda era uma referência no tratamento de uma doença muito grave e que, portanto, surgiu assim nessas circunstâncias, há três quartos do século. A Rádio Alitude tem-se mantido, também, no mesmo local, desde a sua criação, o que em si é também um sinal de grande estabilidade e talvez possa merecer, no futuro próximo, o estatuto de museu da rádio. Quem sabe? No entanto, foi sempre também o exemplo de entidade em evolução e constante adaptação aos tempos, acompanhando sempre e de muito por perto e de forma muito vívida, a vida social, económica e política da nossa cidade. A Rádio Atitude sempre foi e continua a ser a entidade que dá a notícia ou/e que a confirma, sobre o que aconteceu, o que está para acontecer e o que se prevê que aconteça no futuro próximo na Guarda, sentindo sempre o pulsar desta com uma grande intensidade. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda não pode deixar de se congratular com os recentemente cumpridos 75 anos de emissão constante, em que tem desenvolvido sempre trabalho em forte consonância com o seu meio envolvente, quer o meio mais próximo, quer o meio mais longínquo. E, desta forma, através deste Voto de Congratulação, desejamos a continuação de um profícuo trabalho à Rádio Alitude e aos seus atuais e anteriores colaboradores e, da mesma forma, aos seus responsáveis, endereçando os parabéns pelo invulgar marco atingido e desejando as maiores felicidades para a sua atividade futura. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Dava agora a palavra ao representante... Já resolvemos. Faça favor, representante do Partido Socialista. Já está? Muito obrigado, peço desculpa.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, todos os presentes. É com orgulho, respeito e reverência que lembramos hoje a inauguração, no dia 29 de julho de 1948, da Rádio Alitude. Há 75 anos, dentro do Sanatório de Sousa Martins, na cidade com o ar mais puro do país, a Guarda, pela vontade e determinação de um dos doentes pulmonares ali internados, José Maria Pedrosa, a Rádio Alitude iniciou emissões regulares, tornando-se na rádio local mais antiga de Portugal e uma das pioneiras na Europa. Destinada inicialmente a proporcionar à comunidade de doentes do Sanatório de Sousa

Martins as poucas distrações compatíveis com a rotina monótona dos tratamentos à tuberculose, ao longo do tempo foi tendo várias frequências radiofónicas e a sua emissão chegou à região do interior norte, designadamente aos distritos da Guarda, de Castelo Branco e de Viseu. Com programação estruturada e serviços informativos regulares a partir do início da década de 60, a Rádio Altitude foi pioneira no jornalismo regional e, através da música divulgada, conseguiu fazer passar mensagens de liberdade que reuniram vontades que posteriormente se encontraram para saudar a revolução de Abril. A Assembleia Municipal associa-se às comemorações das bodas de diamante da Rádio Altitude, saudando os responsáveis e colaboradores que, desde a sua génese até aos dias de hoje, foram contribuindo para o desenvolvimento da cultura e da democracia na Guarda e restante região norte do interior do país e propõe um Voto de Louvor.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre estes Votos de Louvor? Faça favor.”

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente e Mesa, Executivo, Senhores Deputados, todas as pessoas que nos estejam a ouvir, Senhores Presidentes de Junta. É óbvio que nos associamos a tudo quanto foi dito. E digo em relação, aqui, também, ao que disse a moção na proposta do PSD. Se, daqui a uns anos, estivermos a dizer, sobre o Museu da Rádio que tem que ser feito, aquilo que podíamos dizer hoje sobre o Museu da Saúde, no mesmo espaço, que deixámos perder peças para outros lados, falhámos todos. Devemos aos fundadores que foram melhores do que nós, devemos aos Carvalho Rodrigues deste mundo também, devemos aos inovadores do distrito e que por aqui passam, que se faça um Museu como deve ser. E todos somos poucos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja usar da palavra. Penso que não. Colocaria, então, o Voto de Louvor único à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Louvor** -----  
----- **À Rádio Altitude** -----  
- Aprovado, por unanimidade, com setenta e cinco votos a favor. -----  
-----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada Cláudia Guedes. Tem duas Recomendações. Faça favor de usar da palavra.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “A minha primeira Recomendação tem a ver com cultura. Tem a ver com a criação de um Passe Cultura no Município da Guarda. Falar de Cultura é falar de pessoas, da comunidade e suas interações. A Cultura é a manifestação das formas de expressão, crenças, valores, costumes e tradições que caracterizam uma sociedade ou grupo de pessoas. É a Cultura que molda a identidade de um povo. É dinâmica e está em constante evolução, sendo influenciada por fatores e agentes que se predispõem em torno da comunidade, de forma incessante. O Passe Cultura do Município da Guarda é um programa de cariz social e comunitário, cuja existência e funcionamento será obrigatoriamente da responsabilidade do Executivo Municipal da Guarda, permitindo aos cidadãos residentes no concelho da Guarda benefícios no acesso a eventos culturais e artísticos destinados ao público, em todo o concelho da Guarda. Este programa é uma forma de incentivar a participação e o acesso à cultura aos cidadãos do município, combatendo o afastamento destes relativamente aos eventos de cariz cultural e artístico. Pretende-se o aumento do número de visitantes, bem como a utilização mais frequente das instalações dedicadas às atividades culturais e artísticas existentes no concelho da Guarda, bem como o aumento da literacia cultural e artística das populações residentes. Os eventos e equipamentos abrangidos por este Passe Cultura são os que estão sob a gestão direta da Câmara Municipal da Guarda, bem como outras entidades de cariz privado que se mostrem recetivas a participar como parte integrante neste programa através de parcerias. A Guarda deseja evoluir com as suas gentes e necessita das suas gentes e das suas tradições para poder evoluir. O grupo municipal do CDS propõe ao Executivo Municipal uma nova forma de perceber e olhar para os agentes produtores de arte e cultura, para a população do concelho enquanto consumidores de cultura, desejando uma maior interação entre agentes culturais. Neste sentido, recomendamos: criar um regulamento municipal de utilização do “Passe Cultura do Município da Guarda”; criar a emissão de um cartão denominado “Passe Cultura”, podendo ser físico ou online, que oferece gratuidade ou descontos aos cidadãos residentes no concelho da Guarda, no acesso às estruturas dedicadas à produção ou exibição de eventos culturais e artísticos; realizar um levantamento

pormenorizado das infraestruturas culturais públicas ou privadas, instaladas no território geográfico do município da Guarda, que pretendem ser parceiros da medida “Passe Cultura”; promover uma campanha de sensibilização vocacionada ao público em geral residente nos territórios do concelho da Guarda, por forma a incentivar os cidadãos a aderirem ao “Passe Cultura”, promovendo uma campanha de informação, certificando que as informações sobre o evento sejam amplamente divulgadas pela população; incentivar o público a visitar e a descobrir as diversas infraestruturas e equipamentos culturais e artísticos, instalados neste concelho; promover ações de informação públicas acerca das diversas vertentes da arte e cultura; promover junto dos cidadãos a necessidade da existência de boas práticas na utilização e manutenção dos recursos culturais e artísticos edificados no concelho da Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Tem uma segunda Recomendação sobre a organização de uma feira e depois ainda tem um Voto de Protesto. Faça favor de gerir o seu tempo. Muito obrigado.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Sim. O meu voto de protesto, será... Miguel, não ouvi, desculpe. Ok. Apresento um Voto de Protesto pelo atraso da reabertura da linha da Beira Alta. Com este Voto de Protesto, o grupo municipal do CDS quer expressar a sua profunda preocupação e descontentamento em relação ao atraso significativo na abertura da via férrea da Beira Alta, ao contrário do que foi anunciado, durante a visita do Senhor Ministro das Infraestruturas às obras, em maio do ano passado. A via férrea encontra-se encerrada desde 19 de abril de 2022 e a previsão inicial era que as obras durassem nove meses. No entanto, o prazo estipulado já foi largamente ultrapassado e até ao momento não foi fornecida qualquer data para a conclusão das obras. Aliás, esta já é a terceira vez que a Infraestruturas de Portugal falha o prazo anunciado para a reabertura deste troço de linha. A via férrea da Beira Alta desempenha um papel crucial na região, afetando diretamente a vida das empresas, das pessoas e até do ambiente. É ainda a principal via férrea de ligação à Europa. É de extrema importância reconhecermos a relevância desta infraestrutura para o bem-estar e desenvolvimento da nossa região. Dada a relevância económica, social e ambiental da via férrea, é fundamental que sejam tomadas medidas imediatas para acelerar o processo de conclusão das obras e para que sejam fornecidas informações claras sobre a nova data

de reabertura. A nossa região não pode continuar a suportar os custos deste atraso. Apelamos à sua intervenção urgente para resolver esta situação e garantir que a via férrea da Beira Alta seja reaberta o mais rápido possível, de modo a restabelecer a normalidade nas atividades económicas e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Ainda tenho, também, outra Recomendação que tem a ver com um assunto que também nos é muito caro e que penso que é fundamental e também deve ser uma prioridade para esta região e que tem a ver com o emprego...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não. Abrimos a discussão a seguir. Sim, sim. Abrimos a discussão a seguir. Era no sentido de facilitar. Pronto.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Continuo?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Então, senhora Deputada, se não se importa, vamos abrir a discussão à primeira.

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Então, mas já apresentei os dois, agora apresentava também já a última. Mas tudo bem. Tudo bem, tudo bem. Vamos lá embora.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Então, abria à discussão o Passe Cultura do Município da Guarda, foi a primeira Recomendação apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS. Faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Antes de mais, bom dia a todos. Acho que é lógico que assim seja, porque... Senhora Deputada, a senhora Deputada é uma sonhadora e nós partilhamos esse seu sonho. Em cidades normais, em cidades onde a preocupação com a cultura e a educação dos seus cidadãos são relevadas, a cultura é gratuita e fomentada pelas Autarquias. Como é óbvio, somos totalmente favoráveis à existência desse Passe. No entanto, parece-nos que o Passe será o fim e não o princípio. O problema é que a senhora Deputada vive numa cidade onde 800 mil euros para a cultura são desperdiçados, onde a programação do TMG é cada vez menos eclética, onde as esculturas são vandalizadas e os serviços municipais não se preocupam em corrigir esses atos de vandalismo. Acreditamos, tal como a senhora Deputada parece acreditar, que o fim está próximo e que, mais breve que tarde, a cultura poderá ser a alavanca para a modernização da nossa cidade. Existiu um tempo em que a Guarda era invejada pela

sua programação cultural, pelo seu TMG, pela sua Biblioteca, pelo Centro de Estudos Ibéricos. Agora é o tempo daqueles que se dizem formigas e que cigarras sendo pensam que, por o dizerem, se transformarão. Agora é o tempo em que se candidatam a qualquer coisa para parecer bem e ficar bem na fotografia de dizerem que apoiam a cultura, gastam muito dinheiro e depois deitam tudo fora e não aproveitam nada. Contamos com todos os guardenses, começando por todos os senhores e senhoras Deputadas, as senhoras e os senhores Presidentes de Junta, para iniciarmos um novo ciclo de desenvolvimento para a Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Não sei se mais... Passe Cultura. Não. Passava, então, à discussão sobre o Voto de Protesto - atraso na reabertura da linha da Beira Alta. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Bom dia a todos. Cumprimento quem nos escuta, aqui e lá fora, na pessoa do nosso ilustre Presidente. Sobre este tema queria, e a nossa querida Deputada permite-me, acrescentar algo ao tema ferroviária. É um tema que me é caro e que acompanho há muitos anos e que me permitirá dizer algo sobre o que foi a linha da Beira Baixa, que no meu ponto de vista foi muito pouco substantiva. Se repararem, substituiu-se o lastro da linha, não se retificou o percurso numa perspetiva de aumentar a velocidade base, substituiu-se por betão as travessas. Houve um trabalho de remodelação, não de reconstrução. Se repararmos bem, as passagens desniveladas nenhuma foi feita. Ou seja, o poder central dá-nos sempre o mesmo: obra diminuta. Relega-nos exatamente para este interior que eles consideram que não é de considerar. Por isso, acrescento às palavras da nossa ilustre Cláudia esta reflexão sobre este tema. É muito pouco. Não sei também se reparou que, ao substituírem o lastro, criaram um problema ambiental. Os inertes, onde se sustentam os travessões, foram todos substituídos por inertes novos e, ao substituírem, ficou de reserva todo esse trabalho tem que ser feito e que é caro de retificar efetivamente essa poluição que é criada por esses resíduos provocados pela substituição do lastro, da brita em concreto. Pronto, era isto que eu queria dizer. Efetivamente era importante que tivéssemos em atenção que nós somos diminuídos quando o poder central nos impõe obras que efetivamente não valorizam assim tanto o interior que precisa de ser valorizado. Quanto aos atrasos, isso

já é comum. É evidente que nós devemos reclamar quanto a isso, isso é mais o tal reflexo do que eu acabei de dizer. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado José Breia.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. Ainda há-de estar para vir, em Portugal, uma obra pública que será acabada no prazo. Portanto, não é nada que não estivéssemos à espera. Obviamente que é inaceitável. Dizer que subscrevemos completamente o Voto e dizer que o atraso era expectável há muitos meses. Expressar a nossa profunda preocupação relativamente ao impacto para a Guarda, sua população e economia. A Guarda está, há meses, sem ligação à capital regional, Coimbra, não é? Tardando, também, com isto, a entrada em funcionamento do Porto Seco, que foi até motivo de análise pelo Presidente da Câmara do Porto. Eles estão à espera que isto entre em funcionamento porque diminui a pegada de carbono, nomeadamente na cidade do Porto e no país. E estamos a perder, obviamente, para a concorrência já ali ao lado em Espanha e, além disto, está a condicionar obras importantes, nomeadamente as variantes que têm que ser construídas e as avenidas envolventes a esta infraestrutura. Portanto, temos que aguardar. Mas parece que vamos ter locomotivas a gásóleo a transportar, no início, porque deixaram roubar 30 km de fios elétricos das catenárias.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Miguel Borges. Faça favor, tem a palavra.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhora Deputada, como é óbvio iremos votar favoravelmente este Voto. A renovação integral da linha da Beira Alta é uma obra fundamental, não só para o desenvolvimento da região como para o desenvolvimento de todo o país, e este atraso pode impactar negativamente nos prazos de abertura do Porto Seco na Guarda. Não faz sentido que uma obra de abril de 2022, uma obra que faz parte de uma empreitada de 500 milhões de euros, um dos grandes investimentos que este Governo faz no interior, com data de conclusão prevista para janeiro de 2023, ainda não esteja concluída e, neste momento, não seja apresentada uma data concreta para a sua conclusão. No entanto, gostaríamos de lembrar que não é só esta obra que está atrasada. E pegando nas palavras do Deputado Breia, há de estar para haver um dia em

Portugal em que qualquer obra pública do Governo ou do Município da Guarda não tenha atrasos. Há dois anos, andava por aí um programa eleitoral que acabava assim a sua apresentação: pela Guarda têm a nossa palavra. É a palavra do Álvaro, que, em 2018, repito, 2018, disse que a Guarda iria ter uma pedovia e ciclovia, com nove quilómetros, com um custo de 1 milhão de euros. É a palavra do Sérgio que, em 2019, repito, em 2019, disse que já estava aberto o concurso para a ciclovia/pedovia que iria custar, aí, já, 2 milhões de euros. É a palavra do Chaves que, em 2021, em 2021, assinou o auto de consignação da obra com um prazo de execução de dezasseis meses e, nessa altura, já custava 1 milhão e 500 mil euros. Ou é a palavra do Senhor Presidente que, em janeiro de 2022, disse que a obra demoraria mais ou menos um ano e que custaria 1 milhão de euros. Pela Guarda têm a nossa palavra. Qual palavra? A palavra que apresentavam o PDM em seis meses, a palavra que o problema da variante do F's seria resolvido em seis meses, a palavra da plantação de um milhão de árvores. Senhora Deputada, iremos votar favoravelmente e pode ter a certeza que tudo faremos para que as entidades envolvidas indiquem qual a data de finalização das obras.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, em seu nome, cumprimento todas as pessoas que me envolvem dentro desta sala e fora. Respondendo aqui ao nosso amigo Borges, têm a nossa palavra que, enquanto estivermos no Executivo, o Vereador da cultura, bom, mau ou assim-assim, é da Guarda, não vai ser de Lisboa. Ficou claro isto? Em relação a tudo o resto, concordo. Esse assunto da cultura vem de há muito tempo. Nós não aceitamos mãos longas que comandem a cultura na Guarda. Têm a nossa palavra. Em relação ao resto, está a fazer e assume-se como candidato, tudo bem. Já sabemos que a sua área tem dois. Mas espere, dois anos, está quase, daqui a dois anos vamos ter eleições. Porque isto é efetivamente campanha eleitoral. Não vale a pena.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada... Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos. Bom dia à Mesa. Obviamente votaremos a favor. Estes atrasos trazem-nos grandes problemas no desenvolvimento local. Já foram aqui referidos, desde obras, temos projetos parados. Portanto, falamos de logística, falamos do desenvolvimento económico da Guarda, falamos da própria mobilidade. No entanto, também não vale a pena desviarmos o assunto, porque, obviamente, o Governo tem muita interferência sobre... tem a total interferência sobre aquilo que se está a passar aqui. Se a ciclovía é uma questão que temos de resolver e não a descarto daqui, porque estamos a falar de mobilidade e também falaram aqui de ambiente, tanto a ferrovia como a ciclovía representam formas de deslocação com baixo impacto ambiental. São importantes. Mas não vale a pena estarmos a passar responsabilidades. Há funções que têm que ser cumpridas pelo Município e que não estão a ser, pelo menos não no tempo que deveriam, mas também há coisas que têm que ser feitas pela tutela e que não estão a ser feitas. A Guarda tem sido completamente ignorada. O impacto que isto vai ter no nosso desenvolvimento local é gigante. Continuamos a ter apresentação de datas que não são cumpridas. Portanto, obrigada pela apresentação deste Voto. Nós considerámos o mesmo, acabámos por não o colocar para não ser uma sobreposição. É importantíssimo que se faça esta pressão, incluindo, obviamente, pelo nosso Presidente da Câmara.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, bom dia. Na verdade, nós iremos votar favoravelmente também, mas acrescentar aí que estamos a falar de uma obra a nível nacional, de um projeto nacional de responsabilidade do Governo. E, na verdade, quando o senhor Deputado Miguel diz que não há obras do Estado que terminem a tempo, municipais, etc., os campos de futebol terminaram a tempo, houve Euro, tudo correu bem. Há uns que terminam a tempo, outros que se deixam andar. É um problema do Estado. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se haverá mais alguma intervenção. Não havendo, colocava o Voto de Protesto à votação.”

----- **Resultado da votação do Voto de Protesto** -----

----- **Atraso na reabertura da Linha da Beira Alta** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e sete votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, tem ainda a Recomendação - Organização de uma Feira de Emprego. Faça favor.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “A minha segunda Recomendação vai no sentido de um assunto que também penso que deve ser prioritário e que tem a ver com o emprego. As feiras de emprego são eventos cruciais para a promoção da empregabilidade e desenvolvimento económico de uma região. Neste sentido, recomendamos a realização de uma Feira de Emprego, com a Câmara Municipal como promotora, envolvendo ativamente as escolas secundárias, a escola profissional, o Instituto Politécnico da Guarda, o NERGA, o IEFP e o mundo empresarial local. Esta iniciativa tem o potencial de trazer benefícios significativos para os jovens, para as empresas e o território em geral. A sua realização, em colaboração com várias instituições, pode proporcionar inúmeras vantagens: oportunidades para os Jovens, benefícios para as Empresas e o desenvolvimento territorial. Os estudantes das escolas, quer das escolas secundárias quer, por exemplo, da escola profissional, terão a oportunidade de conhecer de perto as várias opções de carreira disponíveis na região, poderão interagir diretamente com representantes de empresas locais, adquirindo informações valiosas sobre o mercado de trabalho e as competências necessárias para se destacarem. As feiras de emprego também podem incluir workshops, palestras e aconselhamento de carreira para orientar os jovens na tomada de decisões informadas sobre o seu futuro profissional. As feiras também têm benefícios para as empresas. As empresas terão acesso a um grupo de talentos jovens motivados, que podem ser futuros colaboradores, podem apresentar as suas oportunidades de emprego e programas de formação a um público direcionado, o que pode reduzir os custos de recrutamento e seleção. Esta feira de emprego tem também impacto no desenvolvimento territorial ao envolver instituições educacionais e empresas locais. A feira de emprego promove a colaboração e a cooperação entre os diferentes setores da comunidade, pode atrair jovens talentos para a região e reforça o compromisso da Câmara Municipal com a promoção da empregabilidade e o bem-estar dos seus cidadãos. Assim, propomos, no

seu compromisso contínuo com o crescimento e a prosperidade da nossa comunidade, que a Câmara Municipal promova e apoie a realização desta feira. Através desta iniciativa conjunta, poderemos criar oportunidades para os jovens, fortalecer a relação entre a educação e o mundo empresarial e impulsionar o desenvolvimento da nossa região.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta Recomendação do CDS? Presumo que não. Passaria agora ao grupo parlamentar do PSD, que apresentou um Voto de Pesar pelo óbito de José Domingos. O PS também tem um Voto de Pesar e, em consequência, faríamos como do Voto de Congratulação da Rádio Altitude e daria então a palavra ao PSD, depois ao Partido Socialista e tentaríamos votar em conjunto, se for possível.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, os meus cumprimentos e autorize que, na sua pessoa, cumprimente todos os presentes e os que nos assistem através dos meios audiovisuais. Este Voto de Pesar, tem o Voto de Pesar e depois finaliza com uma Recomendação. Não sei como é que poderemos votar. Se vamos votá-los em separado ou se vamos votar em conjunto. Deixo à consideração do senhor Presidente. O ex-jornalista da Lusa na Guarda, José Eduardo de Matos Domingos, nasceu na Guarda, começou cedo a trabalhar na área da comunicação social local, faleceu no dia 30 de agosto, vítima de doença prolongada, aos sessenta e seis anos. A colaboração, em termos de trabalho jornalístico, iniciou-se oficialmente em 1977 na ANOP, depois, mais tarde, Agência Lusa, onde trabalhou e, no fundo, divulgou o nome, do ponto de vista noticioso, da Guarda, durante mais de vinte e oito anos. Além de jornalista e também investigador, dedicou-se, durante muitos anos, à divulgação da herança cultural dos judeus sefarditas, na Beira Interior, e, em 2015, foi agraciado com a “medalha de honra” do Conselho das Comunidades Sefarditas de Jerusalém, um galardão atribuído, pela primeira vez, a um cidadão português. José Domingos fundou na Guarda a Associação de Amizade Portugal-Israel, foi cofundador, em Belmonte, do Museu Judaico, impulsionou a criação do Centro de Interpretação da Cultura Judaica Isaac Cardoso, em Trancoso, e coordenou o Gabinete Judaico do Museu de Belmonte. Foi um estudioso apaixonado e grande impulsionador na divulgação da presença da cultura judaica,

promoveu a geminação entre a nossa cidade da Guarda e a cidade israelita de Safed e que, no fundo, espelha bem todo o trabalho dele nesta área. Recordando esse percurso de vida, de participação cívica e de reconhecidos méritos e dedicação à sua cidade natal, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere aprovar o presente Voto de Pesar pelo seu falecimento. Por outro lado, e pelos motivos supra referidos, recomendamos ao Executivo uma homenagem adequada que permita recordar a pessoa e o relacione com a história dos judeus na Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Dirigia-me agora ao grupo parlamentar do Partido Socialista... abdicam da leitura. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar sobre este Voto de Pesar? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, em si, cumprimento todos os que me ouvem. Associamo-nos de uma forma clara à moção apresentada. Associamo-nos à imagem, à memória e associamo-nos, essencialmente, ao interesse de preservar. Eu penso que os municípios e, neste caso em concreto, a CIM, tem uma palavra a dizer porque ele é mais do que um cidadão da Guarda. É um cidadão de toda a zona. Devia-se cuidar da publicação, republicação das obras. Eu tenho algumas em casa e fico, efetivamente, cilindrado com os conhecimentos que ele tem, principalmente no âmbito dos judeus. E isto deve ser uma prática para o José Domingos e para todos os outros que com ele ombreiem, é editar efetivamente as obras que vão ficar, porque estes homens nunca morrem. Ficando o livro, fica a memória dele para sempre. Deve ser editado pela Guarda, mas a CIM tem uma palavra a dizer. Eu penso que os Deputados que aqui estamos, que estamos na CIM, devemos levar isto à CIM, porque este homem é mais do que da Guarda, é da região toda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se. Se não houver oposição e dado o entendimento, que eu presumo, do Partido Socialista, podemos votar este Voto de Pesar, pelo óbito de José Domingos, em conjunto.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----

----- **José Eduardo de Matos Domingos** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e cinco votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Um minuto de silêncio, então. -----

- Muito obrigado. Pela ordem de entrada das Recomendações e Moções, dava agora a palavra ao grupo parlamentar do PG, sobre o tema – “Continuidade da aposta nas atividades de Natureza.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bom dia a todos os presentes, quem nos acompanha online, o senhor Presidente da Mesa e todos os Deputados. É uma Recomendação muito simples. Os Passadiços foram um projeto continuado por alguns anos de evolução. Finalmente começaram a laborar, a funcionar e têm trazido muitos cidadãos, turistas, quer de cá, quer de longe. É preciso dar um passo em frente, continuar esta aposta que foi ganha e, no nosso entender, isto também era um compromisso do nosso programa eleitoral, transformar a Barragem do Caldeirão é o passo seguinte para dar continuidade a esta aposta de natureza e é isso que nós desafiamos o Executivo a fazer. E também dar aqui o toque dos vários trilhos pedestres que existem ao longo do concelho, nas várias freguesias rurais que nós temos e também investir nesse aspeto para que tenhamos uma aposta integrada de turismo de natureza para os de cá e também para quem nos visita e esperamos que sejam cada vez mais, com reflexo na nossa economia. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Perguntava à Assembleia se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre este tema? Não havendo, passaria ao segundo tema do PG - pela manutenção dos espaços verdes da Guarda. Faça favor.” -----

- **Daniel Gonçalves, Deputado (PG):** “Muito bom dia a todos. Pela manutenção dos espaços verdes da Guarda. Os espaços verdes desempenham um papel crucial na qualidade de vida dos cidadãos e na melhoria do ambiente urbano. Para além de proporcionarem um refúgio tranquilo no cenário urbano, contribuem para a saúde física e mental da população e oferecem um espaço para atividades recreativas, de

socialização e de contacto com a natureza. É fundamental reconhecer que a manutenção destes espaços exige atenção constante. A sua não manutenção pode levar à degradação destas áreas, prejudicando o potencial que elas oferecem. A falta de cuidado pode resultar em relvados mal mantidos, árvores em mau estado, arbustos descuidados, caminhos sujos e falta de limpeza. Essas condições afastam os moradores e turistas, prejudicando a fruição e a imagem da cidade e do concelho. Portanto, reconhecendo o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos e a dificuldade enorme de executar esta tarefa em todos os espaços verdes do concelho, é fundamental que a Câmara Municipal promova uma manutenção permanente e adequada dos mesmos. Isto inclui uma programação regular do corte de relvados, a avaliação frequente do estado das árvores, a manutenção de canteiros, flores e arbustos, a limpeza regular de folhas e detritos e a manutenção de equipamentos, caminhos e trilhos, entre muitas outras ações. Como tal, o grupo municipal do Movimento Pela Guarda recomenda: a criação de um sistema de monitorização eficiente para identificar áreas degradadas e que exijam atenção imediata; o reforço, no próximo Orçamento, dos recursos destinados à manutenção de espaços verdes e formação dos funcionários que executam este trabalho, para além de os dotar do equipamento adequado; a criação de um programa de ações de consciencialização e proteção da natureza, em parceria com associações e instituições. Acreditamos que o investimento continuado na manutenção permanente dos espaços verdes da cidade da Guarda garantirá um ambiente mais agradável e atraente para os cidadãos e será um investimento no bem-estar da comunidade. As áreas verdes são valiosas, recursos naturais que devem ser preservados e valorizados. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Questionava se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado se deseja pronunciar sobre este tema? Senhor Deputado Miguel Borges, faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, eu guardaria a resposta mais firme acerca desta questão para depois, a seguir, o ponto após a ordem do dia, logo o 2.1, que eu tenho uma intervenção para fazer. Mas, de qualquer maneira, esta Moção é o reconhecimento do falhanço, não é? É uma piada, não é? É assim qualquer coisa. Mas fica para depois, está bem? Esperem por depois.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faz favor. Senhora Deputada Bárbara, peço-lhe desculpa, já tinha pedido a palavra, está bem? Depois já lhe dou a palavra. Obrigado.” -----

- **Daniel Gonçalves, Deputado (PG):** “Senhor Miguel, só uma pequena questão. Piada, porquê? Acha piada àquilo que estamos aqui a fazer? É só essa questão. Mas deixamos para o 2.1.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada Bárbara, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, nós vimos só referir: continuidade? A aposta tem sido minúscula. Nós temos o Polis que é uma desgraça, temos os rios da Guarda completamente poluídos. Existe muito pouca intervenção, quando ela é feita é completamente diminuta. A última intervenção que tivemos nos rios da Guarda envolveu reabilitar as margens e o caudal. Se não tratamos das entidades poluentes, voltamos de “x” em “x” anos ao mesmo assunto. Portanto, esta Recomendação ter continuidade, é muito mau. Não há manutenção dos espaços verdes. Tínhamos que reformular para: a Guarda começar a importar-se com os espaços verdes e, sim, reabilitá-los, apostar nas atividades da natureza. Concordamos perfeitamente. Agora, uma recomendação a dizer continuidade quando o trabalho tem sido péssimo em termos de proteção da natureza e atividades... não, não pode ser feito.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais alguma ou algum membro da Assembleia deseja intervir. Encerrava o ponto. E passava às Moções do Partido Socialista. A primeira Moção é - pelo fim da oferta de garrafas de água de plástico pelo município. Faça favor, tem a palavra.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. Na pessoa do senhor Presidente, cumprimentar todos os presentes e todos aqueles que nos acompanham através de casa. A proposta e a sua fundamentação já é do conhecimento de todos, portanto, vou só ler o que é que nós propomos e o que é que é posto à votação. Portanto, nós propomos que no prazo de meio ano...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, peço um bocadinho de silêncio, se for possível. Muito obrigado. Desculpe tê-lo interrompido.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Obrigado. Nós propomos que, no prazo de meio ano, se disponibilizem, em locais estratégicos dos Paços do Concelho, como a entrada, corredores dos vários pisos, sala António Almeida Santos ou outros que entendam ter melhor enquadramento, dispensadores de água para livre utilização dos eleitos locais, funcionários da Câmara Municipal da Guarda, convidados e munícipes. Que se disponibilize no Paços do Concelho, para venda, copos reutilizáveis. Que se deixe de oferecer garrafas de água de plástico nas atividades diversas que decorrem dentro das instalações dos Paços do Concelho. Propomos, ainda, gradualmente, e no prazo de ano e meio, que se apliquem as mesmas regras a todos os restantes equipamentos do Município. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada... senhor Deputado José Breia, faz favor.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Ora, bom dia a todos. Não sei se se recordam, se se lembram disto. Isto foi oferecido por alguma coisa, ok? Portanto, está aqui o mote. Dizer que esta Recomendação só peca por ser muito afunilada, ou seja, isto deve ser alargado a todos os edifícios dos serviços desconcentrados do Estado e da Autarquia, como é lógico. Isto tem que acabar realmente, porque é insustentável as garrafas de plástico. E os hábitos criam-se. Posso-vos dizer que na minha escola, a Afonso de Albuquerque, neste momento acabámos com as garrafas de plástico simplesmente porque foram distribuídos cantis e os miúdos simplesmente aderiram. Há máquinas para distribuir a água, ponto final. Ok? Água filtrada, tudo bem, embora não seja necessário muitas vezes. O caminho vai-se fazendo e a Autarquia tem feito um esforço, não é? Nomeadamente na última Feira Farta e nalguns eventos do Município há esse sinal. Portanto, sim senhor, vamos a isso. Basta pensarmos que há poucos anos íamos ao supermercado e as pessoas lavavam resmas de sacos de plástico para casa e, a partir do momento em que começaram a pagá-los, acabou-se. Portanto, vamos embora. Está aqui, vamos buscá-los e na próxima Assembleia Municipal podemos dar um sinal trazendo já os nossos cantis. Que até são giros, aqui com o D. Sancho, dourados... ok?”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada Bárbara, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Nós votaremos, obviamente, a favor. Tenho uma questão. Houve uma parte que diz: a escola tem dispensadores de água. A nossa solução aqui é enchermos as garrafas na casa de banho. Portanto, tem que ser feita alguma ação para realmente os trabalhadores, as trabalhadoras, quem frequenta o espaço, conseguir realmente utilizar os cantis, não é? Portanto, reforçar essa parte. Obviamente temos que fazer uma ação do Município para as pessoas conseguirem cumprir, não é? A luta ambiental tem isto, tem que haver uma mudança política para realmente ser possível de cumprir pelo cidadão e pela cidadã. Já que estamos a falar de plástico, dava também só a pequena recomendação de que, nos eventos municipais, deveria haver mais espaços de reciclagem. Em quase todos, não vou dizer em todos eles, porque não vou usar esta expressão generalista, mas em praticamente todos os eventos é incrivelmente difícil poder-se reciclar. Portanto, quando falamos de diminuir o uso de plástico, da reutilização, novamente, tem que haver uma ação política para os cidadãos e as cidadãs terem facilidade de reciclagem. E isto, falamos nas suas habitações e, obviamente, nos eventos municipais ou que tenham qualquer financiamento municipal.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se há mais alguma intervenção desejada? Não havendo, colocava a Moção à votação.” ----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pelo fim da oferta de garrafas de água de plástico pelo Município** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e quatro votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Segunda Moção do Partido Socialista - apoio ao Instituto Politécnico da Guarda. Tem a palavra o Partido Socialista. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Pedro Teixeira, Deputado (PS):** “Bom dia, senhor Presidente. Bom dia a todos. Bom dia a quem nos vê lá em casa. Eu vou encurtar um pouco aqui a leitura desta Moção. O Politécnico da Guarda é um forte motor de desenvolvimento da cidade e da região, nas mais diversas vertentes. Só não vê isso quem não tem visão estratégica. O Politécnico da Guarda é nosso, é da Guarda, e está aberto ao mundo, conseguindo atrair muitas pessoas para a região. Com o início de mais um ano letivo, e apesar de toda a conjuntura mundial difícil e de enormes desafios, congratulamos a nossa Instituição de Ensino Superior pelos resultados obtidos no que diz respeito às colocações para este novo ano.

Aproveitamos para dar as boas-vindas aos novos alunos (incluindo os que vão frequentar os cursos do IPG em Seia e Vila Nova de Foz Coa). Um reconhecimento também à Associação Académica da Guarda pelo trabalho de proximidade e colaboração que tem vindo a ser desenvolvido. O IPG lidera os mais diversos projetos a nível nacional e europeu. E eu vou passar esta parte, fica registado aqui na parte da Moção. Mas o IPG pode tornar-se mais forte, pode crescer ainda mais e ser uma instituição mais competitiva e com mais impacto na sua área de ação, se todos nós nos tornarmos embaixadores da nossa instituição. Também o Município da Guarda deverá assumir, de uma vez por todas, apoio inequívoco ao nosso Politécnico da Guarda. A habitação estudantil é um dos problemas que se tem vindo a acentuar, problema esse que tem sido apontado pelo PS desde há vários anos. Onde esteve o apoio do Município da Guarda à recente candidatura que o IPG fez nessa área? O Município da Guarda devia seguir outros bons exemplos de outros municípios. Por exemplo, o Município de Guimarães aprovou 15 milhões para habitação estudantil, o Município de Leiria investiu 1,2 milhões, o Município de Rio Maior vai investir 2,1 milhões. E são vários os exemplos que tinha aqui plasmados neste documento. Destacar aqui o Município de Seia, que oferece o alojamento e paga todas as despesas aos estudantes do Pólo do IPG em Seia, algo que não acontece com o Município da Guarda. Pelo que nos foi dito, pela investigação que fizemos e contactos que fizemos, o apoio de Seia é superior ao do Município da Guarda ao Politécnico da Guarda. Pedimos também para nos informarem sobre estas últimas cento e quarenta camas que foram anunciadas e ninguém sabe onde é que estão estas cento e quarenta camas. A informação que temos é que existem apenas cem camas disponibilizadas pelo Município da Guarda. Da nossa pesquisa, notamos uma forte ausência de notícias de colaboração entre o Município e o IPG e também sabemos que, se calhar, o senhor Presidente vai falar da questão das bolsas, também vimos essa parte e muito bem. Curiosamente, a notícia das bolsas saiu depois de ser colocada esta Moção na plataforma. O Município da Guarda também valoriza o seu Politécnico? Parece que não. Esperamos que, numa próxima oportunidade, e eu hoje estou em condições de anunciar aqui e informar que existirá uma segunda oportunidade, que vai acontecer em muito breve prazo, o Município da Guarda apoie antecipadamente e de forma clara a nossa instituição de ensino superior e se associe a uma nova candidatura para a construção de pelo menos uma residência estudantil.

Afinal, que apoio tem sido dado ao IPG por parte do Município? O plano estratégico da comunicação do Município inclui o Politécnico da Guarda? O que representa o IPG para o Município? Não se pode andar sempre a pedinchar quando se nada investe no nosso ensino superior. Aliás, minto...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe síntese porque já ultrapassou num minuto e vinte e nove. Muito obrigado.” -----

- **Pedro Teixeira, Deputado (PS):** “Está quase. Esta parte é importante. Temos aqui a informação que, de facto... calma. Temos aqui a informação que, de facto, o Município atribuiu 20 mil euros, mas só fez uma única vez. Talvez, se calhar, este apoio devia ser anual e o valor é irrisório. O mundo faz-se de quem faz e não de quem, consecutivamente, passa as culpas para os outros. Afinal, senhor Presidente, aquela...”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, eu penso que é o artigo 38º, eu já falei aqui várias vezes, o que o Regimento diz é apresentar a Moção, não é ler as Moções. Depois ultrapassam os tempos desmesuradamente. Peço-lhe, efetivamente, para não lhe retirar a palavra, peço-lhe o seu poder de síntese. Muito obrigado.” -----

- **Pedro Teixeira, Deputado (PS):** “Certíssimo. Então, relativamente ao exposto e convido todos a lerem a Moção, face ao exposto e muito mais haveria a dizer, o grupo municipal do PS propõe o seguinte: prever, no orçamento para 2024 e seguintes, uma verba não inferior a 500 mil euros que ajude o IPG a ser cada vez mais uma Instituição de referência. Essa verba será disponibilizada mediante a apresentação de projetos fundamentados a aprovar pelo Executivo Municipal, nomeadamente nas áreas do alojamento, transporte, (aliás, reforçamos aqui os transportes públicos para os alunos do ensino superior, como foi anunciado para o 1º até ao 12º ano), alimentação e outros. Segundo ponto, estreitar a cooperação com o IPG, com a celebração de parcerias e contratualização de projetos de consultadoria e outros de que o Município necessite, aproveitando assim o know-how, capital humano, científico e tecnológico disponibilizado pela nossa Instituição. Obrigado e desculpe.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Abria a discussão desta Moção. Quem se deseja inscrever? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bem, primeiro que tudo, boa tarde novamente ou bom dia. Para não ultrapassarmos o tempo, vou desde já contar, e agradeço, com o tempo da Aldeia Viçosa, Misarela, Sobral da Serra, Alvendre, Cavadoude, Vila Franca do Deão, Avelãs da Ribeira e Ramela e obrigado a todos pela cedência do tempo. Para começar por dizer, em relação a esta Moção, dois ou três pontos prévios.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe desculpa. Quantos são?” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “São oito.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Primeiro que tudo, associamo-nos integralmente e, naturalmente, com as considerações iniciais da Moção, que realçam o trabalho excelente da comunidade educativa do IPG, quer alunos, docentes e profissional não docente. Saudamos os quinhentos e sessenta e dois novos alunos que ingressaram este ano. O IPG é das poucas instituições, no interior, que aumentou alunos em relação ao ano anterior e isto é um exemplo concreto de resiliência, coisa que parece não haver noutros sítios. A posição do PG nesta Assembleia tem sido a de não alinhar com propostas que coloquem valores definidos em cima da mesa. O Executivo executa, o pleonasma é evidente. A Assembleia aponta um caminho e fiscaliza. Tem sido a nossa postura, não nos vamos desviar. Porquê 500 mil? Por que não 400 ou 600? O valor é totalmente arbitrário ou, então, não estão a dizer tudo. Se o senhor Deputado tem informações privilegiadas sobre futuras candidaturas, o nosso desafio é que fale já com o Executivo e eu acredito que, quando acabar esta Assembleia, o Executivo e o Presidente vai já começar a trabalhar para apoiar o IPG nessa candidatura, como fez na anterior. Isso, depois o senhor Presidente poderá expor. Posto isto, o Município não apoia inequivocamente o IPG? Não cedeu instalações para alojamento de estudantes, mais de cem camas? Não investiu 160 mil euros em bolsas que são para todos os estudantes, mas que alguns do IPG podem estar abrangidos? Não é parceira no CoLAB LogIN, que é um dos âmbitos em que esta parceria mais pode dar frutos para o concelho? Apoiou. E, agora, vamos aos factos. Citam exemplos de Municípios que apoiam os seus Politécnicos. Falam de 1,2 milhões de euros em Leiria. Eu não encontrei

Leiria, encontrei o Município da Batalha, do Politécnico de Leiria - 1,2 milhões. Está aqui no Jornal Região de Leiria de 20 de setembro de 2023. O que é que diz a notícia que está aqui: «por trás dos intervenientes na cerimónia, que decorreu esta tarde na nova residência, um enorme cartaz atesta que esta é mais uma obra concluída no âmbito do PRR. De facto, o plano contribuiu com quase 1 milhão de euros». Rio Maior, Observador, 26 de julho de 2022: «O Município de Rio Maior vai investir 2,1 milhões de euros, sessenta e dois estudantes, financiamento 92,24% do PRR». Famalicão, 5,1 milhões de euros para residências, Braga TV, 30 de agosto de 2023: «Investimento financiado, Plano Nacional para o Alojamento do Ensino Superior apoiado pelo PRR, Agência Nacional Erasmus, Educação e Formação». E na Guarda, Interior, 14 de outubro de 2022: «As seis manifestações de interesse foram rejeitadas na primeira fase de avaliação. Em causa estava um investimento na ordem dos 12 milhões de euros e a criação de quinhentas e oitenta e nove camas na Guarda e em Seia». E, depois, a Moção consegue dizer: «O mundo faz-se de quem faz e não de quem, consecutivamente, passa a culpa para os outros, descartando as suas responsabilidades. É preciso pró atividade e ação.» E eu subscrevo. Mas como pode o PS, partido que governa com maioria absoluta também à custa da bazuca, citar exemplos que foram possíveis graças ao PRR e na Guarda o que se recebeu foi um chumbo? Ainda nesta linha, apesar de falarmos de milhões e milhões, é preciso a execução. E nisso, como sabemos, há aqui uma notícia do Polígrafo de 21 de setembro de 2022: «O Governo prometeu criar doze mil camas entre 2019 e 2022 e não cumpriu.» Portanto, para concluir, a posição do PG, nesta matéria, é clara: apoiar o IPG sempre e cada vez mais. Estreitar a cooperação sempre e cada vez mais. A Feira de Emprego que o CDS apresentou é um bom exemplo do que pode ser feito. Aumentar o financiamento ao IPG se houver candidaturas ao PRR e para contribuir para o aumento do alojamento estudantil? Claro que sim, já o fizemos. Mas não com cheques em branco. Agora, aprovar um cheque em branco, aprovar um valor pré-definido de forma ad hoc, fora do orçamento, em que o principal argumento é a habitação que é um falhanço do Governo central e cujo PRR penalizou muito a Guarda, isso não. Não é nossa forma de estar. É uma tentativa de esconder as falhas do Governo e arranjar um bode expiatório. Votaremos contra. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Dava a palavra à senhora Deputada Bárbara Xavier.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bem, se existe ou se vai existir, brevemente, pelo que ouvimos do PS, um programa e aqui, pelos vistos, há vontade no Município da Guarda, em princípio contamos com uma residência de estudantes, certo? Porque, novamente, passar responsabilidades não serve de nada. Se há vontade dos dois lados, então contamos que existirá uma residência de estudantes para o IPG no entretanto. Nós, obviamente, vamos aprovar esta Moção. É urgente. Fizemos essa proposta já, para mais do que um orçamento. Uma visão sustentável do ensino superior nunca vai passar por manter apenas os acordos, que são temporários. Foi importante na altura, neste momento é insuficiente. Já devíamos ter avançado. No entanto, se os nossos colegas do PS dizem que vai haver uma possibilidade de concorrer a um apoio, vamos confiar que o Município da Guarda vai avançar, vai apoiar o IPG nesta candidatura e, obviamente, quer tornar o IPG numa instituição de referência e a Guarda um concelho de referência para a educação. Isto torna-se ainda mais importante se formos aos dados e percebermos que o número de alunos do IPG tem vindo a aumentar e o número de alunos com dificuldades económicas também. Portanto, novamente, é óbvio que há vontade por parte do Governo, pelo que ouvimos da bancada do PS. Pelo que ouvimos do PG, há vontade. Portanto, espero que o Executivo siga, realmente, a Moção do PS e a vossa recomendação e o vosso discurso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Vou ser muito breve. É apenas para dizer que o sucesso, claro que subscrevo tudo o que aqui foi dito sobre o tema, mas o sucesso do IPG tem rostos e não devemos só ressaltar as pessoas a título póstumo. E o rosto dessas pessoas tem nomes. E o nome dessas pessoas subscreve-se na recente reempossada administração, chamemos-lhe assim, do IPG, que se chama Professor Joaquim Brigas.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada... Deseja falar? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente e, no seu Presidente, cumprimento todos. Temos que clarificar dois ou três pontos sobre isto. A primeira coisa é que o Executivo governa e a Assembleia recomenda. Não aceitamos mandatos. Já dissemos isso várias vezes. Vamos ser coerentes com isso. Vamos votar contra por isso, porque isto é um mandato. Acompanhamos no essencial a recomendação. É óbvio que connosco no Executivo a apoiar, ou com este Executivo, não vai haver nesta cidade aquilo que aconteceu nos tempos anteriores. De um lado, a cidade Câmara, do outro lado, a cidade IPG. É óbvio que têm que colaborar, articularem-se e falarem uns com os outros. A Câmara, o Executivo lá de baixo do IPG, pelo seu Presidente recentemente empossado, a quem damos os parabéns, obviamente. E, enquanto elemento do Conselho Geral, é óbvio que estou a favor que se apoie. Mas não é assim, porque a política educativa é função do Estado, tanto que está no programa do Governo. Está no programa de Governo, com todas as letras, que a manutenção, o financiamento que agora reduziu, que a Senhora Ministra reduziu, de uma forma significativa, está lá no programa do Governo. Como estão a construção de habitações, os doze mil que este ano vamos chegar ao fim do ano com menos de um doze avos feito. Vamos ver se o Governo consegue fazer, mesmo com bazuca, mil, e estão prometidos 12 mil. É uma competência do Estado. Não pode diferi-las. Além disso, também tem um problema, esta armadilha, que é: os Executivos Camarários começam a apoiar os Politécnicos e o Governo vai fazer, para o ano, aquilo que já fez este ano: desinvestir. Sabe como, ontem, o vosso Presidente da Assembleia, e meu também, Presidente da Assembleia da República, chamava a isto? Miopia de políticas socioeconómicas, porque estamos a tentar resolver um problema e destapamos o outro, não exigimos aquilo que devemos exigir ao Governo central. Porque a política educativa do Ensino Superior é função do Estado. Não podemos esquecer isto, caro amigo. Temos que nos consciencializar e atender ao essencial. Que o município ajude, é óbvio. Que deve fazê-lo, é óbvio. Que deve falar porque o Politécnico é uma âncora da cidade, é óbvio. Mas não podemos, de certa maneira, distrair-nos do essencial. Em relação a isso, penso que é claro. E, já agora, também, quem penaliza mais os estudantes que vêm para o interior? Os custos das nossas habitações ou a trapa que é pagarem não sei quantos euros para chegarem aqui com os carros? Uma das coisas que penaliza mais o interior e o acesso à educação no interior é a política de portagens. E esse assunto é de quem? Devíamos todos, de certa

maneira, estar aqui a falar, consensualizar, como podemos ajudar o Politécnico, que precisa. Precisa. Sabe porquê? Porque sabe tão bem como eu, porque ouviu, que houve uma redução de financiamento e, além disso... eu ouvi. Houve uma redução de financiamento e depois ainda houve uma outra coisa sub-reptícia que é: a senhora Ministra, depois do orçamento estar aprovado, vem mandar um recado a dizer assim - agora requalifiquem os professores, requalifiquem os funcionários, que dá um aumento de custos, para o Politécnico, à beira dos 500 mil. Não é por acaso que essa moção traz 500 mil. É porque, efetivamente, o Politécnico precisa-os. Mas foi por armadilha da senhora Ministra. Sabe-o tão bem como eu. Sabe. E nós temos que nos concentrar no essencial. Esta é a essência da política de uma visão estratégica. Porque, senão, andamos aqui com táticas, uns contra os outros, e sabe o que é que acontece? Perdemos todos. Os sociais democratas e os socialistas, onde eu me incluo. Percebe? Porque isto é uma política obviamente central. É uma política do Governo, não pode ser diferida. E quando nós deixamos diferir, sabe o que é que isto me lembra, senhor Deputado, com todo respeito? É uma canção da minha infância que diz assim: demagogia feita à maneira é um pouco de queijo na ratoeira. É óbvio que nós vamos votar contra, porque não nos vamos meter nessa ratoeira.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se... O tempo está esgotado em três minutos, Miguel. Eu peço encarecidamente que, quando apresentam as Moções, apresentem e não as leiam. Vêm ler as Moções, esgotam o tempo. Eu não posso conceder mais tempo. Tenho pena, mas não posso conceder mais tempo. Senão, depois andamos aqui todos os dias até às 7 da tarde, que é a única Assembleia no país que eu conheço, nem no Porto nem em Lisboa, que demora tanto tempo porque abusamos do tempo. Peço imensa desculpa, mas não posso dar mais tempo. Peço-lhe desculpa? Um minuto e vinte e dois. Faz favor. Senhora Deputada, correto? Muito obrigado. Ó senhor Deputado, eu peço imensa desculpa, mas a minha intervenção não foi extemporânea porque, pelo que eu vejo aqui à minha frente, o tempo está esgotado. Se não me avisam! Muito obrigado. Peço desculpa.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, já agora, este tempo eu guardo para mais daqui a bocado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais alguma senhora Deputada ou Deputado deseja intervir? Peço desculpa... Sobre este ponto. Senhor Presidente, deseja intervir? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Cumprimentos a toda a Mesa, a todo o Executivo, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, aos Chefes de Divisão, a todos os Funcionários da Autarquia, ao Público aqui presente e a todos aqueles que assistem a esta Assembleia em formato online. Senhor Presidente, eu não tenho por hábito... peço desculpa, o som hoje não está fácil. Eu não tenho por hábito falar no meio dos pontos, mas de facto aqui tenho que falar. Mesmo gastando algum tempo, mas há reposição de factos e de verdades que o Presidente da Câmara tem que fazer. Não sem antes recordar a grande casa que é, naturalmente, o Politécnico da Guarda. Eu não me canso de dizer que foi graças ao Politécnico, vai fazer vinte e nove anos que eu cheguei à Guarda, precisamente para estudar no Politécnico da Guarda e quis o destino que por cá ficasse, constituísse família, fizesse a minha vida, portanto, pessoal e profissional e aqui estou hoje, empossado nestas funções, com muito gosto e com muito orgulho. Mas é importante também referir a grande obra que foi feita pelo Politécnico da Guarda, obra propriamente dita, no final dos anos 80, no início da década de 90. É bom recordar a grande obra que foi feita nesse tempo, todo o trabalho feito também ao longo de todos os anos, de todos os dirigentes ao longo da existência do Politécnico da Guarda. Temos que ter boa memória sobre todos aqueles que trabalharam, com o melhor que sabiam e aquilo que os deixavam fazer, para que o Politécnico fosse aquilo que é hoje. E, particularmente, ao longo dos últimos anos, e refiro dos últimos quatro anos, o esforço na atração de cada vez mais alunos para o Politécnico e na participação em diversos projetos nacionais e estrangeiros pela atual direção. É, naturalmente, salutar e devemos todos parabenizar este trabalho que tem vindo a ser feito. Mas, já que se fala em habitação e em residência de estudantes, já aqui foi referido, ó senhor Deputado, quem é que chumbou a candidatura do IPG ao PRR? Foi a Câmara da Guarda? Não foi. Se calhar, se o PRR fosse gerido pelas CCDR ou pelos Municípios, se calhar muitas outras candidaturas já poderiam estar aprovadas e em marcha. Mas, de repente, ao fim de trinta e sete anos de poder do Partido Socialista nesta Autarquia e de oito anos de poder

do Partido Social Democrata, eis que a culpa é toda dos independentes que chegaram há dois anos ao poder. Foi este ensaio que há pouco se tentou aqui fazer. Faça, por isso, senhor Deputado, a reposição da verdade e diga em que é que a Câmara de Guarda apoiou o IPG durante os trinta e sete anos de governação do Partido Socialista. Já aqui foi referido, há pouco, pelo senhor Deputado José Valbom, naqueles tempos em que havia a Câmara de um lado contra o Politécnico do outro e vice-versa. E foi isso que aconteceu durante todos esses anos ou durante grande parte desses anos. É bom que tenhamos memória e vamos recordar o passado através dos órgãos de comunicação social, que bem agradecemos o trabalho também que têm vindo a fazer ao longo de anos e anos. E, de repente, tiram-se assim uns coelhos da cartola. Viva os milhões que não temos! Lamento, senhor Deputado, a demagogia que, para além de Vossa Excelência dar aulas no Politécnico da Guarda, e ainda bem que dá e, portanto, tem feito um bom trabalho, é aquilo que bem me referem, mas tem agora também responsabilidades públicas no organismo estatal que alguns conhecem. Senhor Deputado, devemos deixar de demagogia e dizer efetivamente qual é a oportunidade que acabou de falar. Não esconda as coisas, fale a verdade. E é aqui nesta Assembleia. Se o senhor falou nesses termos, nessas condições, é aqui que deve falar o que é que está por aí preparado, o que deve estar por aí escondido. Sabe porquê? Porque, publicamente, ninguém sabe. O Presidente do Politécnico da Guarda que tomou posse a semana passada, onde eu estive presente também, o senhor também lá esteve, e nada disto foi referido. Nem na tomada de posse, nem aqui nesta Assembleia Municipal, nem num telefonema do senhor Presidente do Politécnico. Portanto, é aqui que o senhor, se tem *inside information*, faça o favor de dizer aqui nesta casa, que é a casa do povo da democracia do concelho da Guarda. Sabe, senhor Deputado, que o PRR apoiou, quase ou praticamente todas as residências do país, num valor tendencialmente para 100% do seu custo. Exceto Guarda, exceto Castelo Branco e Faro, se não me falha a memória. Eu já aqui referi, mais do que uma vez, nesta mesma Assembleia Municipal. E, senhor Deputado, nunca Vossa Excelência irá condicionar este Executivo na sua atuação, nas suas decisões e nas suas contratações, pois estamos num estado de direito e não numa república das bananas. Sobre cooperação, não devemos falar sobre aquilo que não sabemos. Todos, já aqui foi referido e é este trabalho que todos devemos fazer, todos somos poucos para defender a Guarda e não é com essa vossa posição extremista que

se faz bem este trabalho. Então, de repente, esqueceram-se de falar no protocolo, já aqui referido, que foi assinado há cerca de um ano, há pouco mais de um ano, com o Politécnico da Guarda, para as cerca de cento e quarenta camas, a possibilidade máxima de cento e quarenta camas na antiga residência Gulbenkian e na totalidade do antigo Centro Apostólico? É só fazer as contas, senhor Deputado. Bom, mas, senhor Presidente da Assembleia, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, estou em condições de dar aqui uma novidade. É que nós estamos numa fase de negociação, na reta final, mesmo finalíssima, já estamos no sprint final da negociação dos fundos comunitários, dentro da Comunidade Intermunicipal, com a CCDR, dentro daquilo que são as ETI. Um dos muitos projetos que nós apresentámos foi a reabilitação da antiga residência na rua António Sérgio, onde está a ANEPC (como sabemos, irá, no médio prazo, mudar de instalações para um espaço da Câmara Municipal da Guarda) e ali será reabilitado aquele edifício precisamente para residência de estudantes. Isto é uma novidade. Não é coelho na cartola, não é jogo escondido. É a verdade. Isto foi apresentado, efetivamente. Foi um dos projetos apresentados. Mas, de repente, também se esqueceram dos 160 mil euros que a Câmara da Guarda atribui anualmente a cinquenta estudantes do ensino superior carenciados. Ó senhor Deputado, não foi a republicação da rede social. O senhor aprovou, e bem, há um ano atrás, aqui, a revisão desse regulamento que já o ano passado se aplicou e este ano vai-se continuar a aplicar. E este ano ainda com mais publicidade, para que, de facto, possa ser cada vez mais equitativo e possa ter um leque mais abrangente nos seus candidatos. Mas também se esqueceram, afinal de contas, do valor aprovado aqui nesta Câmara para a adesão da Câmara Municipal da Guarda ao Laboratório da Logística? De repente parece... há pouco o senhor Deputado José Valbom falou aqui em queijo. Se calhar, deve ser o queijo que faz esquecer muito. Então e já se esqueceram da estratégia local de habitação que nós aqui vamos discutir, à tarde, a primeira revisão? Então, esqueceram-se do que aqui referi na última Assembleia Municipal sobre a habitação acessível? É bom, é importante nós recordarmos aquilo que nós aqui vamos discutindo e aquilo que aqui vai sendo aprovado. Então, esqueceram-se da proposta da Câmara da Guarda que foi feita (mas, se calhar, aqui não sabem) recentemente para a adesão e já foi efetivada (não é verdade, senhora Vice-Presidente?) e pelo Politécnico da Guarda ao CLAS, ao Conselho Local de Ação Social para um acompanhamento mais de proximidade, mais

profícuo aos jovens estudantes carenciados? Então, esqueceram-se do apoio total ao espaço dos alunos até ao 12º Ano em todo o concelho e do Ensino Superior, que está em estudo? Deixe-me terminar, se faz favor. Deixe-me terminar. Eu não o interrompi, não me interrompa, se faz favor. Senhor Presidente, falta de educação é que não se pode permitir. E nesta última reunião do Executivo Municipal foi dada uma sugestão e aquilo que foi dito e ficou em ata, sim senhor, vamos estudar o impacto económico e nas próximas reuniões de Câmara nós voltamos aqui à discussão com esse ponto. Isto é que é democracia, isto é que é saber ouvir os vereadores e saber ouvir os deputados municipais. Então, mas de repente esqueceram-se do subfinanciamento, que já aqui foi referido, e do acréscimo de custos que o Politécnico da Guarda teve por parte do Estado Central? Foi aquilo que foi discutido, já aqui foi referido, no Conselho Geral. Então, os 500 mil euros serão para cobrir esta falta, este défice? Não queiramos agora disfarçar e fazer esquecer todas estas questões que eu acabei de referir e são muito importantes. Não devemos ser demagógicos, mas sim realistas. A Câmara Municipal da Guarda está, como sempre estive nos últimos dez anos, e eu sei daquilo que falo, sempre disponível para, em conjunto com o Politécnico da Guarda, com a sua Direção, encontrar a melhor forma de colaboração, sempre pelo desenvolvimento da instituição e do nosso município. Mas a colaboração faz-se com protocolos bem concretos e bem definidos e não com verbas à toa, mandadas para os olhos das pessoas, para depois irem fazer política rasteira para as redes sociais. Já agora, senhor Deputado, permita-me, a talho de foice, que nós aprovámos e assinámos um protocolo com a Administração da ULS. Também, olhe, este foi de 150 mil euros de uma forma efetiva, para o projeto de execução do Centro de Investigação Nacional do Envelhecimento. Se tiver oportunidade, depois, de poderem falar com a Administração também sobre esta matéria. Nós não nos cansamos de falar para que esse protocolo possa ter execução. São 150 mil euros que estão alocados a esse protocolo vai para dois anos daqui a pouco, mas de facto ainda tem zero cêntimos de execução. Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, portanto, esta Moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Apoio ao Instituto Politécnico da Guarda** -----

- Rejeitado, por maioria, com trinta e oito votos contra, vinte e duas abstenções e dezasseis votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passávamos, agora, às... Declaração de voto? faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros, Deputado (PSD):** “Muito bom dia a todos. Na pessoa do senhor Presidente, cumprimento os presentes e aqueles que nos ouvem e veem à distância. Dizer o seguinte. A bancada do PSD absteve-se, naturalmente reconhece e todos reconhecemos o mérito da instituição, do IPG. Isso é inequívoco. No entanto, julgamos também e temos a certeza que a Câmara poderá sempre fazer mais e melhor nesta matéria como noutras. É uma instituição do concelho que não só dignifica o concelho como todo o país. E se queremos captar pessoas para aqui, portanto, temos que apoiar ainda mais. E naturalmente que reconhecemos e todos acho que reconhecem o incumprimento total do Governo nesta matéria. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado, faz favor.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Votámos a favor porque acreditamos que o município também tem responsabilidades, tal como tinha o município de Guimarães, tal como tinha o município de Leiria, tal como tinha o município de Famalicão. É verdade que estas verbas foram do PRR. A verdade, também, é que o município da Guarda não se candidatou a nenhuma destas verbas, senhor Presidente. Já agora, dizer-vos, em primeira mão, que vai abrir um novo aviso, senhor Presidente. Já tem a candidatura preparada, senhor Presidente? É que também pode-se candidatar, enquanto município, senhor Presidente. Espero que esteja já preparado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, pôs agora aqui um problema à Mesa. É que este tempo, como fez o senhor Deputado Luciano Calheiros, é para uma declaração de voto. E bem. Não é para vir aqui, numa declaração de voto, voltar a questionar o Presidente da Câmara. Só um bocado. Só um bocadinho. Só um bocado, peço imensa desculpa. Um minuto... Não, senhor Deputado. Não posso alterar a lei que diz que o Presidente da Câmara é o último a falar. Só se eu quiser violar a lei, eu não a violo. E, portanto, como o senhor questionou, abriu aqui um precedente. Não

lhe posso dar a palavra. Senhor Deputado, peço imensa desculpa. Não foi questionado, não pode. Posso dar a palavra, como questionou o senhor Presidente da Câmara, voltarei a dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Mas não darei a palavra a mais nenhum senhor Deputado. Agora, peço encarecidamente que, de futuro, sejam declarações de voto, porque se não obrigam-me a fazer aquilo que eu não quero, que é cortar a palavra ao senhor Deputado. Em circunstância alguma desejarei fazê-lo. Mas também fiquem a saber que, se for preciso, também o farei. Senhor Presidente da Câmara, faça favor. Não quer? Muito obrigado.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Votámos contra, expusemos bem os nossos argumentos. Subscrever integralmente a declaração do Deputado Luciano Calheiros, subscrevo integralmente. Deixar aqui também ao Executivo o repto, este assunto veio para a ordem do dia e, agora, no que nos compete enquanto a Câmara Municipal da Guarda, temos de agir e estarão a observar a nossa ação. Ponto de informação: Leiria, o Politécnico de Leiria, está no Público, é o Politécnico de Leiria...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, é uma declaração de voto...”

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “... candidatou 25 milhões...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não posso, senhor Deputado...” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “É um ponto de informação. E Batalha 1,2 milhões.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa, mas tenho que lhe cortar a palavra. É declaração de voto, é declaração de voto para todos. Declaração de voto, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom. Isto é a casa da democracia. Várias opiniões, tudo bem. Senhor Presidente, declaração de voto. Votei contra...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, é a casa da Democracia, mas tem que ter regras também. Muito obrigado.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Obrigado, obrigado. Declaração de voto. Sou elemento do Conselho Geral, por isso sinto-me na obrigação de ser um provedor do Politécnico em todos os sítios e tento sê-lo. Em consciência, penso que sou. E em nome disso é que

eu votei contra, porque não podemos desviar-nos do essencial e o essencial é que há um défice de política pública de educação do Governo central nas terras do interior. Por isso eu votei contra. Não vamos resolver agora, aqui, pontualmente isto” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais uma declaração de voto? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Eu queria que a minha declaração de voto fosse lida como um incentivo à Câmara para colaborar ainda mais com o Instituto Politécnico e como um fator de união, porque todos somos muito poucos para podermos promover e para promovermos a cidade e o concelho.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Enquanto Bloco votámos favoravelmente porque, voltamos a repetir, não é necessário haver esta guerra entre o Município e o Governo. Se existe um apoio e existe vontade, é preciso haver consenso. Haver vontade de se sentarem, despendem tempo para conversarem as duas entidades e avançar para o bem da Guarda, em vez de estarem a implicar com pequenos pormenores. Já foi aqui dito que vai haver um aviso. Portanto, o Município é bom que se prepare para ajudar a fazer candidatura e fazê-la e então este problema já não existirá. Será mais por aí. Não percebo muito bem porque é que seremos contra uma recomendação que apoia o IPG. Só fazer uma ressalva. Em relação ao valor, e foi lapso meu quando falei inicialmente, sei que é declaração de voto, mas consideramos que tem que ser falado primeiro com o IPG. Aprovámos porque vemos uma necessidade de incentivar o apoio ao IPG, mas o valor obviamente tem que ser conversado, porque não sabemos o porquê de 400 mil euros. No entanto, é necessário, sim, haver um apoio e esta moção reforça este apoio que tem que existir.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Declaração de voto.” -----

- **Pedro Pinto Teixeira, Deputado (PS):** “Bem, no mundo da Internet há uma coisa que se chama *clickbait*. Pedia só... No mundo da Internet há uma coisa que se chama *clickbait*, e toda a gente faz, que é ler as gordas. Clica e está a andar. É preciso ler aquilo que lá está. Aquilo que nós propomos é que exista esta tal cooperação entre o Município

e o Politécnico da Guarda. Não é? Toda a gente está de acordo com isto. E se lerem bem o que lá diz, se lerem bem o que lá diz, o Politécnico da Guarda deverá propor projetos que sejam aprovados com o apoio do Município. É isso que lá diz. É importante ler essa parte. Não é só chegar aqui como a questão da aprovação ou não aprovação das residências. É preciso saber porquê. É preciso saber porquê. Porque isto, rumores e coisas, são coisas banais. Toda a gente fala, toda a gente diz, toda a gente escreve, toda a gente lê no Facebook. Informem-se. É preciso informarem-se. Por isso, o meu voto a favor. Tenho pena que não tenha ido para a frente. Mas certamente, estou feliz por outra parte, porque acho que a partir de hoje, se calhar, irá existir uma colaboração mais efetiva entre as duas entidades e contem sempre comigo para ajudar as duas entidades.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Senhora Deputada Bárbara Xavier, tem a palavra para a Recomendação. Sim, porque depois terei que pôr à discussão. Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Trago aqui um tema que não é novo, mas não ficaríamos bem se não reforçássemos como é que o processo foi feito. A verdade foi aqui escondida dos guardenses durante o tempo que se conseguiu. Foram meses de suspeitas fundamentadas, sempre com o Executivo a evitar o assunto e a levantar desconfianças sobre os motivos da comunidade educativa. Em fevereiro deste ano foi revogado o contrato de requalificação da Escola C+S de São Miguel. Foi orientada uma visita ao Comando da UEPS, a um sábado. No mesmo mês, o senhor Presidente conseguiu, nesta Assembleia, desvalorizar e ignorar as questões que lhe foram direcionadas sobre a escola, fosse por partidos ou pelas encarregadas de educação. Fez o mesmo na comunicação social. Repudiamos a falta de transparência e de seriedade no debate público e político, através de tentativas de vitimização e de respostas simplistas que tornou todo este processo opaco, sem envolver a comunidade educativa e sem ter em conta a vontade das munícipes e dos munícipes. Reforçamos que este processo é contrastante a todas as intervenções sobre coesão territorial, descentralização, investimento no território e no interior, tão bem usadas eleitoralmente. É uma opção de centralizar a oferta educativa, oposta à necessidade de aproximação das populações. Se tantas vezes o número de alunos da Escola foi utilizado

como desculpa do seu encerramento, não se entende mesmo como é que não é possível que o Executivo não consiga falar com supostamente tão poucos encarregados de educação e chegar, obviamente, a um consenso. Com preparação e vontade, era possível ter agido para requalificar o edifício, preservar a biblioteca, a comunidade criada e aumentar até a oferta educativa naquele espaço e consequentemente da Guarda. Não basta falar, temos que fazer as ações. Chegando ao ponto de o Executivo ser incapaz de encontrar outra solução além do encerramento, ou extinção, porque na verdade propôs logo a extinção, havia formas mais corretas de encaminhar este processo e não teriam como consequência alternativas insustentáveis. Nem sequer em relação à utilização deste edifício nós temos qualquer informação. As pessoas foram expulsas. O que é que se pretende fazer? Qual é o projeto? Pelo exposto, recomendamos que o Executivo Municipal cumpra as suas competências salvaguardando sempre uma discussão participada pela população e manifestamos o nosso enorme desgosto pelo processo adotado para extinção da Escola C+S de São Miguel.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Colocava se alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado desejasse intervir sobre este tema, faça favor. Não havendo, pedia à senhora Deputada que interviesse de novo sobre o Voto de Solidariedade.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Voto de Solidariedade às trabalhadoras e aos trabalhadores da Khronodefine e Têxteis Evaristo Sampaio. Nos últimos meses, vimos encerrar estas duas empresas. A primeira, Khronodefine, comparticipada em cerca de 7 milhões pela União Europeia e apresentada como uma promessa de desenvolvimento local. A Têxteis Evaristo Sampaio, era a última empresa da aldeia dos Trinta que ainda trabalhava com a fiação têxtil e que se encontrava a operar desde 1940. Os Trinta foram conhecidos como a aldeia dos têxteis, mas vimos em 2023 os últimos trabalhadores da região surpreendidos pelo encerramento e sem respostas suficientes. Apesar de um Plano Especial de Recuperação, de cerca de uma década. Os lesados e as lesadas não tiveram direito a um aviso prévio para além de uma reunião e não receberam qualquer resposta concreta acerca dos valores que estão em dívida. A Khronodefine, por seu lado, prometia produzir milhares de toneladas por ano, criar cinquenta postos de trabalho

diretos e centenas de indiretos. Todos vimos a divulgação. Supostamente seria um impulso à economia local. No entanto, laborou cerca de um ano. Neste caso, as trabalhadoras e os trabalhadores foram surpreendidos com as alternativas à rescisão do contrato ou a suspensão. Igualmente ficaram sem resposta em relação aos salários que não foram pagos. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, caso aprovem, reunida a 27 de setembro de 2023 delibera: Solidarizar-se com todas as mulheres e homens despedidos de ambas as empresas; Reforçar a necessidade de respeitar as trabalhadoras e os trabalhadores, os seus direitos, nomeadamente, obviamente, o pagamento dos valores em dívida com urgência; Manifestar apoio às trabalhadoras e aos trabalhadores do concelho que veem negados o seu direito à dignidade laboral através de diminutas condições de trabalho, baixos salários, horários e folgas desadequadas. Obviamente, estas duas empresas não eram caso único. E saudar todos os homens e todas as mulheres que lutam pela defesa do emprego justo e das condições das trabalhadoras e dos trabalhadores. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Sobre este Voto de Solidariedade, alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, em si cumprimento todos os que me ouvem. Dizer só duas coisas. Que os Trinta e a recordação do setor têxtil não fique sem qualquer coisa que evoque, e nos Trinta, essa atividade. Um museu dessa atividade. Depois, uma outra coisa muito simples. Estamos a cinquenta anos de 25 de Abril. Os rendimentos do trabalho versus todos os outros rendimentos têm estado a reduzir. Temos que fazer uma política pró trabalhador, sob pena de não sermos um país sustentável, porque os bons quadros vão-se embora.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não havendo mais inscrições, colocava este Voto à votação. (...) Senhor Deputado, sugere? À votação. O problema, para que eu já apelei várias vezes, o primeiro apelo é que não saiam da sala, o segundo apelo é que, no decurso da votação, não entrem. Porque, se não, é impossível contar. Portanto, está fixado. Votos contra não houve, abstenções não houve.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Solidariedade** -----  
----- **Às/aos Trabalhadoras/es da Khronodefine e Têxteis Evaristo Sampaio** -----  
- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e cinco votos a favor. -----  
-----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passávamos, em função da hora, meio-dia, passávamos... Quem é que está escrito, por favor? Peço desculpa, não tinha visto. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Meus Senhores, minhas Senhoras, muito bom dia. Prezado Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o que me traz aqui hoje é o mesmo assunto que me tem mobilizado nas minhas últimas intervenções. São aquelas questões que persistem sem resposta e que estão confinadas a um estranho e perturbador silêncio por parte do Executivo, nomeadamente na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Não deixo, porém, de agradecer a si, Senhor Presidente da Assembleia, a recetividade aos vários e-mails que repetidamente fui dirigindo à Mesa desde a reunião do dia 28 de fevereiro e com o conhecimento de todos os líderes partidários aqui representados. Mas, pelos vistos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal não considerou nem a Mesa da Assembleia, na pessoa do Senhor Presidente, nem a mim, nem a esta Assembleia, nem tão pouco os guardenses. Não respondeu, não se justificou e escusou-se a esclarecer dúvidas concretas de âmbito estritamente municipal. Creio que todos os presentes concordarão que existe o direito de resposta e que há o dever de esclarecimento. E os assuntos que nos oferecem dúvidas são delicados e podem inclusivamente melindrar o rigor, a transparência, o cumprimento cabal das leis e o respeito pelo erário público. Dispensso-me a detalhar, porque já foram dirigidas por escrito e partilhadas com os grupos que aqui têm assento. Mas sublinho que algumas dessas dúvidas (e sublinho ainda mais que são dúvidas e nunca, jamais, acusações) se prendem com procedimentos de contratação pública; adjudicações pouco claras e algumas até, porventura, um pouco insidiosas; ausência de fundamentação de adjudicações a diferentes fornecedores, com matéria contratual coincidente; situação dos procedimentos concursais para os cargos de direção intermédia de segundo grau, nomeadamente nas unidades orgânicas referentes à divisão financeira e à cultura; a falha nas promessas e naquelas convicções pré-eleitorais, com as quais eu até me revejo, do lema: *Adjudique-se à Guarda o que há na*

*Guarda*; o acesso aos cálculos para o fim anunciado da FIT. E surgem hoje duas questões, as quais gostava que fossem consideradas. É que, à data de hoje, acrescento o pedido de esclarecimento acerca do SIADAP. Diga-nos, Senhor Presidente do Executivo, clara e objetivamente, com a honestidade que este órgão e a sua função naturalmente merecem, se estão a ser cumpridos, quer os prazos, quer as formalidades legais inerentes ao procedimento em si. Mas adiantamo-nos logo àquilo que é apanágio do Senhor Presidente e solicito, em representação do grupo municipal do PSD, um relatório, por escrito, à data de hoje, com a informação acerca do ponto de situação do SIADAP e dos procedimentos em curso. E vamos ver se desta vez o silêncio se quebra e se os esclarecimentos nos chegam. Finalmente, e estamos na iminência do encerramento das urgências na capital de distrito, admito que o Senhor Presidente da Câmara Municipal estará já a tomar as devidas diligências e, por isso, sem qualquer insinuação, sem qualquer má fé, com total solidariedade, o grupo municipal do PSD junta-se àquilo que for a força e a voz reivindicativa em relação à manutenção das urgências na capital de distrito e a nossa solidariedade e a nossa força para com o Executivo nesse sentido. Entretanto, agradecia que, a partir de hoje, este silêncio se quebrasse, por favor. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor. Tem um minuto e vinte do CDS.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bom dia, mais uma vez. Hoje, e pensamos que isto aqui devia ser uma iniciativa da Mesa, queremos saudar, de forma fraterna e solidária, a Vereadora do PS que assumiu recentemente funções. Contamos com a sua frontalidade, com a sua coragem e determinação para, em conjunto, defendermos os mais nobres valores de Abril e do Partido Socialista. Temos a certeza que a Guarda ficará a ganhar. Provavelmente que a aqueles que agora se dizem pela Guarda, aqueles que cigarreiam numa qualquer noite de verão, aqueles que gostam de aparecer nas feiras e feirinhas, nas romarias e romariazinhas, nos festivais e outros que tais, mas que na Guarda nada têm feito, gostariam que estivesse quieta e calada. Sabemos que essa não é a sua fibra e que o seu amor à Guarda não lhe permite tais ousadias. Sabemos que podemos contar consigo para agora e no futuro derrubarmos as muralhas do imobilismo, da passividade, da inoperância e da incompetência. Queremos construir

uma Guarda melhor e maior. Queremos a concretização de um projeto que contribua para um concelho mais feliz, mais inovador, mais criativo, mais inclusivo, com mais cultura. A Guarda necessita de pessoas irreverentes, com provas dadas, pessoas competentes e que nos façam sair do marasmo. Tenho a certeza que estará sempre connosco na defesa de um futuro melhor. Bem-vinda, Senhora Vereadora.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Dou a palavra ao senhor Deputado Luciano Calheiros, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros, Deputado (PSD):** “Ora bem, é a segunda vez que eu trago este tema também aqui à colação e que tem a ver, de facto, com o Porto Seco. O tema Porto Seco. Ora bem, desde a reunião que o Senhor Presidente teve com o Ministro João Galamba, em finais de abril, não sei se há algum desenvolvimento ou não, não sabemos mais nada, pelo menos eu não sei. Eu já mostrei preocupação aqui com a tal solução provisória, mas há outros dados. Nós sabemos também que o FEF, e toda a gente sabe, é manifestamente insuficiente para o desenvolvimento de qualquer município, sabemos que os territórios competem e, em maio último, decorreu um seminário internacional promovido pela administração dos Portos de Aveiro e Figueira da Foz, no museu da Vista Alegre, em Ílhavo. O tema foi o «Crescimento Ferroviário no Corredor Atlântico Ibérico - Desafios & Oportunidades», esteve presente o Alcaide de Salamanca, que referiu: Salamanca já tem mar, Salamanca já tem mar em Aveiro e já tem um lugar onde reconhecer-se e sentir-se em casa. Disse, ainda, que a construção do Porto Seco de Salamanca já arrancou, prevê dezoito meses até à sua conclusão e até a ferrovia entrar em Salamanca. Isto foi em maio. O representante do Porto Seco de Salamanca, Pablo Hoya, afirmou que a oportunidade espreita numa área próxima e com Madrid como um dos mercados mais apetecíveis. Foi dito também que o Porto de Aveiro vai apostar no relançamento da Plataforma Multimodal de Cacia. Ou seja, a questão que se coloca aqui e o que importa saber é, perante o Protocolo Aveiro/Salamanca, como é que a futura Administração do Porto Seco da Guarda se vai posicionar, se vemos isto como uma ameaça ou uma oportunidade. Perante a dimensão e a atratividade de Salamanca e a importância do Corredor Aveiro/Madrid, o que fazer? Isto são questões fundamentais porque mexem com a Guarda. Nós estamos neste corredor e, portanto, nós encaramos isto como uma ameaça ou uma oportunidade? Eu encaro como uma oportunidade.

Portanto, tem que haver conversações porque nós temos que atrair investimento, porque não há desenvolvimento se não o fizermos e o Porto Seco é a última e grande oportunidade. Eu acredito que nós temos que ir para aí. Portanto, é inevitável. Atenção que temos aqui uma grande oportunidade que vai de Aveiro a Madrid e vejam-se os frutos que nós podemos colher daqui. Mas tem que haver conversações porque o processo do Porto Seco de Salamanca está em marcha acelerada. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Penso que não há mais nenhuma inscrição. O Senhor Presidente da Câmara... Tem tempo, Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Eu vou pegar nas palavras do Luciano e dizer que concordo plenamente e afirmo que o Porto Seco é a nossa última oportunidade de desenvolvimento para a Guarda. Efetivamente, o Porto Seco é fator diferenciador e que nos pode relançar na corrida com as outras cidades com quem competimos. É preciso entender bem o que é que representa o Porto Seco e para entender bem o que representa o Porto Seco, é preciso também perceber o que é um Porto Seco. Eu vou refletir um pensamento que expressou o Senhor Presidente da Assembleia que, em determinada altura, disse que não sabia o que era um Porto Seco. Por isso, eu lanço um desafio aqui à Câmara Municipal, que acho de extrema urgência que promova na Guarda uma conferência, um seminário, o que se queira, para esclarecermos o que é o Porto Seco, o que vai ser o Porto Seco, as oportunidades que o Porto Seco nos pode trazer. O Porto Seco é uma oportunidade, efetivamente, única. Aliás, vamos ter a concorrência, já percebemos, de outras latitudes. Eu tenho falado com o Luciano sobre este tema e eu fiquei de um ouvido atento quando ele, numa outra Assembleia, referiu aqui que Gondomar tinha sido um sucesso, ao ponto de precisarem de expandir a área para a economia que se quer instalar. Sem economia, não há riqueza. O Porto Seco efetivamente é um investimento. O meu avô dizia, o dinheiro só serve para duas coisas, para investir ou gastar. O Porto Seco é um investimento, é a oportunidade que nós temos para criar riqueza. A Guarda, há trinta ou quarenta...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe poder de síntese, está bem?” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “... trinta ou quarenta anos, eu diria que era a princesa do interior. Aqui na nossa orla raiana, a Guarda, economicamente, passo a expressão, vernáculo, dava cartas a toda esta raia. Desde Bragança até Beja, éramos a cidade... aliás, tínhamos a Renault. A Estação da Guarda existe por causa da Renault, tem a dimensão que tem porque existia a Renault. Nós, nesta concorrência que temos tido das cidades que nos são próximas... aliás, a gente vai a outra cidade e o que é que nós sentimos? Sentimo-nos... eu sinto mal-estar. Dantes, as pessoas inclusivamente vinham-se divertir à Guarda e eu falo daquilo que sei porque fui empresário da noite. Isto é um vetor económico que se foi perdendo. Mas eu queria dizer o seguinte, relativamente à Guarda. A Guarda, há trinta, quarenta anos, efetivamente era a cidade mais desenvolvida do interior. Fomos perdendo qualificação relativamente às outras cidades. A Covilhã vinha comprar à Guarda, o comércio da Covilhã era na Guarda...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, já ultrapassou o seu tempo em dois minutos. Peço-lhe...” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Eu não sou grande comunicador, confesso que não sou. Eu estou na política por acaso...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mas já ultrapassou em dois minutos e sete, tem de compreender.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Então, eu queria só recomendar aqui à Câmara que efetivamente promova... e, já agora, só dizer uma coisa que é o seguinte: eu não sei, com certeza que é uma atitude de inteligência, mas a minha inteligência não abrange, os fundamentos do Senhor Ministro que se demitiu, o Pedro Nunes... esqueço-me do nome das pessoas... Nuno Santos, que se demitiu, que entendeu que nós devíamos ter a bitola que temos e não a bitola Europeia. É preciso confrontar esse senhor, e se calhar convidá-lo, com essa irrealidade que nos vai limitar. Porque, o que é um Porto Seco, basicamente? É uma plataforma intermodal. Se nós não temos aqui a Plataforma Ibérica, com certeza que, quem quer investir, vai investir em Salamanca. Porquê? Não vão transferir as mercadorias da bitola ali em Vilar Formoso para a bitola Europeia...” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Isto, pronto, ainda teria algumas coisas a acrescentar, mas penso que fui explícito e que me entenderam.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mas eu peço-lhe desculpa, já ultrapassou o tempo.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “É fundamental... não é fundamental, é decisivo o Porto Seco e é importante e fundamental fazermos essa conferência para todos nós ficarmos conscientes de que efetivamente a Guarda pode perder esta última oportunidade. Não a devemos perder e nisto devemos estar todos unidos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente, se desejar falar, peço-lhe também síntese. Tem cinco minutos e quinze. Mais um pouco, chegando aos três minutos de excesso.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Tentarei ser muito telegráfico, muito obrigado. Reitero os cumprimentos. Apenas aqui algumas notas. Senhora Deputada Cláudia Guedes, sobre a organização da Feira do Emprego, nós devemos recordar o bom trabalho feito, ao longo dos últimos anos, pelo CLDS-4G. E, portanto, nova candidatura aguarda-se para que esse trabalho também das feiras do emprego, que foram feitas nos agrupamentos de escolas... aliás, devo dizer também que hoje mesmo está a haver um evento, uma iniciativa desse género realizada entre a Comunidade Intermunicipal e o Nerga. E, portanto, devemos, sim, claramente continuar a fazer este tipo de iniciativas, porque são cada vez mais importantes. -----

Sobre a Rádio Altitude, naturalmente associamo-nos desde a primeira hora. Nós estivemos presentes, como sabem, nas comemorações e em todas as iniciativas. Recordar aqui o trabalho de tantos jornalistas, de tantos colaboradores, de tantos comentadores, enfim, dirigentes, que ao longo destes setenta e cinco anos, muito para além do seu fundador naturalmente, fizeram um grande trabalho. Parabenizar toda esta boa gente, toda esta grande instituição que é a Rádio Altitude e associamos assim ao Voto de Louvor. -----

Sobre o Voto de Protesto, o atraso na linha da Beira Alta, já aqui foi referido o encerramento que foi feito em abril de 2022. Mas, efetivamente, até agora, os Autarcas continuam sem qualquer explicação. Seja da Tutela Governamental, seja da

Infraestruturas de Portugal. À época, há pouco mais de um ano, os Autarcas foram chamados a uma reunião de trabalho onde foi explicado o motivo da necessidade do encerramento. E, depois, mais tarde, novamente, para explicar o motivo do atraso que iria existir, que era para que as obras tivessem a sua conclusão no dia 12 de novembro próximo. Pois bem, nós percebemos que não é fácil. Sabemos bem que as matérias primas como é que estão, a falta de mão de obra. Mas aquilo que se deve exigir é que haja um rápido plano de recuperação de trabalhos e que os Autarcas sejam, no mais curto espaço de tempo, informados sobre esta matéria, porque tudo isto traz imensos prejuízos para a economia local, para a economia regional, para as nossas empresas, enfim, para a mobilidade dos cidadãos, para a chamada mobilidade verde que todos nós tanto andamos a apregoar. Mas é absolutamente necessário que esta obra seja concluída. E, naturalmente, se esta obra não for concluída rapidamente, também o Porto Seco vai atrasar. É uma consequência. Enquanto o estaleiro da obra não sair do antigo terminal rodoferroviário, a APDL não pode iniciar a empreitada que se prevê que seja lançada este mês de setembro. Mas já falarei mais em concreto sobre isso, porque é absolutamente fundamental que o Porto Seco possa arrancar no mais curto espaço de tempo. Já aqui foi falado também a questão das variantes. Já foi falado aqui, mais do que uma vez, já foram feitas moções, mas até agora ainda não há respostas bem concretas e bem definidas sobre os protocolos assinados nesta sala em julho, mês sete, de 2018 e que ainda não estão em execução, não estão, digamos assim, não há luz ao fundo do túnel para a sua execução. -----

A propósito do Porto Seco, senhor Deputado Luciano Calheiros, ponto de situação. Bom, já houve mais do que uma reunião. A última foi há cerca de quinze dias, aqui no meu gabinete, com o Presidente da APDL, com o assessor do Ministro Galamba, com uma assessora da Ministra Ana Abrunhosa, com a administração da APDL toda, enfim, para discutirem, sabem o quê? Então, agora, aqui d'El Rei que não havia financiamento para a obra. Aquela obra irá custar 3,4 milhões de euros. O financiamento que a APDL pediu foi de 2,4 milhões de euros, cerca de 60% mais ou menos. Aquilo que eu referia naquela sala foi, minhas senhoras e meus senhores, mal feito fora que o país, a coberto da coesão territorial, não tenha 2,4 milhões de euros disponíveis para que essa obra seja possível ser executada. É surreal. É claro que depois das minhas declarações, depois houve uma

outra reunião a seguir, já houve um telefonema, já houve um encontro esta semana e, felizmente, parece que já está a ser encontrada luz ao fundo do túnel para que possa existir o financiamento. Porque aquilo que nós defendemos, desde a primeira hora, é que o Porto Seco deve avançar exatamente naquele sítio, no terminal rodoferroviário, porque é a forma mais rápida de ele ser executado, mas sem qualquer ampliação para cima das casas. E aquilo que pedimos é que seja feito um plano de médio e longo prazo para a ampliação noutra local. Mas é importante que ele arranque já no imediato porque qualquer obra que possa ser feita, ao nível do Porto Seco, de novo, que não seja naquele local, obriga a expropriações, a estudos de impacto ambiental, a projetos. Seis, sete anos ninguém nos tira. E por isso é absolutamente fundamental que a obra do Porto Seco avance no mais curto espaço de tempo. E devo dizer, Deputado Luciano Calheiros, o Porto de Aveiro, eu sei bem desse acordo. Há alguns meses estive reunido com o meu homólogo de Salamanca, conversámos sobre esta matéria e, portanto, serão sempre complementares. Aliás, devo dizer que o Porto de Aveiro é um Porto de granel, essencialmente. Não é de contentores. Contentores é em Leixões. E, portanto, haverá sempre aqui complementaridade. É certo que haverá sempre contentores por um lado e granel para outro e, portanto, estamos perfeitamente dentro dessa lógica da complementaridade, de nos associarmos todos para podermos defender esta nossa euroregião que é toda esta faixa que vai da Guarda a Salamanca e com as capitais de distrito aqui envolventes. -----

Deputado Luís Soares, no que diz respeito aqui ao Porto Seco. Já foi falado muito o que é o Porto Seco e, certamente, num futuro breve, havemos de ter oportunidades, naturalmente, para poder falar mais sobre tudo isso. Mas devo dizer também, eu já referi aqui, mas vou voltar a referir, um Porto Seco, per si, traz meia dúzia de postos de trabalho. A operação do Porto Seco são meia dúzia de postos de trabalho, mais os serviços aduaneiros. Agora, aquilo que é muito importante num Porto Seco são as sinergias e a economia que se vão formar à volta, que podem ser dezenas, podem ser centenas de postos de trabalho no médio e no longo prazo. E por isso é que é absolutamente fundamental o arranque, no mais curto espaço de tempo, do Porto Seco. Aquilo que nos referiram foi que a empreitada pudesse ser lançada ainda durante o mês de setembro, para que o Porto Seco pudesse entrar em funcionamento lá para o final

de 2024. Vamos ver se os astros se alinham para que, de uma vez por todas, estas datas não sejam, de uma forma consecutiva, adiadas. -----

Caro Deputado José Rodrigues, as atividades de natureza, naturalmente estamos todos imbuídos desse espírito, depois de todas estas obras que foram feitas nos Passadiços do Mondego, depois da conclusão do miradouro do Mocho Real que terá início tão breve quanto possível. Estamos a falar em cerca de 4 milhões de euros na sua totalidade dos investimentos que foram feitos. E, claro, é o tempo para nós programarmos, planearmos o futuro, tendo em conta os fundos do Portugal 2030, seja ao nível do desporto, do lazer, do centro náutico da Barragem do Caldeirão. Sem os fundos comunitários, estas intervenções são muito penosas e por isso é que nós também as sinalizámos para que, no âmbito do Portugal 2030, possamos ser bafejados com essas aprovações. E o mesmo é dizer em relação à necessidade da recuperação do projeto dos trilhos do Noeme. E, tal como eu referi aqui, depois de nós termos os investimentos todos executados nos Passadiços do Mondego, que caminham para o seu final, nós iremos naturalmente pegar nesse grande projeto, na recuperação desse projeto dos trilhos do Noeme, naturalmente, para além de outras Ecovias que já aqui fomos falando. -----

Deputado Daniel Gonçalves, bem-haja pelas suas recomendações. Eu próprio falei sobre esta matéria numa reunião de Câmara onde foi falado. E este trabalho que é sempre coordenado e articulado pela divisão de ambiente, pelo senhor chefe de divisão, há necessidade de fazer algum reforço, tanto quanto possível, naturalmente, tanto quanto o orçamento municipal possa acomodar isso, mas fazer aqui alguma reestruturação no modus operandi da forma como é feito. Porque hoje em dia temos novos desafios que há dez anos não tínhamos, nomeadamente ao nível dos consumos de água. É absolutamente fundamental encontrar outras alternativas para a rega, que não pode ser a água potável. E, naturalmente, também há jardins que claramente a relva vai ter que secar, vai ter que desaparecer ao longo dos próximos anos. Vai ser preciso muito investimento. Mas, naturalmente, é esse o caminho dessa reformulação, dessa requalificação que nós deveremos continuar a fazer.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pedia-lhe que...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Já estou quase a terminar, senhor Presidente. Muito obrigado. Ao nível das garrafas de plástico aqui faladas, naturalmente todos associados nesse grande objetivo, seja aqui no edifício dos Paços do Concelho, seja nos edifícios desconcentrados do Município, nas Escolas também naturalmente. Mas também que todos os edifícios públicos da nossa cidade e o mesmo é dizer um pouco por todo o país que possam alcançar esse objetivo no mais curto espaço de tempo. Senhor Presidente, por agora, era só. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não pode.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Desculpe, o Presidente da Câmara já ultrapassou em três minutos e quarenta e dois segundos o tempo. Posso terminar, senhor Presidente? O Presidente da Câmara gosta de cumprir o tempo e, mesmo assim, já vai quase quatro minutos. Posso falar, por favor? Senhor Presidente, posso falar?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pode.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Posso falar, Senhor Presidente? Posso concluir o meu raciocínio, Senhor Presidente? Senhor Presidente... ó Senhor Presidente, eu estou a fazer uma interpelação à Mesa. Senhor Presidente, se alguém me der algum tempo, eu, em trinta segundos, respondo a estas questões. Se me deixassem falar, nesta interpelação... Senhor Presidente, era isto. São trinta segundos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Agradeço ao grupo parlamentar do Partido Social Democrata a cedência do tempo. Sobre as questões colocadas, Senhora Deputada, foi despachado para os serviços para que pudessem informar, naturalmente, e nos inteirar, porque, de facto, as respostas têm que ser dadas naturalmente. Sejam as respostas que forem, mas têm que ser dadas. E o mesmo é dizer em relação ao SIADAP, que o Senhor Chefe de Divisão irá fazer essa informação do ponto de situação. E, portanto, é absolutamente fundamental que essas respostas sejam fornecidas a quem as solicita. Mas, Senhora Deputada, há uma coisa que eu não lhe posso admitir, é tentar acusar este Executivo de falta de transparência. É que, a certa altura, na sua intervenção, a Senhora Deputada não acusou, mas deixou ao de leve. E eu isso não lhe posso admitir, nem a si, nem a ninguém nesta sala ou fora

dela, de acusar esta Câmara Municipal e este Executivo de falta... deixa-me terminar... de falta de transparência. Deixou ao de leve. Para que não restem dúvidas sobre esse ponto de vista. No que diz respeito à questão do encerramento das urgências do nosso hospital. É um assunto que deve ser tratado no recato. Por ora. Por ora, é no recato que deve ser tratado. Se, no recato, não o tratarem... porque não encerram as urgências, estão na iminência. E se, no recato, as coisas não forem... Posso? Já agora, se me derem tempo, deixem-me terminar..." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Ó Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Câmara dá a informação que entender. Pode ser a maior asneira, mas é a versão dele. Portanto, temos que a respeitar." -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** "Ó Senhor Presidente da Assembleia, permita-me terminar e já agora dizer que não é a maior asneira nenhuma. O que eu estou a dizer é que, em primeira análise, este assunto deve ser tratado no recato. E se, no recato, as coisas não resultarem, então partiremos para outras formas de luta. E nessa matéria eu não fico amedrontado com ninguém, não tenho medo de ninguém. Porque eu só devo obediência à minha consciência e à população da Guarda e nada mais. Já agora, sobre essa matéria, muitas vezes se fala que deve-se falar bem da saúde ou mal da saúde, aqui ou ali. Eu devo, uma vez mais, dizer: é no recato que, em primeira análise, as coisas devem ser tratadas. E se, no recato, elas não resultarem, num curto espaço de tempo e no tempo devido, se tivermos que encontrar novas formas de luta e reivindicação, conforme fizemos com a maternidade (bem se recordam da maternidade), nós fá-lo-emos, tal como fiz recentemente a propósito da linha da Beira Alta e de outras matérias. Muito obrigado." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Presidente, muito obrigado." -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** "Já agora, Senhor Presidente, permita-me só uma coisa, já agora, porque eu devo fazer isto. Eu devo fazer isto a propósito de uma questão que há pouco foi levantada por causa da questão da bitola. Eu não sou advogado de defesa do ex-Ministro Pedro Nuno Santos. Mas eu próprio verifiquei que as travessas que estão a ser colocadas na linha da Beira Alta, estão preparadas para que a bitola possa ser adaptada para bitola ibérica. Eu não sou advogado de defesa, mas eu verifiquei

isso in loco essa matéria. Mas eu devo, naturalmente, esclarecer a Assembleia Municipal sobre esta matéria. Para quando ela passar para outro tipo de bitola, não sou nenhum especialista técnico nessa matéria. Mas eu devia naturalmente esclarecer, sobre aquilo que sei, a Assembleia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Eu peço imensa desculpa, mas não se pode fazer intervenções políticas de fundo sob o manto da defesa da honra. Ouvi o que a Senhora Deputada disse. Parece que, nesta casa, não se pode criticar ninguém, que se ofende logo a honra. Ofende-se logo a honra. Portanto, eu peço-lhe imensa desculpa, no entender da Mesa não houve ofensa nenhuma da honra, não lhe vou dar a palavra. Peço imensa, desculpa. No entender da Mesa não houve ofensa da honra. E, portanto, peço desculpa, passamos ao ponto 2.1. É meio-dia e meia. Não sei, Miguel, vocês costumam marcar almoço. Não há problema? Mais meia hora? Até há uma hora? Eu sei que vocês costumam marcar almoço. Meia hora? Então, vamos prolongar até às 13h00. Pela ordem de entrada, tem a palavra o grupo municipal Pela Guarda sob o tema: «Como estamos um ano depois, a resposta aos incêndios de 2022».” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, em si, cumprimento todas as pessoas que me ouvem. Bom, eu vou falar sobre uma coisa que me preocupa muito, que é o despovoamento. O despovoamento, na minha opinião, é o problema central do nosso concelho, do interior todo. O despovoamento acentua o envelhecimento e o envelhecimento, obviamente, vai condicionar toda a dinâmica económica e social de todas as áreas, de tudo quanto queiramos falar. Estes fatores acentuam depois os riscos ambientais que, por sua vez, reduzem a biodiversidade e exponenciam os riscos climáticos. Claro que os riscos climáticos extremos, incêndios e outros, inundações, por aí, vai obviamente expulsar os poucos que cá estamos, porque, obviamente, reduz-nos, amputa-nos de rendimentos significativos. Por isso, tudo quanto se fez e quando se faça sobre esta área é obviamente importantíssimo para o equilíbrio ecológico, porque o equilíbrio ecológico do interior é condição de dignidade para todo o país, porque senão temos massificação e um conjunto de problemas nas grandes cidades. Por exemplo, nos últimos dez anos, na Europa toda, aumentaram as casas, o preço da habitação cerca de 40 e tal por cento. Mas, em Lisboa, aumentou cerca de 300% e, no Porto, cerca de 150 e tal. Ou seja, estamos efetivamente a ficar macrocêtricos. A Espanha esvaziada, esse

movimento de Espanha, diz o óbvio, também nos está a acontecer a mesma coisa. E estão a ver uma outra coisa que é claro, é que, vindo depois novas pessoas, ficam como que um pouco desenraizadas. Por isso é importantíssimo e uma chamada atenção aqui ao Senhor Presidente e a todos os organismos públicos, que mais importante até do que cativar pessoas é ter boas condições de integração para que sejamos, efetivamente, uma comunidade una. E isto é que é aquilo que nós podemos chamar desenvolvimento sustentável. A PAC, que através do programa Líder e do ProDeR, nos últimos anos em avaliação, por exemplo, 2020, diz que falhou na fixação de políticas demográficas. A PAC, há avaliações transversais por especialistas que dizem que foi um falhanço no que respeita à fixação de pessoas ou problemas demográficos. Eu penso que agora, com a ausência de Ministro da Agricultura, provavelmente eu não tenho avaliação, mas devemos estar pelo mesmo sentido. Por isso, todos, todos, todos temos um papel a desempenhar nesta preocupação sobre o ambiente e sobre o mundo rural. Por isso, Senhor Presidente, ao contrário do que eu já ouvi dizer, tudo quanto foi feito por si, pela Senhora Ministra da Coesão e por todos, em relação àquilo que chamam as aldeias, é pouco. É óbvio que as aldeias precisam, a coesão do território precisa e o ambiente é preciso. Os Senhores Presidentes de Junta não me deixam mentir. Tudo o que foi feito é necessário e mais do que necessário. Por isso, eu penso que, de uma forma sintética, o Senhor Presidente sabe os números melhores que eu, mas podemos dizer aqui que os 2,6 milhões do Protocolo com o ICNF e APA, financiados pelo Fundo Ambiental, de estabilização de emergência das encostas, é óbvio que é necessário. Todos as composturas, os remedeios, as requalificações da sinalização rodoviária e guardas de segurança, obviamente que são necessários e são cerca de 4 milhões. A Câmara da Guarda tem feito um esforço muito significativo de tesouraria para esta área. Os danos decorrentes das intempéries, conseguiu um financiamento de cerca de 3,5 milhões, onde a Câmara Municipal suporta cerca de 50%.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, o grupo parlamentar gere o tempo como entender, mas permito-me chamar à atenção que o PG tem um segundo tema e faltam apenas dois minutos e sete segundos. Pode continuar. Muito obrigado.”

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Eu vou de certeza concluir. Por isso, estes cerca de 10 milhões previsíveis de investimento no mundo rural, tendo a Câmara Municipal que

suportar 4 ou 5 milhões, é necessário. O concelho precisa, o mundo rural precisa muito. A cidade também precisa e é aqui que eu quero também chegar. Estamos a terminar obras iniciadas na cidade que já vêm de trás: a Escola da Sé, a Pedovia, o Pavilhão das Lameirinhas, a ampliação da PLIE, a Rua da Alfarazes, etc. Temos que acelerar. Temos que acelerar. O fim do nosso mandato é previsível e nós sabemos quando é. Não nos podemos esquecer nem um momento disso. E estando a ser fechadas a negociações de fundos comunitários para o 2030, deve, obviamente, estão atrasados, mas devem obviamente contemplar esta necessidade de, numa segunda fase, darmos um impulso muito significativo à cidade. Porque efetivamente nós temos que nos consciencializar de uma coisa: o concelho precisa, é óbvio, o mundo rural precisa, mas o concelho precisa, o concelho merece. Todos temos que nos debruçar, de uma forma muito significativa, nesta segunda fase, na cidade, para que isto fique, efetivamente, aquilo a que eu chamo um concelho coeso. Um concelho onde todos façam parte do mesmo corpo. Onde não haja cabeça e troncos. Todos somos a mesma coisa, o concelho. Isso é importante para mim e para o PG.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Segundo tema: o caminho da verdade. Tem vinte e nove segundos.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bem, com os meus vinte e nove segundos, vou falar de um tema sério, já foi levantado, é sobre a questão das urgências. Este problema é transversal a todo o país. Hospitais Centrais têm médicos a colocar recusa de fazer horas extraordinárias a partir das cento e cinquenta. Não acontece só aqui. Nós aqui, em território despovoado, muitos quilómetros cobertos, vamos sofrer mais e as consequências podem ser graves. O PG só quer deixar aqui três pontos sobre isso, no tempo que tenho. Solidariedade total com os médicos em luta, demonstrar a preocupação pelo estado em que estamos e que isto é geral e advém da gestão do Ministério da Saúde e que a Guarda deve assumir aqui também a sua capitalidade e lutar por um futuro melhor, também nesta área. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Por ordem de entrada, dou a palavra ao grupo municipal do CDS.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Ora, temos sempre que escolher entre o que é certo e o que é fácil. Esta frase sublinha a ideia de que na vida frequentemente nos deparamos com a decisão entre optar pelo que é correto ou pelo que é mais conveniente e fácil. Enfatiza a importância de tomar decisões, mesmo que estas decisões possam ser desafiantes ou exigir um esforço adicional. Já aqui foi falado que, de facto, isto é a casa da democracia. E nós aqui também não podemos, acho que nós, neste debate que fazemos aqui, temos que salientar alguns pontos positivos e algumas recomendações, mas não podemos entrar em algumas... Na Guarda, o Verão foi quente e frio. Foi quente, porque também na Guarda o futuro se constrói, tem bons fundamentos e o calor alicerçou-se, por exemplo, na cultura. Foi o Verão do primeiro Salão do Livro da Guarda, do início das Comemorações do Centenário de Eduardo Lourenço, do Guarda Wine Fest, do Festival de Jazz, do Festival de Blues, dos Festivais de Cultura Popular, da Feira Farta. De salientar que os locais escolhidos para os diferentes eventos foram diversificados, o que é bom para a nossa cidade. E daí e por estes festivais, que já aqui foram até com algum diminutivo utilizado, para mim, com algum desprestígio, tornou a Guarda quente. Mas o Verão também teve alguns arrepios e eu acho que nós não podemos perder o foco e as nossas prioridades. O Verão, também este assunto já foi aqui..., foi um Verão que viu, por exemplo, extinguir uma escola e é sempre triste fechar uma instituição numa cidade. E é esta a nossa postura como já foi aqui, oportunamente, debatido. O caminho não é fechar uma escola, não é extinguir uma escola. É propor ao debate o problema da demografia e as soluções para este problema. A região do interior vive uma estranha relação com o fator humano, que impede que as pessoas nela se fixem e não é por falta de discurso de boas intenções que o desenvolvimento do interior deixa de acontecer, mas sim por falta de implementação de políticas efetivas. Voltamos, por exemplo, à necessidade deste estatuto fiscal de exceção para o interior, para as empresas e para os habitantes destas regiões. Já não falo, outra vez, na importância da linha da Beira Alta ou então do que também vai com o Porto Seco. Outro assunto que gostava também que não ficasse esquecido e que é importante sempre trazer aqui, é o estado da Praça Velha. A Praça Velha esteve animada no Verão. Pude ver isso. O centro histórico deve ser o coração económico da cidade e deve ter um papel fundamental da vida urbana e no desenvolvimento sustentável. É necessário equilibrar a proteção e equilíbrio do património histórico com as

necessidades modernas da comunidade, garantindo que estas áreas permaneçam vivas e relevantes. Não é isto que está a acontecer na Guarda. Tarda a requalificação dos edifícios da Praça Velha e não só, que são propriedade da Câmara Municipal. O centro histórico precisa, como já aqui afirmei....” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, tem trinta e quatro segundos.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “...de uma intervenção de fundo requalificadora. No que respeita à Guarda, eu continuo a acreditar que é possível construir coletivamente as soluções que o nosso concelho precisa. Queremos uma Guarda sustentável, saudável, inclusiva e empreendedora.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhora Deputada. Por ordem de entrada, tem agora a palavra o Partido Socialista: «A espuma dos dias»; «Janela para o mundo» e «A Guarda (de) partida». A espuma dos dias. Faça favor, Senhor Deputado.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “A espuma dos dias ou os espaços verdes na Guarda. Ó Senhor Presidente e Senhores Deputados, há pouco apresentavam aqui uma Recomendação. Esta Recomendação é o quê? É o reconhecimento do falhanço? É o reconhecimento de que não percebem a fábula da cigarra e da formiga e que não basta a uma cigarra cantar, que a formiga para que em tal se transforme? Ou é apenas falta de vergonha e querem gozar com a Guarda e os guardenses? Dizem: é necessário reconhecer que a manutenção dos espaços verdes exige atenção constante e que a sua não manutenção pode levar à degradação destas áreas, prejudicando o potencial que elas oferecem. E novidades? Onde andavam as cigarras, enquanto os espaços verdes da Guarda se degradavam? Propõem a criação de um sistema de monitorização eficiente para identificar áreas degradadas e que exijam atenção imediata. Então, o que fizeram neste Verão? No Verão passado? E nos últimos dez Verões? Para que serviu o concurso onde contrataram uma série de chefes de divisão, nomeadamente um para a área do ambiente? A culpa é da empresa? Qual empresa? Quem paga e fiscaliza os trabalhos da empresa, Senhor Presidente? Querem exemplos de cigarras e formigas? Na fábula, a cigarra no Verão cantava, ia concertos, fazia o Wine Fest e a formiga amalhava comida para o Inverno e previa as ações que apenas se podem fazer no Verão. Quando, no

Verão, eu e a Senhora Vereadora convidámos o Senhor Presidente para visitar o maior parque verde da cidade, o Senhor Presidente tinha muito que fazer e não quis tirar um pouco do seu precioso tempo para nos acompanhar e ver as misérias que aí existiam e ainda continuam a existir. Quando questionado acerca do estado avançado de degradação do Lago do Parque Urbano do Rio Diz, o Senhor Presidente sacudiu a água do capote e atirou as culpas para a Agência Portuguesa do Ambiente, que aparentemente não teria dado resposta a uma sua solicitação para que a Câmara pudesse proceder à limpeza do Lago. Quando foi enviada a comunicação à APA, Senhor Presidente? Quando, no Verão, o Vereador substituto e Deputado da Assembleia da República, chamava à atenção para a degradação do Parque e nomeadamente para o estado do Parque Infantil, o Senhor Presidente respondeu com números: a estimativa é que seja necessário 1 milhão de euros para as intervenções, metade do valor só para o Parque Polis. Pois é, Senhor Presidente, é como na fábula. Não se faz neste Verão, nada se fez no Verão passado e nada se fez nos últimos dez Verões e depois? Depois, 1 milhão de euros para as formigas pagarem. O Parque Urbano do Rio Diz dá dó, Senhor Presidente. As madeiras estão todas partidas, os bebedouros não funcionam, o sistema de rega está uma desgraça, as ruturas são às dezenas. Mas, depois, cantam que não se podem regar espaços verdes no Verão, que se tem de colocar outro tipo de vegetação. Pois sim, mas primeiro tratem de reduzir as perdas dos sistemas existentes. A sinalização de perigo, abunda. O antigo bar, propriedade do município, tem os vidros todos partidos. Os mosquitos e lagostins ocuparam o Parque. As árvores, que constituem vegetação ripícola e cuja manutenção compete aos proprietários, sem necessidade de pedir qualquer tipo de autorização à APA, debruçam-se sobre o leito, impedindo que o Rio flua naturalmente. Na semana passada, um amieiro enorme caiu, pondo em risco a vida dos cidadãos que naquele momento se encontravam a passar. O Senhor Presidente sabe que existem ações que apenas podem ser realizadas no Verão, não sabe? É que o Verão passou, as chuvas vieram, a madeira não pode ser tratada, a vegetação acabará por secar com a geadas, os bebedouros só serão necessários para o próximo Verão. Algumas das crianças que neste Verão gostariam de usufruir do parque infantil, serão adolescentes. Alguns adolescentes serão adultos e muitos deles abandonaram a Guarda, deixando o parque e a cidade para os mosquitos e os lagostins. Exigimos respeito pelas nossas obras, Senhor Presidente. Pelo Parque, pelo TMG, pela Biblioteca, pela VICEG,

pelo Edifício Camarário, pelo Pavilhão de São Miguel, pelo Mercado Municipal, pelas Piscinas, pelo Estádio, pelas obras todas. Senhor Presidente, já chega. Já chega de cigarras que destroem espaços verdes para a colocação de uma qualquer locomotiva e as formigas que paguem os carris; das cigarras que, para agradar às outras cigarras, trazem uma locomotiva espatifada e que há meses está junto ao ferro-velho de uma empresa na Plataforma Logística. Já chega de cantar que se criaram não sei quantos postos de trabalho, quando as fábricas de pallets encerram, fábricas de têxteis encerram, fábricas de cerveja não vêm. Já chega de cantar que vai criar um Plano Estratégico para 2040 e que vai andar a cantar por todas as freguesias à procura de contributos. Quando quer os contributos? No ano de eleições, de forma a poder fazer campanha à custa de todos nós? Um aparte e um conselho: não utilize cheques, que tira do bolso da casaca, para mostrar, fingindo que o cheque é seu e que o senhor Presidente de Junta ou o Presidente de uma Associação Ihe devem alguma coisa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem vinte e sete segundos.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “O dinheiro não é seu. O dinheiro é nosso e as verbas a atribuir foram aprovadas por todo o Executivo e não apenas por si. Diga ao serviço de comunicação do município para o não fotografar tanto. Parece que está em todo lado e que não passa nenhum tempo a pensar nos problemas da Guarda. Já chega, Senhor Presidente. O Senhor Presidente solicitou ao Líder do Grupo Parlamentar do PS e à Vereadora do PS contributos para o próximo Orçamento. Senhor Presidente, o PS é um partido sério e que pugna sempre por discutir cara a cara. Estamos à espera. O PS, durante estes últimos anos, tem apresentado um sem número de propostas, quer aqui, quer nas reuniões de Câmara. Algumas dessas propostas foram aprovadas por maioria e os senhores arranjam maneira de as desvalorizar. O combate político e a democracia têm regras. Para nós, a Guarda estará sempre em primeiro lugar. O PS acredita e nunca desistirá da Guarda. O vosso tempo está a acabar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O Partido Socialista tinha ainda dois temas para este ponto. Têm de prescindir. Dava, agora, a palavra ao Partido Social Democrata: «Dar tempo ao tempo ou a seu tempo.” -----

**- José Carlos Alexandre, Deputado (PSD):** “Boa tarde ou bom dia, aliás, ainda. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, quero cumprimentar todos os presentes. Vou ser rápido, até pelo adiantado da hora. Nos finais de julho do ano passado, o Senhor Presidente da Câmara, Sérgio Costa, anunciou, numa reunião do Executivo, os resultados da consulta pública sobre o futuro da antiga Casa da Legião. Tinham sido apresentadas três alternativas aos guardense, se bem se lembram. E, em trezentos e trinta e nove participantes nessa consulta pública, cento e setenta e dois escolheram a opção demolição do edificado e a construção de uma nova praça no centro histórico e um espaço de estacionamento para cinquenta automóveis em frente à entrada principal da Sé catedral. Será esta decisão que vai ser tida em conta, afirmou então o Senhor Presidente da Câmara. Entretanto, passou mais de um ano desde a consulta pública. A minha pergunta é muito simples, Senhor Presidente. Qual é, afinal, o ponto da situação da antiga Casa da Legião? Sempre se vai fazer uma praça e um parque de estacionamento com cinquenta lugares ou não? Se sim, quando é que avançam as obras? Quais são os custos estimados? E já se decidiu o que é que se vai fazer à Auto Garagem da Sé, na Rua Augusto Gil, onde também funcionou o Teatro Egitanense, adquirido em Outubro 2022, pela Câmara, por 225 mil euros? E o edifício no Paço do Biu, adquirido em maio deste ano por 65 mil euros? Afinal, qual das três possibilidades, então anunciadas pelo Senhor Presidente, vai afinal avançar? Vão ser ali instalados serviços públicos, serviços privados ou vai servir para habitação? E os outros imóveis adquiridos pela Câmara, na Praça Velha, que continuam por reabilitar? As obras vão finalmente avançar ou aquelas casas vão continuar a degradar-se, a cair aos bocados? Vamos continuar a ver o nosso património a transformar-se em ruínas? E o projeto já aprovado do Solar dos Sabores, avança ou não avança? Infelizmente, há outros imóveis adquiridos nos últimos tempos pela Câmara da Guarda, sobre os quais continuamos sem saber sequer o que é que o atual Executivo pretende fazer com eles. Este cenário é um mau cartão de visita para os turistas e, pior, muito pior, parte o coração a qualquer guardense. Não se vislumbra um plano, uma visão, uma estratégia, um rumo. Parece estarmos perante uma navegação à vista. Logo se vê, dirão alguns à boa maneira portuguesa. Ou, como gosta de dizer o Senhor Presidente da Câmara, a seu tempo. O problema é que o tempo está a esgotar-se. Há oportunidades que passam uma vez e, se não as aproveitarmos no momento, perdem-se para sempre. Senhor

Presidente da Câmara, repito, o tempo está a esgotar-se. Há um tempo para estudar, ouvir e pensar. Há um tempo para decidir e há um tempo para agir, para executar. É urgente decidir, é urgente agir. A Guarda não pode esperar mais. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Partido Social Democrata sob o tema «Tempo prometido».” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Ora, muito bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e peço que, na sua pessoa, se sintam todos cumprimentados. Há quase dois anos, foi o tempo dos compromissos, das palavras de honra, dos homens sérios e da palavra dada. Mas, infelizmente, não passaram de promessas. Promessas com as quais iludiram o eleitorado, compromissos quebrados que, de certo, não vamos ver cumpridos. A 14 de setembro de 2021, o cabeça de lista do Movimento Pela Guarda referiu que o programa eleitoral é realista e ambicioso e contem oito grandes eixos fundamentais para o desenvolvimento sustentado do concelho. A 8 de outubro de 2021, podemos ler nas palavras do agora Presidente, e passo a citar: “não podemos defraudar as expectativas das pessoas e temos que fazer aquilo que propusemos. Tudo aquilo que nós falámos ao longo da campanha eleitoral, é o que vamos fazer.” Foi nesse projeto que a população da Guarda votou. Por exemplo e relativamente ao Plano do Cabroeiro, com a variante dos F’s, afirmou, nessa altura e nessa data, a 8 de outubro de 2021: “vamos iniciar esse processo, tal como dissemos, com a ambição do prazo. Podemos ter a variante, mais conhecida pela variante da Ti Joaquina, estar já executada ou na sua fase de conclusão, em 2022.” Não vemos nada. A 24 de dezembro, numa entrevista que deu ao Magazine Serrano, afirmou que a Guarda vai deixar de ser um território de pouca gente e pouco investimento, para ser uma terra atrativa de gente que procura qualidade de vida, cultura, saúde e emprego. De entre mais de meia centena de promessas do seu programa eleitoral, deixo algumas que julgamos mais pertinentes, sendo que as restantes são omitidas apenas por uma questão de tempo e não por estarem minimamente cumpridas: instalação do Porto Seco; duplicação do Parque Industrial; duplicação dos Parques Industriais da Arrifana e Vale de Estrela; criação de áreas de localização industrial em onze freguesias; construção de uma nova cidade desportiva na zona do Parque Urbano do Rio Diz; construção de vários pavilhões desportivos nos bairros da cidade e nas freguesias; instalação do Centro Nacional de Formação

Desportiva; cluster das tecnologias do desporto; plantar um milhão de árvores no concelho (já vai com um atraso grande); finalizar o processo de revisão do PDM em seis meses (a partir do início do seu mandato, já lá vai um ano e meio); reabilitar o centro histórico (não vemos nada); reabilitação do eixo central da Guarda; reabilitação das entradas da cidade; construir a Avenida dos 5F's com a ligação à Senhora dos Remédios; criar a nova Praça da Liberdade; a terceira fase da VICEG; reduzir o IMI para a taxa mínima. Isto foram objetivos criados, foi um caderno de encargos que o PG apresentou à população e no qual a população acreditou e votou. Por exemplo, e tendo como base a notícia que, infelizmente, saiu ontem no Diário de Notícias, relativamente ao risco das urgências no Hospital da Guarda poderem fechar por alguns dias..." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, peço-lhe poder de síntese. Um minuto e doze. Muito obrigado." -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** "Sim senhor. Bem-haja. E tendo em conta que a saúde é uma preocupação que é bandeira de todos nós, de toda a população, eu pergunto: acha que é a atirar com 150 mil euros, que dá para um ou dois pilares de um pavilhão, que o assunto se resolve? E deixo-lhe uma sugestão positiva e construtiva: reconstrua algumas das casas que adquiriu e entregue-as gratuitamente a profissionais que queiram vir trabalhar para a Guarda. Pode ser uma mais valia. Relativamente ao dinheiro em princípio gasto e aplicado nas IPSS, julgo que bem gasto, pergunto se há alguma supervisão por parte da autarquia para garantir que essas verbas são aplicadas nos fins a que se destinam. Relativamente a acordos e projetos que andamos aí a prometer pelas freguesias, sabendo das linhas orientadoras do PRR que não contemplam esse tipo de verbas, como a construção de pavilhões e outros, eu pergunto se vai ficar apenas pela projeção de uma imagem daquilo que desejava fazer, se vai endividar ainda mais a autarquia, ou se vai desculpar-se depois com a não atribuição das verbas por parte do Governo ou outras entidades? Passaram dois anos e nada foi feito. E claro que está que não será nos próximos dois anos que vai conseguir fazer algo." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, obviamente que se desconta este tempo que estou a ocupar. Posso-lhe dar mais cinquenta segundos, que é o tempo máximo que dei ao Partido Socialista para tentar..." -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Mas deu há bocadito mais de três minutos ali ao Engenheiro Luiz Soares...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Aqui não há cedências, neste ponto, creio eu. Muito obrigado.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Está bem. Está bem. Há dois anos foram os tempos das promessas e nada foi feito, nada foi lançado, nada foi semeado. É óbvio e todos sabemos que um projeto demora a ser pensado, a ser candidatado e a ser edificado. Ou seja, não vamos ter tempo. Não vai ter tempo porque nada fez e não vai conseguir fazer. Outra coisa, eu desafio-os a todos, a todos quantos aqui estão e quantos nos estão a ver e a ouvir, para irem a uma página da Internet que diz [sergiocostapelaguarda.pt](http://sergiocostapelaguarda.pt) e procurem lá onde é que está o programa eleitoral. Está lá a página. Mas clicam e não aparece nada. Isto faz-me lembrar aquele miúdo reguila que partiu o bibelô à mãe e o escondeu para a mãe não ver que estava partido. Aqui também esconderam o programa eleitoral para que a população não se lembre daquilo que prometeram naquela altura...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, vou ter que...” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Não, não faça isso que eu já me vou embora. Para terminar, só quero citar, e já que deixa citar aí os filósofos, Auguste Comte quando diz que a sociedade é um organismo vivo e que pode ser compreendida como um ser vivo com órgãos interconectados. E eu tenho a ousadia de acrescentar que o organismo vivo, que é o concelho, bebe e se adapta à imagem de quem gere os seus destinos. Obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Para finalizar, dava a palavra ao Bloco de Esquerda. Senhora Deputada, faça o favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Parece que este vai ser um tema comum, mas compreendo perfeitamente que é um problema geral a clareza e a transparência neste espaço. Como dizia a nossa frase de campanha, a política é para as pessoas. Se a definição de política assim o afirma, não é o que assistimos no nosso quotidiano. A possibilidade e a promoção do debate público é necessária à democracia. Mas enquanto Bloco de Esquerda temos e-mails sem resposta, várias perguntas colocadas que aqui foram desmerecidas e mais uma série de deliberações votadas por maioria ou até unanimidade, que nunca foram sujeitas a reflexão pelo Executivo ou lhe foi dada

continuidade. Pelo menos, nós, enquanto Bloco de Esquerda, não recebemos nenhum feedback, não temos informação do seu encaminhamento. Portanto, se foi feito, deveria ter sido comunicado. Até porque faz parte de uma das competências da Mesa comunicar à Assembleia tudo o que for feito fora do expediente e, obviamente, recebemos as comunicações de resposta. Portanto, suponho que as nossas não foram encaminhadas. Se pensarmos no número de partidos representados nesta Assembleia Municipal, é assustador perceber todas as perguntas, recomendações, propostas que devem estar perdidas. Já ouvimos falar a Deputada do PSD sobre a situação, portanto, já tenho a certeza que o PSD, esta bancada, está exatamente na mesma situação que nós. Ausência de informação. Isto é invalidar o debate público e é corromper as decisões. Volto a repetir o que disse numa das últimas Assembleias, Senhor Presidente. Se for por excesso de perguntas, se se perder no meu discurso, esteja à vontade para solicitar uma repetição ou até o seu envio por e-mail. Disponibilizamo-nos para reencaminhá-las. E isto, obviamente, se nos quiser responder. Em relação ao pedido de sugestões para o Orçamento de 2024, percebemos que o processo também não sofreu nenhuma evolução. Foram pedidas sugestões num espaço curtíssimo, oito dias, e não foi devolvida qualquer informação. Em vez de ser apresentada uma proposta de orçamento pelo município, solicitadas sugestões às bancadas num espaço razoável. Na Guarda, a opção é sempre pedir ideias sem espaço de reflexão conjunta sobre elas. Agindo assim, esperamos nós que no seu discurso se abstenha de gabar o Executivo por ter dado oportunidade aos partidos de se exprimirem, quando nem sequer mostra capacidade de elaborar uma sugestão ou dar resposta àquelas que lhes foram feitas em tempo recorde. Se pensarmos na orientação da Assembleia, a ausência de vontade para refletir em conjunto e chegar a um consenso político, é semelhante. Se numa reunião ficou acordada a existência de minutas com as deliberações para que toda a AM estivesse a par das questões que lhe dizem respeito, na reunião seguinte, a última reunião que tivemos, obtivemos a resposta da Senhora Secretária de que, se queríamos minutas, as fizéssemos nós. Se a minuta virá, também aguardo informação sobre tal. Apesar dos muitos pedidos que já foram feitos, as conclusões das reuniões entre líderes não são registadas. Não é obrigatório, claro que não. É uma questão de transparência e informação. Nem sequer são passadas aqui as informações no início das Assembleias Municipais. Não é conhecido o resultado da última reunião que se referia ao futuro do

programa das comemorações dos 50 anos desta Assembleia ou da Câmara. E não sabemos porque não houve vontade, por parte do Senhor Presidente, de disponibilizar mais do que dez a quinze minutos para uma conversa e porque a Mesa se recusou, como já disse, a escrever um registo do mesmo. Reforço que nem os próprios integrantes da comissão sabem o que é que vai acontecer, dos quais eu faço parte. E já ouvimos aqui, no período do público, que também não há informação para quase ninguém. Aproveito, neste âmbito, para perguntar se tenciona cumprir a promessa que fez no seu programa. Em 25 de abril de 2024, a liberdade celebrará meio século. Teremos o arrojo de criar um espaço amplo, requalificado e arborizado, a nova Praça da Liberdade, honrando o espírito de Abril, a liberdade. Isto é mais uma pergunta. Na Guarda precisamos mesmo de nos questionar se o que alimenta as decisões tomadas, realmente representa os valores e necessidades ou se já nos perdemos por caminhos dispares. Um dos exemplos já disse, o Senhor Presidente teve a coragem de, em março, dizer que, na Guarda, a cidade dos quinze minutos é uma realidade e, meses depois, tomar a decisão política de afastar a oferta educativa de mais de cento e trinta alunos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço-lhe desculpa. Já ultrapassou o seu tempo em trinta e três segundos. Dei o máximo, a Mesa deu o máximo de vinte e dois ao PSD. Não pode dar mais porque senão é o descontrolo total.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, deixo três questões rápidas. Qual o plano do Executivo para o edifício da escola de São Miguel? Onde é que está a equipa de sapadores florestais? O município vai estar preparado para pedir o reconhecimento da equipa no programa de sapador florestal e, conseqüentemente, recorrer aos apoios públicos que tanto fala? Queremos incentivar a vinda de jovens e fixar talentos, como diz, mas excluímos os alunos do ensino superior da gratuidade dos espaços ou, no mínimo dos mínimos, de um apoio. As redes sociais incomodam-no muito, mas quando é fotografado para divulgar os seus anúncios, já nem tanto. Quando criticamos assim, quase parece tentar censurar a oposição. Termina a dizer que a gestão do dinheiro público deve ser feita para proveito de todos nós, dos atuais e dos futuros residentes do concelho, para facilitar o acesso a uma vida boa. E digo isto porque fez questão de deixar uma ressalva, quando falou de espaços gratuitos, que irá analisar o investimento. Eu

espero que ele se mantenha. A economia deve-se cingir à vida boa das pessoas e não o oposto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, Senhora Deputada. Estão encerradas as inscrições para o ponto 2.1. O Senhor Presidente da Câmara tem vinte minutos para poder responder. Punha à consideração da Assembleia se desejam que se faça já agora, é uma e cinco, ou se fica para depois? Então, vamos ouvir. Senhor Presidente, vinte minutos, se fizer favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, Senhor Presidente. Tentarei ser telegráfico, pelas várias razões. Bom, Deputado José Valbom... Senhor Presidente, há um... posso começar, Senhor Presidente? Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu peço... Senhor Presidente, peço desculpa. Quando o Senhor Presidente estiver a falar ou algum Senhor Deputado, eu acho que os outros terão que ouvir. Tão simples quanto isto. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, Senhor Presidente. Deputado José Valbom, bem-haja por nos recordar aqui algumas matérias, mas que eu devo voltar a referir, digamos assim, apenas como recordatória. E também a própria Assembleia e os cidadãos da Guarda saberem aquilo que está a ser feito e aquilo que ainda vai ser feito e todo este planeamento. De facto, ao longo deste ano, depois daqueles incêndios trágicos do ano 2022, nós não queríamos ter perdido tempo a tratar de problemas relacionados com os incêndios. Não queríamos mesmo ter. Nem nós, nem ninguém que estivesse nesta governação, nem nenhum dos colegas autárquicos, um pouco de norte a sul do país, onde houve de facto esta desgraça. Mas o que é facto é que nós conseguimos negociar com o fundo ambiental, conforme referiu, que financiou o Fundo Ambiental, mas os protocolos estabelecidos com ICNF, cujos trabalhos, no caso concreto do ICNF, estão praticamente concluídos, estão na sua reta final. Os trabalhos protocolados com a Agência Portuguesa do Ambiente estão em execução. Estamos a falar em 2,6 milhões de euros financiados, como referi, pelo Fundo Ambiental, para a execução das intervenções pós incêndio, para estabilização das encostas ardidas, para o arranjo dos caminhos danificados, bem como a reabilitação das linhas de água danificadas e a recuperação de passagens hidráulicas. Enfim, é este trabalho de 2,6

milhões de euros. É mesmo muito dinheiro e que muitas vezes passa despercebido ao comum dos mortais, a cada um de nós, onde é que ele está a ser executado. Pois é, muito dele está a ser executado nas encostas, nas encostas mais da Serra e nas nossas linhas de água, que nós, efetivamente, não passamos lá diariamente. Mas é bom dizer o trabalho que está a ser feito e com a prestimosa colaboração, naturalmente, das Juntas de Freguesia, que nós muito agradecemos. Sobre as infraestruturas municipais danificadas, como sendo os pavimentos das estradas, as condutas de água, a sinalização rodoviária, as guardas de segurança, entre muitos outros, nós apresentámos, inicialmente, uma estimativa de 8 milhões de euros. Eu já referi isto, há pouco menos de um ano atrás, aqui nesta mesma sala. Mas é bom recordar. Desses 8 milhões de euros, foi-nos dada a informação: vocês apresentem só a candidatura de metade, porque o resto nós não conseguimos encaixar. Porque, à época, existiam apenas 6 milhões de euros para o Fundo de Emergência Municipal para todo o país. Bom, e nós apresentámos candidaturas no montante de cerca de 4 milhões de euros. Depois de tudo isto, nós conseguimos um financiamento de 1,5 milhões de euros. 1,5 milhões de euros para a reabilitação, para a reposição das infraestruturas municipais danificadas nas freguesias afetadas pelos incêndios em 2022, tal como eu já referi. 1,5 milhões de euros de financiamento, contrastando com os 2,5 milhões de euros que o município vai ter que colocar da sua tesouraria para perfazer estes cerca de 4 milhões de euros. Dir-me-ão: então, mas isso é um mau negócio. É um mau negócio, mas foi um mau negócio para todas as autarquias. E se nós quisemos ter estes 1,5 milhões de euros, tivemos que assinar o contrato de programa para que isso fosse possível. E, por isso, sob este ponto de vista, está em execução, já assinamos alguns contratos, vamos continuar a assinar outros contratos. Há outros projetos que ainda estão a ser feitos em variadíssimas freguesias. Posso dizer que se aproxima das vinte freguesias onde houve incêndios no ano transato e, por isso, é este investimento que nós estamos obrigados a fazer, para ir ao encontro das necessidades das nossas populações na reabilitação destas infraestruturas. Mais recente, aquelas intempéries do final do ano 2022/2023. Nós, naturalmente, lá andámos muito por um lado e por outro. Várias reuniões, vários telefonemas. Um agradecimento, em tudo isto, especial aos técnicos do município, que fizeram um levantamento em tão pouco tempo e de uma forma muito exaustiva. Mas o município da Guarda viu aprovado um financiamento de mais 3,5 milhões de euros,

onde o município vai ter que suportar metade deste montante. 1 milhão e 750, sensivelmente. Para quê? Para a recuperação de alguns caminhos danificados, as passagens hidráulicas em mau estado, algumas coberturas e janelas de edifícios municipais, coletores de saneamento que colapsaram, enfim, entre outros. 3,5 milhões de euros, mas o município tem que suportar metade da sua tesouraria. Ao todo, tal como há pouco já referido, estamos a falar em cerca de 10 milhões de euros. 10 milhões de euros de investimento que já está a ser feito no nosso mundo rural, nas nossas freguesias, e vai continuar a ser feito durante este ano e durante o próximo ano, porque, de facto, a nossa tesouraria não permite. Porque, destes 10 milhões de euros, entre 4 e 5 milhões, dependendo depois do que é que derem os concursos, terão que sair da tesouraria do município. Se nós tivermos que contrair um empréstimo bancário para fazer face a estas necessidades, naturalmente contamos com o voto de todos vós, porque estamos a trabalhar para o bem-estar das nossas populações e para cumprirmos os contratos-programa que foram assinados entre o Estado Central e entre este Município. Mas, meu caro Deputado José Valbom, em paralelo, tal como já referiu, nós estamos a terminar, mesmo a terminar, as obras iniciadas na cidade no início de 2022. Algumas delas já lançadas no Executivo anterior, outras já lançadas por este Executivo. Estamos a falar da Escola da Sé, da Pedovia, do Pavilhão das Lameirinhas, da ampliação da Plataforma Logística, dos arruamentos de Alfarazes, os dos Galegos Já foram terminados, o Mercado da Estação, enfim, entre outras, e ao mesmo tempo estamos a recuperar o tempo no que diz respeito ao planeamento e à elaboração de projetos. E, naturalmente, estamos a falar em vários milhões de euros. Muitos deles para executar o atual quadro comunitário de apoio, sem o qual não era possível fazer estas intervenções. Já me ouviram falar, ao longo do último ano e meio particularmente, sobre todas estas intervenções que nós tivemos que levar avante. Tivemos que fazer a correção de alguns projetos, tivemos que fazer algumas contratações adicionais, naturalmente. Há vários projetos que pecavam por defeito nas mais diversas matérias, tal como foi referido. E, de facto, estamos prestes a terminar, ao mesmo tempo que estamos a elaborar, alguns já elaborados, outros na fase de elaboração, de projetos para o nosso futuro. Dizer, uma vez mais, que estão a ser fechadas as negociações dos fundos comunitários 2030, que sabemos bem que estão muito atrasados e é efetivamente agora o tempo de apresentar os projetos e lançar as obras estruturantes necessárias à

nossa cidade. Mas, sem os fundos comunitários, muitas delas não é possível serem feitas no curto espaço de tempo, no curto/médio espaço de tempo, sem que os fundos comunitários façam a sua aprovação. A menos que nós façamos uma coisa, e podemos assumir isso solidariamente com todos vós, que é, no mesmo empréstimo bancário que nós temos que contrair, ou que poderemos ter que contrair, para executar os contratos-programa no mundo rural, nas freguesias rurais, contratarmos também uma verba adicional, com empréstimo bancário, para arrancarmos, para alavancarmos estes novos investimentos tão necessários, uma vez que os fundos comunitários estão atrasados e depois serem saldados esses empréstimos com as verbas que podemos vir a receber dos fundos comunitários. Efetivamente, tudo isto só se faz com dinheiro. E tudo isto que aqui foi referido, nos diversos contratos de programa, nós estamos absolutamente empenhados em fazer a sua execução no tempo devido. O Senhor Deputado José Valbom referiu também, já agora, a propósito dos incêndios que referiu há pouco, que o município da Guarda aquilo que fez à época, aquilo que deu a alguns dos nossos agricultores: a ração, a palha, enfim. Muitos dos Presidentes de Junta de Freguesia sabem aquilo que nós acompanhámos algumas instituições, algumas associações nacionais. Lamentar que os apoios que foram prometidos para os pequenos agricultores surgiram apenas ao final de um ano. Depois de muito trabalho que eu sei que foi feito pelo Ministério da Agricultura, mas, infelizmente, só ao fim de um ano é que esses montantes foram pagos aos pequenos agricultores, em verbas que rondou, a cada um, pouco mais de mil euros. Mas demoraram um ano a fazer esse pagamento. Bom, mais vale tarde do que nunca. Mas, de facto, em muitas das situações, exigia-se que a verba fosse bem mais avultada, principalmente onde nós temos terras agrícolas e produtivas. Já para não falar nas casas ardidas que, infelizmente, não tiveram qualquer apoio de qualquer programa, tendo em conta a avaliação que foi feita dos agregados, seja para as primeiras, seja para as segundas habitações que foram ardidas. Falando do caminho da Guarda, que aqui também foi referido pelo Senhor Deputado. Fazer aqui um ponto de situação, já agora, ao nível do planeamento urbanístico. O ponto de situação do PDM. Já aqui foi falado, aqui umas papaias que foram mandadas para o ar sobre o PDM. Sobre o PDM e sobre o Plano de Urbanização do Cabroeiro, é bom recordar o que aconteceu. Estes processos estavam na fase de caducarem quando nós chegámos. No Plano do Cabroeiro, havia uma comunicação que estava esquecida, da

APA, a rejeitar completamente a solução. O processo caiu. Aliás, caiu na Assembleia Municipal e tivemos que retomar tudo isso. Mas também no PDM aconteceu exatamente a mesma coisa. Porque no Verão do ano 2021 foi enviada uma comunicação que ninguém sabe onde ela havia ido parar. Isto acontece. Isto acontece. Mas o que é facto é que, quando assumimos funções, estava o processo caducado. Tivemos que retomar todo o processo do PDM, tivemos que fazer a primeira reunião de concertação em março de 2022 com trinta e oito entidades, porque, senão, aí, o processo, de facto, iria ter um retrocesso muito maior. E por isso o PDM aguarda o parecer da Agência Portuguesa do Ambiente sobre a Carta da Reserva Ecológica Nacional, é já mesmo um dos últimos passos, para que nós possamos marcar, no curto espaço de tempo, a segunda reunião de concertação com as trinta e oito entidades, que é mais um passo intermédio, para podermos chegar à discussão pública, tão ambicionada por todos nós. No caso...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, se me permite, já esgotou metade do tempo. Outra metade. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. No caso do Plano de Urbanização do Cabroeiro, e o mesmo é dizer no Plano de Pormenor da Plataforma Logística, teremos reuniões de concertação com as mais diversas entidades, durante o mês de Outubro, para que nós possamos alcançar os pareceres necessários de todas elas, para podermos seguir em frente com os passos legais necessários. Falando, já agora, que falámos muito também de fundos comunitários, é bom fazer aqui o balanço, o ponto de situação daquilo que o Município já se candidatou ou que já conseguiu. A candidatura que nós fizemos ou que foi feita pela EnsiGuarda, com o apoio, com a parceria do Município da Guarda, para o Centro Tecnológico. Cerca de 1,5 milhões de euros. Aguarda, ansiosamente, a sua aprovação. Mas o que também deve ser referido, a candidatura que o Município da Guarda conseguiu ganhar, em parceria com NERGA, sobre os Bairros Comerciais Digitais, 1 milhão de euros. E a creche de Gonçalo, que o Município ousou apresentar a candidatura ao PRR, onde conseguiu mais cerca de 200 mil euros para essa obra tão ambicionada por aquelas gentes. E o mesmo é dizer em relação à candidatura do Primeiro Direito do Bairro das Lameirinhas, 6,7 milhões de euros, o protocolo que foi aqui assinado com a Senhora, à época, Secretária de Estado,

hoje Ministra da Habitação. Mas o mesmo é dizer em relação à Estratégia Local de Habitação, que iremos falar sobre ela durante a tarde, com aquilo que depois pode ser aprovado por todas as entidades. E aquilo que eu falei na última Assembleia Municipal, em matéria de habitação acessível e sobre aquilo que é a criação da nova empresa municipal que já falarei sobre ela também. Mas falar também sobre a Comunidade de Energia Renovável, da candidatura que foi efetuada, 4,5 milhões de euros aprovados. E é bom dizer que foi o único município no país onde a candidatura não foi apoiada a 100%. Se bem se recordam, a candidatura inicial era quase 8 milhões de euros e o PRR só aprovou 4,5 milhões de euros. E o que nós dissemos: meus senhores, por esse montante nós não fazemos nada, porque o Município da Guarda não vai despende mais 3 milhões de euros para fazer esse investimento. E por isso é que foi feita uma reprogramação e, portanto, estamos a fazer o caminho final para avançar com esta empreitada dos 4,5 milhões de euros da área de localização empresarial de nova geração. E referir também a candidatura que foi feita ao PRR, próximo de 1 milhão de euros, para o pavilhão desportivo do Centro Escolar do Porto da Carne. Já que estamos a fazer aqui o balanço, o ponto de situação de todas as matérias, referir o ponto de situação das Águas de Altitude, Serviços Intermunicipalizados. Já houve um parecer da entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos, está em análise porque poderemos ter que fazer uma ou outra alteração. E esperemos que, ao longo das próximas semanas, possamos ter aqui fumo branco, no que diz respeito à entidade reguladora, senão teríamos que novamente vir aqui à Assembleia Municipal fazer pequenas correções que a entidade reguladora está a solicitar. E o mesmo é dizer em relação, agora sim, à empresa municipal, à Guarda Viva. Nós enviámos todo o processo para o Tribunal de Contas. Já vamos na segunda ronda de esclarecimentos e, portanto, assim que o Tribunal de Contas esteja absolutamente esclarecido de todas as situações, avançaremos, em definitivo, com a constituição dessa empresa municipal. Meu caro Deputado José Valbom, meu caro Deputado José Rodrigues, aquilo que foi há pouco falado, no que diz respeito a todo o caminho da Guarda, a todo este ponto de situação, enfim, a Escola da Sé, a segunda fase que está em fase de conclusão, a Pedovia/Ciclovia, o pavilhão das Lameirinhas, a ampliação da Plataforma Logística, as Ruas de Alfarazes, o Mercado da Estação, mas também as obras complementares dos Passadiços do Mondego, as obras complementares da Escola da Sé. Posso dizer que as obras

complementares da Escola da Sé, já vai acima de 200 mil euros. Já vai acima de 200 mil euros. Já para não falar nas revisões de preços a que nós estamos sujeitos, por força da legislação existente, tal como o sistema de informação em tempo real que está praticamente concluído, aqueles equipamentos novos que estão a ser colocados em cerca de quinze paragens de autocarro desta cidade. E o mesmo é dizer em relação aos balneários e ginásio da Escola Básica de Santa Clara, tão ambicionada e, portanto, estará por dias ou poucas semanas a sua conclusão. Mas podemos e devemos dizer também outras obras que não estão sujeitas a financiamento comunitário e que os nossos serviços continuam a fazer, a promover dia após dia: as obras de saneamento, o abastecimento de água, os muros que são tão importantes em muitos caminhos e muitas estradas do nosso concelho, os pavimentos, a sinalização rodoviária e a sua segurança rodoviária também, mas podemos falar também nas pequenas obras de requalificação dos edifícios dos equipamentos municipais, seja os edifícios ligados ao desporto, ligados à cultura, ligados à área social e simplesmente à parte administrativa deste Município. E o que dizer da obra que está prestes a ser concluída, da requalificação do campo de Gonçalo para que possa voltar à segunda divisão distrital, ao fim de onze ou doze anos. Isso só foi possível graças ao financiamento, ao empenho, ao protocolo estabelecido entre o Município da Guarda e o Sport Clube Gonçalense. E o mesmo a dizer em relação ao pavilhão e à pista de radiomodelismo em Maçainhas, para que possam ali realizar um campeonato do mundo que já conseguiram ganhar essa candidatura, mas é preciso dar condições. Mas condições para que, seja num caso, seja no outro, que esses espaços e, principalmente, no caso concreto de Maçainhas, daquele pequeno pavilhão, que possa ser fruído por toda a população daquela freguesia e do nosso concelho. Mas o que dizer também da estrada da Senhora da Alagoa que nós ambicionamos que comece, que a empresa construtora inicie essa obra no mais curto espaço de tempo. Os parques infantis da cidade, já falarei sobre os parques infantis da cidade, sobre essa matéria. A arborização da cidade, a reflorestação do concelho. Recordam-se do regulamento que aqui aprovámos, há poucos meses, sobre a reflorestação do concelho? Já me começaram a chegar as primeiras informações para aprovar as verbas das candidaturas que as pessoas fizeram para poderem fazer a plantação nos seus terrenos, com a ambição de plantarmos até 1 milhão de árvores. Claro que sim. Mas para isso é preciso que os particulares possam fazer essas

candidaturas, porque o Município da Guarda oferece as árvores para poderem ser plantadas. Mas e o que dizer também, ainda não ouvi aqui falar do cerca de 600 mil euros que o Município da Guarda este ano investe na área da educação, ao nível das AEC, ao nível dos livros e do material escolar, ao nível dos transportes. Porque são estes os montantes dos passes dos transportes escolares que o Município da Guarda, este ano, está a investir. Não é nenhuma despesa, não. É um investimento na educação, hoje dos nossos filhos, amanhã dos nossos netos. Mas e o que dizer do apoio às IPSS para o para o seu plano de atividades, foram cerca de 50 mil euros. E o que dizer também sobre as campanhas de biorresíduos, que é bom que nós estejamos cientes que, face ao aumento drástico das TGR, da taxa de gestão de resíduos, e das taxas de deposição da entidade em alta, nós vamos sofrer um aumento das taxas no próximo ano. Esperemos que não seja muito colossal, mas, a seu tempo, iremos discutir essa matéria e por isso é que nós estamos a fazer esta campanha dos biorresíduos para que...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, peço-lhe desculpa. Dois minutos, é o tempo que tem.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. Para que nós possamos, num futuro próximo, alcançar as metas defendidas pelo Ministério do Ambiente para que nós possamos baixar, depois, essas taxas de resíduos. Mas podemos falar também sobre a rede cultural e criativa da Guarda. Ainda ninguém falou aqui sobre isso hoje. 600 mil euros apoiados pelo Turismo de Portugal, e muito bem, para um grande projeto liderado pelo Museu da Guarda, mas em parceria com quatro Juntas de Freguesia do nosso concelho, este grande projeto para a rede de Museus do nosso concelho. É muito importante porque será, verdadeiramente, um projeto piloto e que depois poderá ser gradualmente, paulatinamente alargado a alguns outros pontos do nosso concelho. Bom, já para não falar no Centro 2030, as negociações que decorrem, conforme eu já referi, para que todas as intervenções, seja ao nível da regeneração urbana, seja ao nível do património cultural, das infraestruturas desportivas ou culturais, da mobilidade, da conservação da natureza, da gestão de resíduos, do ciclo urbano da água, da proteção civil, das áreas empresariais, da digitalização, enfim, todas essas áreas que estão lá bem consagradas no Centro 2030 e, naturalmente, nesta fase de negociação que está a decorrer, nós estamos a apresentar a nossa candidatura para podermos almejar esses

fundos tão necessários. Senhor Presidente, a terminar, porque o tempo voa, naturalmente... Posso terminar? Muito obrigado. Senhor Presidente, há pouco foi aqui referido uma expressão da espuma dos dias. Mas isto mais parecia dizer: depois de mim, mais nada. Já dizia o cantor, acho que o Tony Carreira que canta esta música. De repente, parece que os últimos dez anos de governação, dois dos independentes e oito do PSD, parece que se fez tudo mal na cidade, no que diz respeito às áreas verdes e ao Parque Polis. Tudo foi mal feito, em dez anos. Eu lamento mesmo que o Senhor Deputado tenha feito essa afirmação. Nem todos farão tudo bem, mas também nem todos farão tudo mal. E, de facto, ainda bem que, à época, o Parque Polis foi construído, honra a quem o fez. Mas seja essa obra, seja todas as obras desta cidade, nunca serão de nenhum partido político, nunca serão de nenhum movimento independente. Serão das pessoas porque foi feito para as pessoas. E é isso que deve acontecer. Mas, ó Senhor Deputado, o senhor falou aí num convite que foi feito em cima da hora, aquando da inauguração do parque canino. Já agora, não falem mal do parque canino, pelo amor de Deus. E agradecemos muito a vossa presença na inauguração. Mas há, de repente, aí algumas pessoas que andam a falar mal do parque canino, como se não fosse..." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Presidente, mais um minuto." -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** "... fundamental para a nossa cidade. Vou terminar, Senhor Presidente. No que diz respeito ao Parque Polis, já muito foi falado aqui sobre as áreas verdes. Já foi falado na última reunião de Câmara, onde o senhor chefe de divisão deu uma explicação, mas também tem essa responsabilidade acrescida de fazer esta reestruturação no serviço, para que nós possamos caminhar no sentido positivo no que diz respeito à manutenção, porque nós temos efetivamente muito para fazer nos próximos anos, porque os desafios, na área ambiental, são muito elevados. Senhor Presidente, só mesmo para terminar, no que diz respeito aos parques infantis. O Parque Polis, o Popis, foi inaugurado em 2007. Teve a primeira manutenção sensivelmente no ano 2016/2017. Cerca de 100 mil euros que, à época, foram investidos. Já passaram seis anos. Pois bem, e a informação que os técnicos já nos foram dando e que pedimos um relatório final para nós podermos tomar decisões, grande parte daqueles equipamentos, uma boa parte vai ter que ser substituída, porque alguns já não comportam qualquer requalificação. Ao mesmo tempo estamos a finalizar a

intervenção em quatro parques infantis, onde estamos a investir 350 mil euros, sem qualquer financiamento, na cidade. Bem se recordam as multas da ASAE e que nós ainda estamos, digamos, a responder para que não cobrem a multa, digamos assim. Mas tivemos que correr rapidamente, permitam-me a figura de estilo, para que nós pudéssemos fazer a obra nesses quatro parques infantis, para dizermos que estávamos a trabalhar nesse sentido para contrariar a informação deles. Nós temos mais cerca de seis parques, são mais seis parques infantis na cidade e nos bairros da cidade que têm que ser requalificados e temos o Parque Polis. Só estes seis parques infantis que eu acabei de referir, estamos a falar em mais de 400 mil euros que vão ser gastos, investidos na nossa cidade. E isso vai contrastar na balança, na nossa decisão, onde é que nós vamos avançar mais rapidamente. Se vamos avançar aí ou se vamos avançar no Parque Polis, no Popis, no parque infantil do Popis, cujo investimento, neste momento, terá que ser superior a 600 mil euros. Neste momento, não há qualquer financiamento. Mas, naturalmente, nós temos que saber tratar bem, depois de todos estes anos, daquele que é um dos parques infantis mais visitados de toda a região. Mas, para que nós possamos fazer esse investimento, outros investimentos vão ter que ficar para trás, porque é absolutamente necessário conferir as condições de segurança e as condições de visitação àquilo que é um grande equipamento que é fruído na nossa cidade. Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Antes de interrompermos para o almoço, como eu já uma vez aqui disse, falhamos. Há pouco, quando cumprimentei o Senhor Presidente, as Senhoras Vereadoras e os Senhores Vereadores, passei ao tema seguinte. E fica aqui uma sauda o especial, que devia ter feito na altura e não o fiz,   Senhora Vereadora Adelaide Baeta de Campos. Peço-lhe imensa desculpa e sinta-se bem nesta casa. Muito obrigado. Peço-lhe desculpa. Interromp mos para almoço e retomarmos às 15h00.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “... CCDDR, relativamente às ajudas de custo e ao subsídio de transporte, porque um senhor Deputado me havia levantado esse problema, por escrito, o que aquele parecer diz, se eu bem interpreto,   que, relativamente aos subsídios de transportes, um quil metro já tem direito ao subsídio de transportes. É o

que eles dizem lá num parágrafo. Relativamente às ajudas de custo, é ao Deputado que reside a mais de vinte quilómetros. E, portanto, também está a acontecer isso noutras Assembleias Municipais, tive a oportunidade de ligar, há um boletim que é utilizado, nomeadamente na função pública, que está desatualizado, é um boletim da Imprensa Nacional, que no verso fala em cinco quilómetros. Antes da última alteração, havia subsídio, ajudas, ajudas de custo, desde que a residência fosse acima de cinco quilómetros. Pela alteração, creio eu, 2012, passou para vinte quilómetros. E, portanto, eu pedia aos senhores Deputados, estão a ser impressos esses boletins, para os preencherem para o pagamento do subsídio de transportes e para o pagamento do subsídio de ajudas de custo. Tive oportunidade, há pouco, de falar com o senhor Deputado que levantou o problema, e bem, temos que equacionar as assembleias até hoje. Portanto, se chegarmos à conclusão que é legal, na Assembleia de dezembro preencheremos os boletins relativamente, obviamente aos senhores deputados que estiveram presentes nas Assembleias, depois teremos que conferir isso. E, portanto, se houver direito a isso, obviamente que será para pagar. Era esta informação que eu pretendia dar, agradecendo ao senhor Deputado que levantou a questão, que não tinha sido nunca, que eu saiba, levantada nesta Assembleia. Entrando no período... a outra correspondência, também não tenho mais comentários a fazer. Só dei uma explicação relativamente a esta. Se for rápido o senhor deputado, se não? Muito rápido, Senhor Deputado. Se for rápido, Senhor Deputado, senão... Muito rápido, senhor Deputado.” -

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Não, é só para dizer que o Grupo do PG apresentou aqui uma moção que se intitulava: água, agricultura e ordenamento do território no concelho da Guarda. Qualquer coisa deste género. E vem a DGADR, Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Regional dizer que estes projetos inscrevem-se numa lógica municipal, à semelhança do que já ocorre noutras regiões, em que os municípios são as entidades promotoras. Deste modo, entende-se fundamental que o município promova a elaboração dos referidos estudos, de modo a conferir-lhes uma maturidade apropriada para que, quando surgir a oportunidade, se possa passar à fase de obra, ou seja, à construção propriamente dita do regadio. Os referidos estudos deverão ser submetidos à análise e aprovação da Direção-Geral. Espero que, sobre Luzelo, Ribeira das Cabras, Massueime, Vale do Zêzere, Vale do Mondego, que esteja, neste momento,

o Município a trabalhar e que a Senhora Deputada do CDS tenha ficado esclarecida. Era só isto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Obviamente, com essa sua intervenção, obriga a Mesa a dar a palavra, já que invocou o Município, a dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Parece-me que é de justiça. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Eu não sei qual é que é a figura regimental para estarmos aqui os dois a falar, mas o senhor lá entenderá. Permita-me dizer, mas, de facto, não há nenhuma figura regimental para tratamento de correspondência. Mas, já que falou, então, aqui vai disto. Não está presente a Senhora Deputada do CDS-PP, mas muito lhe agradeço a moção que fez no ano passado, sensivelmente, e, naturalmente, ao grupo parlamentar do Movimento Pela Guarda que também o fez sobre essa matéria. Senhora Deputada Cláudia Guedes, eu acabei de agradecer a sua moção sobre a agricultura, sobre a barragem do Luzelo, há um ano, mais coisa menos coisa, e também do grupo municipal do Movimento Pela Guarda. Ó Senhor Deputado, então, de repente, agora, sacode-se a responsabilidade. Agora, de repente, os municípios vão ter que fazer tudo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu peço para que seja questionada a DGADR, com conhecimento à Tutela Governamental, a saber, a Senhora Ministra da Agricultura, e à EDIA. A EDIA é a empresa de desenvolvimento agrícola do Alqueva. E eu explico porquê. Porque a discussão pública, no final do ano de 2021, (Engenheiro Horácio, 2021?) que este município fez um estudo, contratou um estudo com uma consultora nacional, para poder ir à discussão pública. E, por isso, nessa discussão pública, foi lá colocado, com a maturidade possível tendo em conta o curto espaço de tempo que havia, o Luzelo, outra na zona de Pega também, dois possíveis aproveitamentos hidroagrícolas na Ribeira das Cabras, mais dois na Ribeira de Massueime, a ampliação do regadio da Cova da Beira à zona sul do nosso concelho (já aqui foi falado, não há muito tempo, sobre essa matéria), mas também é possível criação de um regadio no Vale do Mondego. Isso foi colocado na consulta pública dos regadios de Portugal. E essa consulta pública tecnicamente foi acompanhada pela EDIA. Por isso que eu falei da EDIA. E a DGADR é que depois absorveu toda aquela informação. E até hoje ninguém sabe o que é que eles vão fazer com aquela informação. Eis senão quando,

de repente, faz-se uma carta: a Câmara Municipal da Guarda tem que fazer os estudos. Senhor Deputado, a Câmara da Guarda não vai fazer nem um único estudo sobre esse ponto de vista, porque esta responsabilidade deve ser assacada ao Estado Central, conforme já o fez no passado. E não é desresponsabilizar-se e dizer que agora são os municípios que têm que fazer os regadios, que têm que fazer os estudos. Lá vem outra vez os milhões. Lá vem outra vez os milhões. Só para fazer um estudo da barragem mais pequena, Senhora Deputada, do Luzelo, rapidamente poderíamos gastar centenas de milhares de euros. Estudos hidráulicos, os estudos sob o ponto de vista da estabilidade da estrutura, enfim, tudo isso, fazer o projeto completo, o projeto de infraestrutura e o projeto de expropriações. Podem vir centenas de milhares de euros. E, por isso, a Câmara da Guarda, não vai fazer nenhum estudo. De repente, agora, atenção, porque quando voltarmos aqui a falar neste assunto: a culpa é da Câmara que não faz, a culpa é da Câmara que não faz, a culpa da Câmara que não faz. Já estamos um bocado cansados deste discurso moribundo, que mais parece ser de campanha eleitoral. É um ensaio. Andam por aí a fazer ensaios. Ora vai um, ora vai outro. Se calhar é capaz de aparecer um terceiro, não sabemos. Mas são os ensaios que se vão fazendo. Mas Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, caríssima Mesa, Executivo, é esta a posição deste Executivo Municipal. E aquilo que eu pedia, Senhor Presidente, já que o assunto foi chamado à liça, é que seja questionada a DGADR sobre aquilo que vai acontecer até 2030, nomeadamente aquilo que foram os estudos, a consulta pública dos regadios de Portugal, qual é que é a consequência legal, jurídica, financeira, sobre aquilo que os municípios, de norte a sul do país, apresentaram. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Entrávamos, então, no ponto 2... Senhor... Senhor... eu penso não ir dizer nenhuma asneira. Eu penso que não ir dizer nenhuma asneira. Se, por acaso, eu for dizer algo que não seja verídico, peço à mesa de apoio que me diga. Vem dirigida ao Presidente da Assembleia, mas o ofício era dirigido, creio que é neste caso, ao José Relva, Presidente da Câmara não sei de onde. Vendas Novas. Por acaso eu já não sabia que era Presidente da Câmara de Vendas Novas. Nunca fui. Acho que passei uma vez na vida. Mas, portanto, o ofício é para o Presidente da Câmara de Vendas Novas, José Relva. Depois, no email é que lá vem isso. A Mesa fará

isso, obviamente. Muito obrigado pela sugestão. Entrávamos, então, no ponto 2.2 da ordem do dia.” -----  
-----

**Ponto 2.2 - Primeira Revisão da Estratégia Local de Habitação do Concelho da Guarda - discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora ou algum senhor Deputado deseja intervir? Dr. João Correia, faça favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os meus cumprimentos e autorize que, na sua pessoa, cumprimente todos os presentes e quem nos assiste à distância pelos meios audiovisuais. A estratégia local de habitação da Guarda, aprovada nesta Assembleia Municipal em 2021, tinha um horizonte temporal até 2026. Neste momento, está cumprido já mais de metade. Todos concordamos com a importância em promover o acesso de todos os cidadãos a habitações condignas e adequadas e temos igualmente a certeza que, desta forma, vamos potenciar a fixação de novos residentes no concelho. É uma premissa importante de reter. A habitação social na Guarda, até aqui, representa apenas 1,5%. Infelizmente é uma taxa, na minha opinião, extremamente baixa e há que corrigir. O número de edifícios degradados e votados ao abandono aumenta todos os meses na nossa cidade, mas, principalmente, nas regiões e nas freguesias rurais, degradando a imagem, quer da cidade, quer das aldeias. Todos nós temos essa consciência e quem se deslocou, hoje, à hora de almoço, para ir aos restaurantes, passou por vários edifícios abandonados e degradados, por certo. Insalubridade, insegurança, inadequação, sobrelotação, precariedade, são adjetivos usados de forma recorrente pelo documento estratégico aprovado então, em 2021. Passados dois anos, reencontramos os mesmos adjetivos nesta primeira proposta de revisão. Os mesmos adjetivos, claro, e os mesmos problemas. Mantida a definição dos objetivos fundamentais para dar resposta às necessidades de habitação do município, que no fundo não foi alterada em relação ao documento anterior, obviamente que saudamos aqui alguma diferença, porque há o alargamento do estudo a outras freguesias, para além da Guarda e Maçainhas que eram contidas no primeiro documento. Concordamos com a busca de soluções habitacionais inovadoras e sustentáveis, inscrita neste documento agora na revisão, e também no recurso a

candidaturas a todos os instrumentos financeiros disponíveis. É evidente que agora esta afirmação é música para os meus ouvidos, Senhor Presidente. Eu repito, a todos os instrumentos financeiros disponíveis. A estratégia local de habitação da Guarda, como eu já disse, tinha um horizonte temporal até 2026. Estamos a chegar ao fim de 2023. Senhor Presidente da Câmara, do diagnóstico apresentado, então, o que é que já foi resolvido? Pretendia-se, entre outros, reabilitar cento e dezanove habitações e construir quarenta e oito. Foi isso que nós aprovámos. Nós não, a Assembleia Municipal que nos antecedeu. No grupo de revisão, consta um investimento de 22 milhões de euros até 2026, para a recuperação de trinta e seis imóveis da Câmara e trinta e oito de Juntas de Freguesia e também do denominado Terceiro Setor, onde se inclui a Diocese. Em suma, o documento de revisão da Estratégia Local de Habitação está tal como o original, feitos na perfeição. Mas urge ter projetos adequados às necessidades, urge passar do papel para o terreno, urge não perder mais tempo. Não podemos correr o risco de um PRR se tornar numa perda oportuna relevante. Pelas razões expostas e pela urgência sentida, o grupo do PSD irá votar favoravelmente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma intervenção de alguma Senhora Deputada ou... Miguel, tinha pedido? Pode. Muito obrigado.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Boa tarde a todas e a todos. Obviamente, consideramos que a Estratégia Local de Habitação é necessária. No entanto, não podemos deixar de sublinhar que o documento refere várias vezes que há necessidade de mais proatividade por parte do Município, pede a atualização do modelo atual de governação e do modelo proposto até na Estratégia Local de Habitação. São inclusivamente sugeridos imensos programas a que Município pode concorrer, alguns dos quais nós já teríamos sugerido, mas que não tiveram continuidade. Preocupa-nos principalmente o realojamento temporário dos agregados familiares, que não foi previsto e o número de agregados que ficaram excluídos e que ainda é bastante substancial. Portanto, antes de votarmos, nós gostaríamos de saber quais é que são as ideias do Executivo para estes dois problemas: o realojamento das pessoas e os agregados que ficaram fora destes programas. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Só voltando um pouco atrás, agradecia mesmo que a Mesa pudesse mandar para a Direção-Geral da Agricultura aquilo que foi aqui solicitado pelo Senhor Presidente de Câmara e que todos nós tivéssemos conhecimento do envio para, depois, a seguir, ficarmos devidamente esclarecidos de quem é a responsabilidade. Portanto, só isso. Relativamente à Estratégia Local de Habitação, dizer-vos que nós nos vamos abster precisamente porque tem o nome de Estratégia Local de Habitação. Nós compreendemos que este aqui é um documento importante no sentido de haver candidaturas, nomeadamente ao Primeiro Direito. No entanto, sabemos também que, se houvesse uma Câmara instável do ponto de vista daquilo que quer acerca da habitação, a Câmara da Guarda seria um exemplo. Porque, aqui há uns meses, a habitação acessível não interessava, até porque estaríamos de alguma forma a fazer concorrência com os privados. Passámos de 485 mil euros para 40 milhões, agora mais 22 milhões e tínhamos mais 6 milhões e 800 mil. Desculpem, os habitantes da Guarda não percebem nada. E não percebem nada do que é que está a acontecer. E, portanto, a Estratégia Local de Habitação, na Guarda, não existe. Percebemos que o documento é importante e é importante precisamente para se obterem candidaturas. Agora, se nós pensarmos naquilo que é estratégia local de habitação na Guarda, não existe. Não existe. Não existe porque senão já estaria resolvido o problema das duas casas que estão quase a cair no Centro Histórico, já estaria resolvido o problema da questão da Casa da Legião e para que serve, já estariam resolvidas as inúmeras situações levantadas, há pouco, pelo Senhor Deputado do PSD. E, portanto, nós, percebendo que este documento é importante para a Câmara se poder candidatar a candidaturas abertas, não poderemos votar favoravelmente porque este é o cartão amarelo. É assim, entendam-se, reunam, definam alguma estratégia, não só ao nível da habitação, mas ao nível de tudo aquilo que preocupa os guardenses, porque, na realidade, estratégia é coisa que não existe neste concelho.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Boa tarde. Em relação a esta Estratégia Local de Habitação, a primeira versão permitiu os 6,7 milhões de euros do protocolo com o IHRU e cento e nove habitações. Esta revisão, como já foi dito, alarga a intervenção da habitação, identifica mais imóveis e identifica novos problemas. Portanto, o diagnóstico está feito, foi feita a atualização. São mais 21,7 milhões de euros que são necessários, a grande maioria encargos do Município, dinheiro esse que o Município não tem. É um terço, mais ou menos, do orçamento do Município. E por isso há muitos programas, como já foi dito, em que nos podemos candidatar, em que podemos trabalhar para conseguir estes montantes. Por isso é que nós votaremos a favor, porque é uma urgência a habitação na Guarda, como é em todo o país. Também dizer que a Câmara não consegue fazer isto sozinha, é preciso muitos fundos. E deixar aqui o desafio, não é o desafio, mas é o relembrar que aprovámos uma empresa municipal também para isto, na Assembleia Municipal passada, para alcançar este desiderato num tempo que é curto. E é isso que nós esperamos e que queremos para os guardenses. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Se mais alguma Senhora Deputada ou Senhor Deputado desejar intervir... Não havendo, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, se quiser usar da palavra neste momento.” --

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, Senhor Presidente. Reiterar os cumprimentos a todas e a todos. Umas notas breves. Bom, tal como aqui já foi referido, a Estratégia Local de Habitação da Guarda foi aprovada na Assembleia Municipal anterior, no mandato anterior, em junho de 2021, e estamos aqui, cerca de dois anos depois, a fazer a sua primeira revisão. Falando concretamente do que consta deste documento, é uma necessidade absoluta a sua revisão, em função da necessidade, naturalmente, de aumentar também a capacidade dos imóveis devolutos, do número de fogos a reabilitar, do número de famílias a alojar, e aí estamos naturalmente todos de acordo, famílias essas a alojar em habitação social, ao mesmo tempo que, desta forma, nós ajudamos a fazer ou podemos ajudar a fazer a revitalização do nosso Centro Histórico. É uma das medidas daquele Plano de Revitalização que falaremos assim que ele esteja efetivamente todo desenhado. Vamos aos números. Esta esta primeira revisão, prevê ou tem um potencial máximo de reabilitação de setenta e quatro edifícios em todo o concelho. O que é que nós fizemos? Consultámos todas as Juntas de

Freguesia, consultámos todas as IPSS, ou seja, o Terceiro Setor e a Diocese, a nossa Diocese, para nos informarem sobre que imóveis é que estariam na sua propriedade, na sua posse, para se poder fazer estes investimentos, aproveitando o Primeiro Direito e o dito PRR. Pois bem, depois de recebida toda a informação, chegámos a estes números. Setenta e quatro possíveis edifícios a reabilitar em todo o concelho, quarenta e três na cidade, trinta e um nas freguesias rurais. Trinta e seis é o potencial máximo, tendo em conta aquilo que são imóveis devolutos no nosso Centro Histórico, trinta e seis sob a responsabilidade do Município da Guarda. É o potencial máximo, volto a dizer. Vinte e sete são do Terceiro Setor, das IPSS ou da Diocese e onze das Juntas de Freguesia. Podemos chegar a uma capacidade de alojamento, com a reabilitação destes setenta e quatro fogos ou edifícios, de cento e noventa agregados familiares. Senhora Deputada Bárbara Xavier, respondendo à sua questão, estão mais que todos consagrados, porque o último levantamento era pouco mais de cem, cento e doze, por aí, agregados. E, portanto, o potencial, até agora, porque os projetos não estão feitos e, naturalmente, há vários edifícios que se pode potencializar, digamos, na sua reabilitação, fazer apartamentos de tipologias mais pequenas, porque é isso que é privilegiado pelo PRR. Mas o potencial que temos, neste momento, são cento e noventa agregados, podendo ser mais dependendo do projeto e dos estudos que sejam feitos. E resolveremos, em absoluto, os problemas da habitação social no nosso concelho, com todo este investimento, e temos alguma sobra. Naturalmente, temos que estar sempre... nunca é demais fazer habitação social, porque há sempre, infelizmente, em função daquilo que nós vamos assistindo no nosso dia a dia, há sempre pessoas, há sempre população, agregados, que necessitam desta ajuda, seja durante muito tempo ou seja durante pouco tempo. Estamos assim a falar num possível investimento de perto de 22 milhões de euros, é aquilo que está plasmado no estudo técnico que foi feito. 18 milhões da responsabilidade da Câmara Municipal da Guarda, 2 milhões e meio do Terceiro Setor, 1 milhão de euros das Juntas de Freguesia. E, tal como diz, e bem, o estudo, é necessário encontrar um novo quadro de governação, um novo modelo de governação. Ainda bem, Senhora Deputada Bárbara Xavier, que o estudo, e que a Senhora está a dar razão, porque a estrutura da Câmara Municipal da Guarda, neste momento, não consegue dar resposta a este programa com tanta magnitude, com tanta dimensão. E por isso é que na última Assembleia Municipal, e agradecemos a esta Assembleia que, de uma forma

maioritária, aprovou a Empresa Municipal cujo estado da arte, digamos assim, foi aquele que eu referi durante a manhã. Sobre a habitação acessível, já falei, de manhã, sobre o seu ponto de situação. Naturalmente, estamos nas negociações com o IHRU e, portanto, é preciso ainda chegar àquele ponto de reбуçado, permitam-me a expressão, para que, de facto, os valores sejam todos aceites e possamos dar o passo em frente no que diz respeito a esta matéria. Mas, a estes montantes, devemos acrescentar, naturalmente, os cerca de 6 milhões e pouco de euros que irão custar o investimento do Bairro das Lameirinhas, o Bairro da Fraternidade, o Bairro de Fomento e, naturalmente, a reabilitação também, que tem que acrescentar, dos prédios coletivos de habitação social do Município na Rua dos Amores, na Avenida da Igreja e no Rio Diz. Naturalmente que todos bem sabemos do protocolo que foi assinado há cerca de um ano e só depois desse protocolo é que nós podemos dar início aos projetos de execução. Um projeto de execução denso, porque transforma por completo toda aquela zona da cidade, com um novo loteamento, com novos arruamentos, enfim, porque aquilo é tudo para demolir. E o projeto está pronto, está a dias de ser entregue, seja o projeto completo do novo loteamento daquela urbanização, seja o projeto de execução da construção dos prédios, dos edifícios que ali vão ser erigidos, para que nós possamos, ato contínuo, dar seguimento a todo este processo. Eu devo lamentar aqui uma coisa, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, é que o Partido Socialista se vá alhear desta Estratégia Local de Habitação. Nós, eu já referi isto, e nós devemos todos comungar desse espírito, estamos todos convocados a executar o PRR no nosso país. Todos. Não é só o Governo. É o Governo, são as Câmaras Municipais, são as Juntas de Freguesia, são as IPSS, são todos os cidadãos portugueses. E é isso que nós estamos aqui a fazer também. Por isso, nós, ao mesmo tempo que queremos ajudar a executar o PRR, queremos ter os benefícios necessários e almejados para o nosso concelho, para as nossas freguesias, para a nossa cidade, para as nossas IPSS. E por isso lamento que o Partido Socialista, na posição que aqui há pouco tomou, se queira alhear desta matéria, de facto, querendo confundir as pessoas. E, Senhor Deputado, aquilo que lhe pedimos é que não se baralhe com aquilo que é a Estratégia Local de Habitação, que eu acabei de referir que é para ir ao programa do Primeiro Direito aos fundos do PRR, com a regeneração urbana para o Centro 2030. Não devemos confundir. Se quiser, um dia destes, eu posso-lhe dar aqui algumas notas sobre como funcionam estes programas

de fundos comunitários. E, para terminar, Senhora Deputada Bárbara Xavier, o realojamento. Há verbas previstas para realojamento das pessoas. Se isso for necessário, naturalmente que será feito, porque o próprio programa prevê verbas para realojamento temporário ou definitivo, enfim, naturalmente sempre comungando da vontade das pessoas. Isso é fundamental porque estamos a falar em pessoas já com alguma idade. E, Senhor Deputado João Correia, que há pouco falava sobre algumas matérias, agradecendo naturalmente as palavras que referiu em relação ao conteúdo desta estratégia. Já referi a questão do projeto de execução, da alteração do loteamento, da negociação com os proprietários, que é fundamental. Já passou pouco mais de um ano, mas foi o ano de resolver estas questões todas. Mas há uma delas que ainda não está resolvida, devo dizer-vos. Porque naquele Bairro das Lameirinhas, Bairro do Fomento e da Fraternidade, tem um problema, e quem trabalhou nestas matérias sabe aquilo que é, que tem a ver com a propriedade resolúvel. Há três edifícios naquele bairro que o IHRU, o Instituto Nacional da Habitação, era uma das designações anteriores, acabou por alienar, por vender aos seus proprietários. Mas o terreno não foi vendido, é do município. E, portanto, estamos a ver como é que isto se resolve e, numa das situações, ainda não está resolvido. Vamos ver se conseguimos resolver isto rapidamente. Nós estamos aqui a resolver um problema, poderão dizer, mas a Câmara também tem que ajudar a resolver. Claramente que sim, por isso é que nós assinámos aquele protocolo e estamos a ajudar a resolver um problema que foi criado por um Instituto Público, há uns anos atrás, e que agora, naturalmente, estamos obrigados, por maioria de razão, a resolver, para que essa obra possa ser erigida e termos a ambição de executar uma grande parte ou a totalidade deste programa. Sendo certo que aquele protocolo que nós assinamos aqui nesta sala, com a então Secretária de Estado, hoje Ministra da Habitação, vai ter que haver um reforço. Não é só por esta via, não é só pela revisão da Estratégia Local de Habitação, é também em função do aumento brutal dos custos da construção, (já para não falar na falta de empresas e na falta de mão de obra, já não vou à questão dos materiais) mas para a reabilitação dos edifícios já existentes. E, naturalmente, nós iremos perseguir a necessidade de haver um reforço financeiro também sobre essa via, para cumprir a Estratégia Local de Habitação que foi aprovada em 2021, mas que agora é reforçada no ano 2023, perante o documento que aqui vos é apresentado e que pedimos, naturalmente, a vossa aprovação. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto 2.2 à votação.” -----

**Resultado da votação do Ponto 2.2 - Primeira Revisão da Estratégia Local de Habitação do Concelho da Guarda - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e nove votos a favor e catorze abstenções. ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de Voto? Peço desculpa.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “É pena não estar aqui o Senhor Presidente, mas claro que compreendemos que se tenha, de vez em quando, que ausentar. No entanto, dizer que nos abstivemos, não porque não compreendamos realmente o teor da proposta, mas sim porque sabemos que a Guarda e a Câmara da Guarda não tem qualquer estratégia para habitação. E, portanto, como a Guarda não tem qualquer estratégia para habitação, nós vamo-nos abster. E vamo-nos abster, percebendo, vejam bem, percebendo exatamente a importância do documento. Mas vamos abster para dizer a todos os guardenses e continuaremos sempre a dizer, Senhor Presidente, nós continuaremos sempre a dizer que o Senhor Presidente, este Executivo, acerca de habitação não tem nenhuma estratégia. E isso se demonstra pelos últimos meses da sua governação nesta cidade.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada Bárbara Xavier, faça favor. Senhora Deputada, tem a palavra. Senhores Deputados, a Senhora Deputada Bárbara Xavier está para falar. Muito obrigado.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Declaração de voto. Nós abstivemo-nos porque ficámos na mesma com as respostas. Ou seja, o documento diz que o realojamento não foi previsto e diz mesmo de dezasseis agregados. Portanto, não temos nenhuma segurança que realmente isto está a ser feito. E, na verdade, diz mesmo também que cerca de cem pedidos não terão resposta, ao que apela a medidas de apoio de iniciativa municipal. Ou seja, nenhuma das duas respostas nós poderemos ter uma confirmação oficial ou escrita delas. Portanto, obviamente abstemo-nos, se não houver solução prevista para estes agregados.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se há mais alguma Declaração de Voto. Penso que não. Então, passávamos ao ponto 2.3.”

-----  
**Ponto 2.3 - Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia para obras e aprovação da Minuta do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia de Benespera, Famalicão da Serra, Gonçalo, Gonçalo Bocas e Vila Garcia - discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Se a memória não me traição, este contrato entre Benespera, Gonçalo Bocas, etc., é a tradução, para estes casos concretos, da minuta que aprovámos, na última Assembleia, na sua globalidade, sem nome. Está correto, Senhor Presidente? Creio que é isto. Então, abria à discussão, se algum Senhor Deputado ou Senhora Deputada desejar intervir.” -----

- **António Fontes, Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão da Serra (Independente):** “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas Municipais, Senhores Presidentes de Junta, caros colegas. Traz hoje, o Senhor Presidente, a proposta PCM N.º559/23, para apreciação e votação da Assembleia Municipal sobre a política de apoio da Câmara Municipal às Juntas de Freguesia, para obras que estas considerem ser de grande importância para as Freguesias, muitas delas, há anos por concretizar, o caso da minha freguesia. É louvável a proposta que, neste caso, prevê obras concretas em cinco freguesias, incluindo a que eu represento. Permita-me, pois, que elogie a Câmara por esta iniciativa que considero muito meritória e em linha com a defesa dos interesses das freguesias do concelho. Sendo certo que quem melhor conhece as necessidades das populações são as Juntas de Freguesia, pela sua proximidade e pelo contato direto que tem com os seus fregueses. Mas sendo também certo que elas não dispõem de recursos financeiros para fazerem face às obras de que necessitam. É indispensável o Município promovê-las deste recurso. No que diz respeito à minha freguesia, quero, pois, enaltecer esta valiosa iniciativa. Mas permita-me, Senhor Presidente, que em nome do mesmo princípio que presidiu à elaboração desta proposta, lhe faça um desafio que considero muito importante e que diz respeito a todas as freguesias do concelho, penso eu. Recentemente, ficou concluída a infraestruturação de todas as freguesias do concelho da Guarda com fibra ótica. Obra excelente e imprescindível, pois permite utilizar redes

nas melhores condições, sem qualquer dúvida. Mas, mais uma vez, a cobertura em fibra ótica ficou feita como têm sido instaladas todas as infraestruturas, (eletricidades, telefones e agora a fibra ótica) instalação por cabos aéreos, que além de mais são colocados sem qualquer critério. As nossas freguesias, neste sentido, parecem autênticos arraiais minhotos, com uma selva de fios colocados de qualquer maneira e até sem qualquer respeito pela propriedade alheia. Trata-se não só de um verdadeiro atentado à harmonia visual das nossas freguesias, mas também de instalação sem o mínimo de segurança, por exemplo, em relação aos fogos e aos atos de vandalismo. Está, pois, em causa, a estética e a segurança dos valores que devem ser preservados nas nossas freguesias. Acresce, ainda, inúmeras antenas de televisão que já não servem para nada. A verdade é que estas infraestruturas são fonte de rendimento para as operadoras, estando os Municípios comprometidos com mensalidades significativas, pagas às operadoras de telefone, de redes, de eletricidade. Pois o meu desafio, Senhor Presidente, é que assuma como estratégia de enterrar os cabos destas infraestruturas nas freguesias do concelho que o desejarem, dotando-as, para isso, de recursos financeiros, que não serão muito exagerados, para, junto das operadoras, negociar o enterramento de todos os cabos e elas próprias procederem à remoção das inúmeras antenas. Trata-se, como já disse, de um valor estético que tem efeitos de qualidade visual das freguesias, na atratividade de pessoas e turismo, mas sobretudo na segurança das próprias infraestruturas cada vez mais necessárias, não só na vida quotidiana das pessoas, mas também às próprias atividades profissionais. Aqui lhe deixo o desafio, Senhor Presidente, sabendo que Vossa Excelência é sensível a esta matéria e que não deixará de dar resposta à minha recomendação, que julgo ser partilhada por todos os membros desta Assembleia, penso eu. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Borges. Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Como é óbvio, concordamos, não é? Nós estamos sempre de acordo com a transferência de dinheiro para as freguesias. E, tal como dizia o Senhor Presidente de Junta, nós sabemos que os Presidentes de Junta, com pouco, conseguem fazer muito. Até, precisamente, pela proximidade, pela forma como tratam as coisas como sendo suas e muito mais próximo, conseguirão, de certeza absoluta, com

muito menos, fazer mais do que o Município. No entanto, queríamos apenas questionar o Senhor Presidente relativamente aos critérios. Nós temo-nos apercebido que, tanto neste documento que vamos aprovar, como no anterior documento, os valores andavam entre os 35 mil e os 40 mil euros. Queremos saber se isto tem algum critério, porque todos eles estão na linha dos 35 a 40 mil, ou se existem outros critérios que nós possamos conhecer. Era só isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Alina Louro, Deputada (PSD):** “Boa tarde a todos os presentes. Era só uma chamada de atenção. O grupo parlamentar do PSD já tinha feito a recomendação sobre os cabos e fios elétricos. Estamos-nos a repetir. Precisamos é de respostas. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, Senhor Deputada. Não sei se há mais alguma intervenção. Parece não haver. Senhor Presidente da Câmara, se desejar usar da palavra.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, Senhor Presidente. Cumprimentos reiterados. Sobre este ponto que hoje vos é aqui apresentado, devemos recordar aquilo que já foi feito neste mandato. É bom recordar e reavivar as memórias daqueles que gostam de fazer esquecer aquilo que de bom é feito nesta casa. Nesta casa, na Assembleia Municipal, naturalmente. Falar da Câmara Municipal da Guarda, sou suspeito nessa matéria. Mal feito fora se não o dissesse. Mas, aqui, na Assembleia Municipal da Guarda. Bom, no ano passado, há pouco mais de um ano, bem se recordam que nós aprovámos, nesta Assembleia, a delegação de competências nas Juntas de Freguesia. Pouco mais de 1 milhão de euros foi, de facto, um sinal de maturidade, muito para além da maturidade democrática, mas na maturidade da avaliação daquilo que é necessário fazer nas nossas freguesias. Nas nossas freguesias rurais, mas também na parte rural da freguesia urbana. E, portanto, estamos muito gratos com essas negociações intensas que fizemos com cada uma das juntas de freguesia e, por isso, esse ponto foi aprovado nesta Câmara Municipal, com a unanimidade dos votos dos presentes. Devemos recordar também, já mais recentemente, o apoio aos equipamentos de proteção civil. Foram 430 mil euros que nós fizemos aprovar,

propusemos à Assembleia, também aprovado por unanimidade. Cerca de metade dos equipamentos já estão entregues, os restantes sê-lo-ão tão breve quanto possível. Mas, de facto, é muito importante também, porque o que nós temos vindo a constatar é que esta medida foi absolutamente necessária para podermos equipar melhor as nossas juntas de freguesia, com os mais diversos tipos de equipamento. Naturalmente, equipamento esse, a escolha do equipamento é da responsabilidade de cada junta de freguesia, sempre com o parecer da Proteção Civil Municipal. E devo recordar também, na última Assembleia Municipal, os acordos de cooperação que aqui aprovámos, os três, no montante de cerca de 120 mil euros, em números redondos. E, hoje, aqui, estes novos contratos interadministrativos, acordos de cooperação, como quisermos, para aprovação nestas cinco freguesias, estamos a falar num montante de cerca de 184 mil euros. Ou seja, durante o ano 2023, nós já propusemos à Câmara e à Assembleia a assinatura ou a aprovação de acordos interadministrativos no montante de 750 mil euros. É bom referir os montantes, porque são montantes muito importantes para o investimento nas nossas freguesias rurais. É isso que, afinal de contas, também constava do nosso programa eleitoral e, naturalmente, é isso que vos apresentamos para que, paulatinamente, Assembleia após Assembleia, venhamos aqui e fazer a aprovação consecutiva dos acordos de cooperação das juntas de freguesia, ao longo dos próximos dois anos. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão, bem-haja pelas suas palavras. Tal como já disse, e bem, a Senhora Deputada Alina Louro, já aqui foi aprovado um documento nesse sentido. E, se bem se recordam, à época, o que eu disse, e fiz um despacho para os serviços para que fizessem a proposta de um regulamento para que, a partir de agora, as operadoras possam, efetivamente, cumprir com essas regras do regulamento. Assim que o regulamento seja entregue por parte dos serviços, naturalmente iremos discuti-lo, analisá-lo e aprová-lo. Porque, aquilo que já está feito, nós não podemos obrigar as operadoras a enterrar todos aqueles cabos. Seja da parte elétrica, seja das comunicações. É aos poucos que isso pode ser feito. Mas, se nós tomássemos, e eu vou referir aqui, outra vez, o que disse à época, se nós tomássemos a decisão hoje, aqui e agora: vamos fazer uma obra para enterrar todos os cabos elétricos do concelho. Poderiam vir dezenas de milhões de euros, Senhor Presidente. Em todo o concelho. Na cidade também os há, infelizmente, e muitos e nas aldeias e na Vila de Gonçalo também. Estamos a falar em dezenas de milhões de euros, porque são

infraestruturas enterradas, com as tubagens e os cabos que têm que ser certificados para estarem enterrados, com as caixas de visita que têm que estar com a distância de acordo com as prescrições da lei e, naturalmente, para além das valas e a reposição de todos os pavimentos tinha que ser feito. É um caminho que vai demorar anos a ser feito. Porque ao longo dos últimos quarenta, cinquenta, sessenta anos, que as redes foram sendo estendidas, não foi só no concelho da Guarda, foi de norte a sul do país, e ainda bem que esses investimentos foram feitos à época, que trouxe a energia elétrica para a cidade e para o nosso mundo rural, mas aconteceu também em todo o país. É um trabalho que vai demorar muitos anos a ser feito. Mas o primeiro passo é, efetivamente, o dito regulamento que exista para que, de ora em diante, se possa pôr termo, digamos, à proliferação desses cabos que são por aí colocados. Senhor Deputado Miguel Borges, fala aí da questão dos critérios. Os critérios são tão simples quanto isso e transparência. É a dimensão da freguesia e população. São esses os critérios. Não pode haver outros critérios. Se reparar nos montantes da última Assembleia Municipal para esta, são muito similares. Olhe, na freguesia da Guarda, na última Assembleia, até foram 48 mil euros para o cemitério da Póvoa do Mileu, para a sua ampliação. Os critérios são estes. E, como alguém dizia recentemente, nós, nas negociações, só temos a parte de cima da mesa. Não temos a parte de baixo da mesa. É tudo em cima da mesa, é tudo transparente, muito claro e sempre em comum acordo com as juntas de freguesia. Muito obrigado.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava então o ponto à votação.” -----

**Resultado da votação do Ponto 2.3 - Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia para obras e aprovação da Minuta do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia de Benespera, Famalicão da Serra, Gonçalo, Gonçalo Bocas e Vila Garcia - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e três votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de Voto? Faz favor, Senhor Deputado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Votamos a favor, porque acreditamos nas freguesias e acreditamos que as freguesias, com pouco, poderão fazer muito. Se fosse pelos critérios invocados pelo Senhor Presidente, chegaríamos à conclusão que, afinal, não há critérios e assim teríamos que votar de outra forma. Portanto, votamos a favor porque acreditamos nas juntas de freguesia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Passávamos, de seguida, ao ponto 2.4 da Ordem do Dia.” -----

**Ponto 2.4 - Construção de um Complexo Desportivo em Casal de Cinza - Emissão de Declaração de Equipamento Especial de Interesse Municipal nos termos do artigo 23º do Regulamento do PDM - discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Abria a discussão sobre o tema. Algum Senhor Deputado deseja falar? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **José Rabaça, Presidente da Junta de Freguesia de Casal de Cinza (PSD):** “Boa tarde, Senhor Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. Meus amigos... Vila Cortês está a ouvir? Está. Seis equipas, mais de noventa atletas, vinte colaboradores, entre treinadores, diretores, massagistas, fisioterapeutas. É o maior grupo desportivo do concelho da Guarda. Por isso, ficamos muito gratos pela requalificação do espaço. Obrigado, Senhor Presidente. É um espaço que vai servir, não só Casal de Cinza, mas também pode servir Vila Cortês, pode servir o Rochoso, serve todo o concelho. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. É saudável e salutar. Mais alguma Senhora Deputada ou Senhor Deputado deseja intervir? Não desejando, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, Senhor Presidente. Apenas referir que trata-se de um procedimento legal que nós estamos obrigados a cumprir, para que aquele espaço do complexo desportivo de Casal de Cinza, que é um espaço dito rural nos termos do ordenamento do território, precisamos desta declaração de interesse público municipal para que possa ser todo ele licenciado e que a prática desportiva possa ter continuidade. E naturalmente, com aquilo que nós estamos a

trabalhar na elaboração dos projetos, para podermos tentar encontrar um financiamento necessário para que, num futuro tão próximo quanto possível, possa ser feita a requalificação e a transformação do complexo desportivo de Casal de Cinza e do Carapito de São Salvador, o campo do NDS, como sabemos, com um novo sintético, bem como a reabilitação, que já falei na parte da manhã, do campo de Gonçalo que está em curso para reiniciar a prática desportiva, ao fim de quase uma dúzia de anos, na segunda divisão distrital. Bem como também referir o projeto da candidatura que foi feita para o pavilhão desportivo paredes meias com o Centro Escolar do Porto da Carne, já para não falar no projeto das bancadas do Zambito, cujo procedimento está a decorrer, para que nós possamos, num futuro próximo, de facto, e conforme nós aqui bem temos vindo a referir ao longo deste ano e meio, dois anos, sensivelmente, a absoluta necessidade de reabilitar, por um lado as infraestruturas desportivas existentes na nossa cidade, mas ao mesmo tempo também continuar a dar melhores condições da sua prática nos diversos campos existentes no nosso concelho, conforme foram os casos que eu acabei de referenciar. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto 2.4, à votação.” -----

**Resultado da votação do Ponto 2.4 - Construção de um Complexo Desportivo em Casal de Cinza - Emissão de Declaração de Equipamento Especial de Interesse Municipal nos termos do artigo 23º do Regulamento do PDM - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e três votos a favor. -----

**Ponto 2.5 - Conhecimento do relatório da situação económica e financeira do Município da Guarda do semestre findo em 30 de junho de 2023.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma Senhora Deputada ou Senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre este relatório? Senhor Deputado, tem a palavra. Faça favor.” -----

- **Ricardo Sousa, Deputado (PSD):** “Muito boa tarde, Senhor Presidente. Permita-me que, na sua pessoa, cumprimente todos os presentes, bem como aqueles que assistem a esta Assembleia através dos canais digitais. Mais uma vez, somos chamados a

pronunciar-nos sobre as contas intercalares da Câmara Municipal da Guarda, designadamente as que respeitam o primeiro semestre de 2023. De um modo global, as contas mantêm-se equilibradas, fruto do árduo trabalho e envolvimento dos dois anteriores mandatos do PSD. No entanto, começam a notar-se alguns ténues sinais de degradação, o que não sendo preocupante no presente momento, poderá vir a sê-lo se o atual Executivo continuar a insistir em algumas políticas que têm vindo a ser percorridas. Desde já, chamar à atenção para o facto de o resultado líquido apurado a 30/06/2023 ter decrescido mais de 25%, comparativamente ao período homólogo. Entendemos perfeitamente que este valor pode estar imbuído de alguma sazonalidade. No entanto, dá-nos uma tendência do atual estado da arte e esperando que o mesmo esteja revertido aquando do encerramento contabilístico a 30/12. Por outro lado, estas contas levantam-nos uma outra questão. Verificamos que a rubrica prestações sociais cresceram quase 700%, em relação ao período homólogo do ano transato. Ter-se-ão as condições de vida deteriorado tanto neste intervalo temporal que obriga a autarquia a fazer este acréscimo substancial nesta rubrica? A ser verdade, só recordar que, quem está à frente dos destinos de um território, é solidariamente responsável pelo desenvolvimento e qualidade de vida do mesmo. Paralelamente, preocupa-nos bastante o facto de os fornecimentos e serviços externos, rubrica onde se incluem as externalizações, donde sobressaem os ajustes diretos para aquisição de serviços, viu-se incrementada em 31%, o que, em valores numéricos, corresponde a mais de 1,7 milhões de euros, comparativamente a junho de 2022. Aliando a isto um aumento evidente nos recursos humanos do município e não sendo visível qualquer indício, ainda que ténue, no crescimento e desenvolvimento do concelho, o porquê deste forte acréscimo nesta rubrica? No que respeita à execução orçamental do período em análise e no que respeita à despesa, segundo o relatório do Revisor Oficial de Contas, e passo a citar “verificámos que todas as rubricas apresentam valores executados inferiores aos previstos”, daí que seja legítimo questionar: terá sido um Executivo demasiado ambicioso aquando da elaboração do orçamento ou demasiado incompetente ao nível da sua execução? Mesmo ao nível da receita e não obstante os valores executados terem crescido em relação ao período homólogo, é com apreensão que constatamos que a mesma ficou abaixo do orçamentado em quase 6,4 milhões de euros. Veja-se, a título de exemplo, a rubrica outras receitas correntes, que possuía uma dotação orçamental corrigida de 939

mil, 767 euros. Foram executados, apenas e tão só, 22 mil e 900 euros, o que representa um grau de execução anual de somente 2,44%. Os números falam por si. É muito dinheiro que deixámos de receber. Fazer também referência à taxa de execução das despesas de capital, o que, na prática, traduzem as despesas de investimento que criam riqueza e infraestruturas que valorizam o território, terem uma miserável execução de cerca de 32%. O grupo municipal do PSD tem insistente e consistentemente alertado para este facto, mesmo alertando o governo da Câmara em funções, que, ostensivamente, tem ignorado estes alertas. Quem perde é a Guarda e a sua população. Por último, estamos também bastante apreensivos com o desempenho da rubrica transferências de capital. Segundo o relatório que hoje analisamos, verificou-se um desvio de quase 10.2 milhões de euros face ao orçamentado. O mesmo documento diz-nos que esse desvio se encontra associado ao não recebimento dos financiamentos acordados com as entidades financiadoras, relacionadas com o investimento em curso. Perguntamos, esse não recebimento deve-se à ineficiência das entidades estatais que gerem os fundos ou haverá algum problema do lado da Câmara da Guarda, que impeça as referidas entidades de procederem às respetivas transferências? Senhor Presidente, ao contrário daquilo que é o seu recorrente discurso de vitimização, o grupo municipal do PSD não é nenhuma força de bloqueio à ação deste Executivo. Não somos os arautos da desgraça, nem tão pouco gostamos de utilizar o discurso do “bota abaixo”. Somos cidadãos preocupados e interessados pela Guarda, daí que estes nossos alertas sirvam para aconselhar, dentro da nossa ótica, a melhor atuação do Executivo, pois, combate político à parte, o sucesso da governação será também o sucesso da Guarda. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor, Senhor Deputado.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa e os restantes Membros e, na sua pessoa, todos os Membros da Assembleia Municipal e cumprimento ainda o Público que acompanha os trabalhos desta Assembleia. O Reputado Ricardo Sousa já discorreu sobre as grandes evidências que resultam do documento que nos foi apresentado para analisar e, portanto, eu também não me vou alongar muito mais sobre o assunto. Havendo, porém, três pontos em que eu gostava de reforçar, sendo um deles

um pedido e uma solicitação ao senhor Presidente da Câmara, que nos dê alguns dados adicionais sobre este aumento de 1,7 milhões de euros nos contratos relativos a fornecimentos e serviços externos, que é realmente um aumento que salta demasiado à vista para passar sem um comentário mais aprofundado. De resto, tenho mais dois comentários a fazer sobre aquilo que é que este relatório nos mostra. O primeiro dos quais é que verificamos um aumento expressivo, muito significativo da cobrança dos impostos indiretos, o que nos dá a entender que está na altura de um Município pensar seriamente na baixa do IMI já a partir do próximo orçamento. Também é verdade, e pegando naquilo que disse o Deputado Neves de Sousa, que me precedeu, há uma tendência geral de equilíbrio das contas, mas não esqueçamos que esse equilíbrio foi pago com “língua de palmo” pelos guardenses, nos impostos e taxas que há muitos anos andam a pagar. O meu segundo comentário vai para o facto de a Câmara, tal como a generalidade dos guardenses, ou muitos deles, estar a ser neste momento penalizada, de alguma forma, pela alta de juros que vivemos. E esta situação, creio que merece um acompanhamento muito, muito atento, porque está a retirar ao município recursos e capacidades que poderiam ser investidas noutras áreas. E, portanto, esta questão, terá de ser objeto de um acompanhamento muito próximo. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma Senhora Deputada ou Senhor Deputado deseja intervir. Não havendo, não sei se o Senhor Presidente da Câmara deseja usar a palavra... Peço desculpa.” -----

- **Isabel Gonçalves, Deputada (PG):** “Boa tarde. Na pessoa do Senhor Presidente, cumprimento toda Assembleia. Foi aqui apresentado, por diferentes forças políticas, uma análise ao relatório que, contudo, gostaria de contrapor algumas situações. Se é certo que o passivo global aumentou 2%, isso justifica-se, sobretudo, a nível de fornecimento a credores e também pelas transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos. Alguém dizia aqui que foram concedidos muitos subsídios e, portanto, não sabemos se isso corresponde à realidade. Bom, penso que vivemos todos no mesmo país e estamos todos certos de que a realidade infelizmente está a levar-nos para esse lado, não é? As famílias a precisarem de cada vez mais apoio. Queria sublinhar, por outro lado, que as dívidas às instituições de crédito registaram uma diminuição de 904 mil euros. Isto pelo facto de se terem cumprido os planos e os acordos financeiros. Por outro

lado, o EBITDA, que é um indicador que serve para avaliar o desempenho das empresas e do valor das empresas e da sua capacidade de gerar lucro, é muito positivo, pois situa-se em 4 milhões 535.294 mil euros. Entretanto, as rubricas com variações mais expressivas foram, face ao mesmo período de 2022, os impostos, contribuições e taxas, com um aumento de 1 milhão 208 mil euros; fornecimento e serviços externos com um aumento de 1 milhão 742 mil; transferências, subsídios concedidos, prestações sociais, com aumento de 1 milhão 215 mil e... peço desculpa, de transferência de subsídios correntes obtidos com um aumento de 904 mil euros. Outros gastos e perdas, com uma diminuição de 1 milhão e 88 mil euros. Quanto ao controlo orçamental da despesa, o Município da Guarda teve uma maior despesa, com cerca de 4 milhões 504.396 mil, portanto, mais 23% relativamente ao período homólogo, sobretudo com o aumento das rubricas com o pessoal, 32% total da despesa, aquisição de bens e serviços mais 38% e transferências correntes. Não nos esqueçamos que há imensa gente que se está a reformar neste momento. E, portanto, há necessidade de entrar novas pessoas. Também gostávamos de salientar, e em forma conclusão, que o Município da Guarda tem um prazo médio de pagamento de dezanove dias. Em 30/06/2023 não havia pagamentos em atraso. Na mesma data, apresentava fundos positivos de 3 milhões, 762 mil 639 euros. Ainda, também, na mesma data, a dívida do Município representava indicativamente 0,38 vezes a média da receita líquida cobrada dos últimos três anos, tendo a mesma aumentado, no primeiro semestre de 2023, no valor de 193.653 mil euros face, portanto, ao período homólogo. Também a dívida total do Município é 0,17 vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos três últimos anos, apresentando-se ambos indicadores dentro dos limites legais. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não havendo qualquer outra intervenção, ao que parece à Mesa, Senhor Presidente da Câmara, dava-lhe a palavra.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, Senhor Presidente. Uma vez mais, boa tarde a todos. Pequenas notas breves. Senhor Deputado Ricardo Neves de Sousa, só fazer uma correção. Isto não são contas intercalares. Se fossem contas intercalares, estávamos aqui a aprová-las no final do mandato. E, portanto, isto é apenas um relatório sucinto, semestral, do Revisor Oficial de Contas, do primeiro semestre, tal

como manda a Lei. O Senhor Deputado falou aí na questão ter baixado o resultado líquido do exercício. Olhe, já recuperámos... que era negativo e agora é positivo. Mas nós temos aqui perfeitamente margem para isso. Sabemos bem o que é que quer dizer o resultado líquido do exercício que vai sendo flexível ao longo dos semestres, ao longo dos anos, e, portanto, naturalmente, é uma matéria que já recuperámos muito e há-de-se continuar a recuperar. E, portanto, sempre atentos a essa necessidade. Bom, no que diz respeito a algumas das questões aqui colocadas, falando nos números e do que contêm os números. As transferências e subsídios concedidos, que já aqui foi falado, do seu aumento, o que é que está incluído nesta rubrica? Estão as transferências para as Juntas de Freguesia, estão as transferências dos apoios às IPSS, aos Bombeiros Voluntários, às Associações Culturais, Desportivas, aos Sapadores Florestais. Está também nesta rubrica o apoio às famílias, os contratos de emprego de inserção, portanto, aquele apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional que o Município tem que pagar uma parte, também estão aqui incluídos. Os apoios sociais, naturalmente, e foram muito elevados, também estão aqui incluídos nesta rubrica. As mais diversas concessões de transportes, todos os apoios estão aqui incluídos também. E o mesmo é dizer o apoio a investimentos de terceiros, nomeadamente o órgão da Sé. Se bem se recordam, quem esteve atento, aprovámos uma proposta, numa das últimas, mas já foi há uns meses, reuniões de Câmara, no montante de 140 mil euros para o órgão da Sé, que está a ser conduzido o processo pela Direção Regional de Cultura do Centro, em estreita parceria, naturalmente, com o Município e com a nossa Diocese. E, no futuro, poderemos ter algumas novidades sobre esse ponto de vista. Mas por agora é extemporâneo falar daquilo que ainda não existe sob o ponto de vista palpável. Bom, no que diz respeito ao fornecimento e serviços externos aqui falados. O que é que consta desta rubrica, daquele aumento que já aqui foi falado? Bem se recordam que, aquando da aprovação do orçamento para 2023, eu bem referi o aumento colossal que nós iríamos ter, de várias despesas necessárias para manter o funcionamento dos nossos serviços, das nossas escolas nomeadamente. Eu acho que até falava em 3 milhões de euros de aumento. Pois bem, o que é que está incluído nesta rubrica? São os géneros alimentícios para as seis cantinas que o Município gere, os encargos com as instalações de gás, com a energia elétrica dos edifícios, com estes aumentos todos a que nós fomos sujeitos, o saneamento que nós temos que pagar, a iluminação pública. Está tudo

incluído nesta rubrica. A limpeza, higiene, incluindo a recolha e o tratamento dos resíduos sólidos urbanos, está tudo nesta rubrica. A conservação de bens, seja das viaturas, seja dos equipamentos das mais diversas infraestruturas, está tudo nesta rubrica. E, naturalmente, está aqui nesta rubrica também alguns dos eventos, como a Passagem de Ano, o Carnaval, os Santos Populares, a programação do TMG, da Biblioteca, enfim, do Museu. Para que não haja dúvidas, é isto que está incluído em cada uma destas rubricas, que nós bem fizemos essa previsão no ano transato, aquando da aprovação do orçamento, que iríamos ter, em algumas delas, um aumento de valores colossal. Infelizmente, é aquilo que está a acontecer, tendo em conta o mercado, a forma como se está a comportar nos valores de algumas destas matérias. Mas dizer também, tal como referi, estão aqui o apoio às IPSS, às associações. Esses investimentos que as IPSS, algumas delas, felizmente, já viram os seus projetos aprovados para fazer o reforço das suas valências sociais, e, naturalmente, os apoios que nós demos para o pagamento dos projetos de execução. E nós só pagamos quando as candidaturas estão feitas e os projetos estão, efetivamente, aprovados na Câmara da Guarda. É a única forma que nós temos para fazermos esse pagamento, para fazermos esse controlo. Depois, referir que, tal como aqui foi referido também, a questão das execuções da receita e da despesa, que a análise está feita em baixa. Isto deve-se, tão só e simplesmente, a um facto muito simples: fundos comunitários. Nós, no início do ano, tínhamos a esperança, a ambição de que o Centro 2020 arrancasse rapidamente. Já passaram nove meses e ainda não arrancou e duvido que arranque este ano, porque estamos a fechar ainda o Portugal 2020. E ao nível do PRR as coisas estão, efetivamente, muito atrasadas. E por isso, o reflexo que nós temos nas contas, são estas execuções em baixa, no que diz respeito aos fundos comunitários. Mas devo dizer também, no que diz respeito, e aqui falando das GOP's, das Grandes Opções do Plano, alguns dos montantes que nós tivemos que despende da nossa tesouraria, porque ainda não temos a aprovação desses fundos comunitários, concretamente e falando, o reforço que nós tivemos que fazer por força da segurança rodoviária na pedovia/ciclovía, esteve próximo de 1 milhão e meio de euros que nós tivemos que reforçar; na plataforma logística, próximo, a caminho de 1 milhão de euros que nós tivemos que despende, porque a escavação não estava prevista, a escavação dos lotes não estava prevista na empreitada inicial, tivemos que fazer um novo concurso público; os investimentos que nós tivemos

que fazer nos Passadiços do Mondego, que já ultrapassam 1 milhão de euros, seja com o miradouro do Mocho Real, dos caminhos de acesso com as casas de banho, enfim, com as comunicações, com os parques de estacionamento. Tudo aquilo que não estava previsto e nós tivemos que fazer e tivemos que pagar, naturalmente. Já para não falar no aumento de custos do pavilhão que está a ser feito nas Lameirinhas, quase que duplicou o custo da obra. E, neste momento, apesar das reprogramações que foram feitas, outras que estão a ser feitas, ainda não há luz ao fundo do túnel. São estas negociações intensas que nós estamos a fazer com os fundos comunitários. O mesmo é dizer nas obras adicionais tiveram que ser feitas nos Galegos, em Alfarazes, para que a obra pudesse ficar com a qualidade desejada. Já para não falar, também, no aumento brutal de custos na obra da Escola Secundária da Sé. Eu falava, de manhã, em 200 mil euros, mas já vamos a caminho dos 300 mil euros, tendo em conta outras indefinições que havia de projeto. E a obra tem que ficar bem feita, pelo menos esta fase e depois iremos à terceira fase. Mas já vamos a caminho dos 300 mil euros, de facto, nesta obra. E sem termos a luz ao fundo do túnel, no que diz respeito à aprovação dos fundos comunitários, ainda no Centro 2020. Mas as obras têm que ser feitas e as obras têm que ficar bem feitas e por isso é que nós tomámos a decisão de avançar com as mesmas. Enfim, em suma, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Digníssima Mesa, caro Executivo, este é o estado da arte de um Executivo que trabalha todos os dias para melhorar as condições de vida de cada uma e de cada um dos nossos cidadãos do nosso concelho. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Passávamos ao último ponto.” -----

**Ponto 2.6 - Informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Creio que levantou a primeira mão o Senhor Deputado Luciano Calheiros. Faça favor.” -----

- **Luciano Gomes, Deputado (PSD):** “Muito boa tarde. Ora bem, nós temos ouvido falar aqui muito em dinheiro, em necessidade do mesmo. O Senhor Presidente, há bocado,

falava na componente nacional das candidaturas, que é muito dinheiro, e as câmaras todas estão a fazer um esforço muito grande. Eu estava a analisar a informação do Senhor Presidente e vejo aqui, na Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, uma informação relativa a processos judiciais pendentes, que eu não sei concretamente o que é que isto é. Mas ao referir aqui as Águas do Zêzere e Côa, portanto, é um litígio que há aqui com a Câmara Municipal da Guarda, aqui uma condenação num valor superior a 5 milhões de euros. Eu presumo que isto tenha a ver com o fornecimento de água em alta, isto foi uma situação da altura do Governo Sócrates e Passos Coelho, portanto, suponho que isto venha de trás. Eu não sei qual é o valor da dívida acumulada que a Câmara tem. Se é isso, presumo que seja, não sei se estamos a pagar ou não estamos a pagar, se for isso. Não sei qual é o montante da dívida, não sei se há negociação ou não com a empresa. O que eu sei é que estas coisas do Tribunal, às vezes, servem para empurrar com a barriga para a frente, mas depois vêm os juro a seguir. E, portanto, Senhor Presidente, não sei se a Câmara está segura em termos jurídicos da sua pretensão, se tem razão ou não. Era bom que tivesse e era bom que esteja segura. Porque, caso contrário, vamos pagar uma fatura elevada. Mas gostava de saber se este é o total em dívida, porque, se forem 5 milhões, enfim... ou se há mais dinheiro, se devemos mais ou se, supostamente, a empresa reclama mais dinheiro da Câmara Municipal. Esta é a primeira questão. Segundo, da Divisão da Cultura, na página 25 da informação, fala da receção e depois do prémio Eduardo Lourenço, que foi, como sabeis, recentemente atribuído à escritora Lídia Jorge, na 19ª Edição. É um prémio distintivo, é um prémio de mérito, é um prémio com o qual todos concordamos, é marcante. Já foram várias pessoas, portanto, que ganharam este prémio. Todas elas são pessoas da cultura e da cidadania. Tudo muito bem. Só há uma questão, Senhor Presidente, que me faz alguma... tenho aqui alguma dúvida, que é o próprio valor do prémio. Nós estamos a falar de um prémio que eu colocaria ao nível do prémio Pessoa. Não vejo que o nosso concidadão, portanto, Eduardo Lourenço, seja menos importante que o Fernando Pessoa. Portanto, são duas figuras de vulto da cultura portuguesa, é um facto. Mas o prémio Pessoa tem um valor na ordem dos 60 mil euros. Eu não estou aqui a dizer que a Câmara, que o CEI, portanto, o Centro de Estudos Ibéricos devia pagar esse montante. O que eu acho é que devia haver aqui algum equilíbrio, porque 7 mil e 500 euros será um prémio para um jovem sair da faculdade. Um prémio de incentivo, um prémio de

motivação e não para figuras desta natureza. Portanto, estamos a falar de pessoas que podem concorrer a qualquer um dos prémios. Só que há aqui uma disparidade. Há aqui um valor de 60 mil euros e o nosso é de 7 mil e 500 euros. O Senhor Presidente da Câmara é o Presidente do CEI e, portanto, poderá também refletir sobre este assunto. Depois dizer-lhe que não vi nenhuma informação sobre o projeto de execução da requalificação urbana da via estruturante do Bonfim. Mas eu acho naturalmente positivo. O Bonfim precisa de ser requalificado, todos sabemos isso. Sabemos todos que há um estudo que está a decorrer da JCT no valor de 65 mil euros, creio eu. Mas nós temos que fazer outro estudo. Era desejável que se fizesse só um estudo para todas as vias estruturantes da cidade, porque todas elas precisam de intervenção. Não sendo assim, porque o Senhor Presidente vai dizer que é muito moroso, então que se comece a pensar noutros estudos já e noutros projetos, porque não podemos ficar só pela zona do Bonfim, porque a Guarda precisa de ser toda intervencionada. Quanto à Divisão do Planeamento, o PU do Cabroeiro, o Senhor Presidente já falou aqui hoje, eu parece-me que o processo está concluído, o processo de homologação de cartografia. E agora a questão é: qual é o tempo expectável, porque urge começar a tratar deste assunto, finalizar este dossier. É só, obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Peço desculpa, do PSD só o Senhor Deputado é que levantou o braço? Há pouco fiquei na dúvida se mais alguém... Não. Então, tem a palavra Senhor Deputado João Vaz. Faz favor.

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Boa tarde a todos, novamente. Senhor Presidente, li com atenção as informações que nos disponibilizou e houve um ponto que me chamou à atenção. Na sétima revisão do Regulamento dos CEI e dos CEI+, que está atualmente em vigor, no seu ponto 2.1, definição e âmbito, diz o seguinte, e vou ler para dizer pelas palavras corretas: “No quadro das medidas CEI e CEI+ é desenvolvido trabalho socialmente necessário que consiste na realização, por desempregados inscritos no IEFP, de atividades que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias.” E continua, “As atividades a desenvolver no âmbito dos projetos CEI e CEI+” e atenção, sublinho esta parte “As atividades a desenvolver no âmbito dos projetos CEI e CEI+ não podem consistir na ocupação de postos de trabalho.” logo nas páginas 3 e 4 da informação do Senhor Presidente, vemos que entre projetos iniciados e projetos a

aguardar deferimento, a Câmara Municipal tem quase sessenta novos contratos de emprego inserção ou contratos de emprego inserção mais. Há pouco, dizia que os contratos de emprego inserção eram parte da responsabilidade do aumento do valor de RH, realmente é preciso muito CEI para se fazer notar no orçamento da Câmara. Destes, há que dar nota que vinte e seis são direcionados à educação. Num só projeto, o projeto n.º 195, foram admitidos quinze beneficiários. Quinze beneficiários num só projeto. Senhor Presidente, antes de mais, dizer que o Partido Socialista fica muito contente por finalmente nos vir dar razão que as equipas nas nossas escolas precisam, de facto, de ser reforçadas. Mas pergunto-lhe, a admissão de vinte e seis beneficiários, em três meses, só na área da educação, dos quais quinze de uma vez só num só projeto, isto é uma necessidade temporária ou é a ocupação de um posto de trabalho? Ou, aliás, de vários? Já estou a imaginar os anúncios. Tu aí, cidadão da Guarda, tens gosto pelo trabalho com crianças? Tens experiência? A Câmara da Guarda arranja-te emprego. Só tens que estar disponível para trabalhar durante doze meses, pela fantástica quantia de 96 euros e 9 cêntimos mensais e habilitar-te a, no fim deste tempo, não ficares e teres que ir à procura de um contrato de trabalho a sério. A Câmara Municipal da Guarda deveria ser uma promotora de trabalho digno. Em vez disso, é uma promotora da perpetuação do desemprego, mascarado de trabalho precário, sem garantias contratuais e com um rendimento miserável. Senhor Deputado José Valbom, há pouco falava sobre valorizar os nossos trabalhadores. Pergunto-lhe se acha que isto é valorizar quem quer que seja.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma Senhora Deputada ou Senhor Deputado deseja intervir? Senhores Deputados. Não havendo mais nenhuma Senhora Deputada ou Senhor Deputado com a intenção de intervir, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, se desejar.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, Senhor Presidente. Ora, sobre os processos judiciais, Senhor Deputado Luciano Calheiros, se reparar, até lá está o montante das provisões para o contencioso com as Águas do Vale do Tejo. Um montante muito elevado nessas provisões. Bom, o estado da arte. Os municípios, e dando seguimento aos processos que estavam a decorrer, os municípios ganharam no Tribunal Arbitral. A empresa já recorreu uma vez. Perdeu. Já recorreu para as mais diversas

instâncias, não interessa agora explicar o meandro da situação. Recorreu segunda vez, perdeu. E, agora, recorreu mais duas vezes e continuamos à espera de ver acontecer a transição em julgado, em definitivo, desta sentença do Tribunal Arbitral. Sobre montantes, eu não vou falar sobre montantes, sobre o valor, sobre milhões ou tostões. Não vou falar nunca, publicamente, sobre essa matéria. É extemporâneo, é contraproducente falar, tal como defendo, há vários anos, em público, sobre esses montantes. Sob pena de alguém usar esta gravação e ser usada, não é contra o Sérgio Costa, mas é contra o Presidente e contra o Município da Guarda, num qualquer processo em tribunal. Porque essas matérias são tratadas nos órgãos e nos locais certos e adequados. E este processo está a ser acompanhado no Tribunal Arbitral por um consultor jurídico, em nome de todas as Câmaras da região. Já o faz há muitos anos, não é alguns, já vão sendo muitos anos. E, portanto, já houve reuniões com a Tutela. Já foi pedido, mais do que uma vez, o início do processo negocial para podermos chegar a entendimento. Bom, mas até agora ainda não foi possível fazer esse entendimento, essas negociações, irmos para a mesa e discutir os números, os milhões ou os tostões. Negociarmos tudo, vamos para cima da mesa. Até agora, ainda não foi possível. E, portanto, veremos, nos próximos tempos, a evolução de todo este processo. A Câmara Municipal da Guarda cumpre religiosamente as suas obrigações. Desde Janeiro de 2018 que estão a ser pagas todas as faturas do abastecimento de água e no que diz respeito à decisão tomada à época, e que nós demos continuidade, que foi pagar 80% das faturas do saneamento, porque é um dos motivos do litígio pelo qual foi constituído esse Tribunal Arbitral. E, portanto, é assim que vamos, continuamente, cumprindo as nossas obrigações. Depois, no que diz respeito ao prémio Eduardo Lourenço, olhe, repare. Na última entrega, na última avaliação, na última decisão, na passada semana, até se gerou uma discussão muito saudável dentro do júri, para se poder refundar, de alguma forma, o prémio Eduardo Lourenço. Muito interessante. Veremos o futuro o que dirá sobre essa matéria. Não quero entrar em pormenores, porque o que é ali falado é ali que fica. Mas houve uma discussão muito interessante, com muita elevação. Não foi sobre os montantes, não. Não foi sobre os montantes porque, até agora, ninguém pôs em causa os montantes. Não pôs. Porque, de facto, o prémio Eduardo Lourenço, que já vai na sua 19ª Edição, se não me falha a memória, de facto é um prémio já com muito prestígio nacional e internacional. E por isso veremos o que é que o futuro nos dirá sob este ponto

de vista e aquilo que o júri e que a direção do Centro de Estudos Ibéricos poderá tomar sobre essa matéria. No que diz respeito ao projeto de execução das vias do Bonfim, o Senhor Deputado refere, e bem: então, e o resto da cidade? Senhor Deputado, nós estamos a fazer os projetos. Este projeto é caro, porque estamos a falar da Rua Mestre de Avis, da Rua Afonso de Albuquerque, a outra rua que sobe, eu confundo sempre o nome, que é a rua que vai da Central de Camionagem até ao Hotel Turismo. Estamos a falar neste oval, neste anel, com o início das ligações a cada uma das ruas adjacentes. Veja só, sabe qual é que é a previsão (e eu até cá, quase) a previsão de custos para reabilitar estas vias? Usando a calçada, a calçada ficará. Porque é uma calçada que tem mais de setenta anos. Não é que seja histórica, não. Mas, de facto, é uma solução para abrandar também o trânsito. Porque é bom dizer que aquelas ruas foram executadas há mais de setenta anos daquela forma e aquelas infraestruturas, e permanecem. Mas é preciso substituir tudo aquilo que está enterrado: água, saneamento, abastecimento de água, águas residuais, águas pluviais, gás, energia elétrica, seja a iluminação pública, seja as baixadas privadas, o gás, enfim, tudo isso. Estamos a falar num montante... a primeira previsão e eu espero que essa previsão caia em termos de valores, 4 milhões de euros. 4 milhões de euros a preços atuais. É claro que os estudos, às vezes, os estudos, como são feitos estudos prévios, são feitas assim umas contas gerais. Agora vamos, digamos, ao particular, e esperemos que o valor venha a ser reduzido. Ao mesmo tempo que nós estamos continuamente a fazer projetos. Os técnicos desta casa estão sempre ocupados a fazer projetos. Ou a fazer projetos ou a fazer fiscalização de obras, porque nós, se temos cá os técnicos, uns farão uma coisa e quando não temos capacidade, em termos de número de recursos humanos, instalada, recorreremos fora. Isso fá-lo-emos sempre. E nesta negociação dos fundos comunitários temos que estar absolutamente preparados para o futuro, para 2030. Porque 2030 é já amanhã e como nós não temos projetos nas gavetas, temos que ter os projetos nas gavetas para que sempre que surgem estes fundos, naturalmente temos que ter a ambição de executar e candidatar esses bons projetos. No Plano de Urbanização do Cabroeiro, já falei de manhã sobre a reunião da concertação que irá desenvolver-se no próximo mês, seja no Plano de Urbanização do Cabroeiro, seja no Plano de Pormenor da Plataforma Logística, onde vamos aumentar cerca de cinquenta a sessenta lotes, é essa a nossa pretensão, dentro do mesmo espaço da Plataforma Logística, ao mesmo tempo que estamos a terminar a

terceira fase, estamos já a planear a quarta fase sem adquirimos qualquer terreno na Plataforma Logística. Simplesmente gerindo o ordenamento no seu interior. É esse trabalho que está continuamente a ser feito em relação a essa matéria também. Senhor Deputado João Vaz, há uma coisa que eu lhe peço. Independentemente da forma das intervenções, respeitemos as pessoas. Em primeiro lugar, é isso que eu peço. Respeitemos as pessoas e respeitemos todas e todos os cidadãos que estão a colaborar, seja com o Município da Guarda, seja com as Juntas de Freguesia, seja com outras instituições, no que diz respeito aos programas CEI e CEI+. Respeito, em primeiro lugar, pelas pessoas. Nós naturalmente que continuamos a fazer as candidaturas, sempre que necessário. Porque ajudamos as pessoas e as pessoas ajudam o Município. Porque enquanto decorrem os concursos que estão atrasados, os concursos, devo dizê-lo, estão atrasados, naturalmente. O mês de Verão praticamente não andou nada, tendo em conta as férias, ora de um membro do júri, ora de outro membro do júri. E, portanto, com esse trabalho que está paulatinamente a ser recuperado e esperemos que este valor, este número de recursos humanos tendencialmente possa diminuir para zero e recorrermos apenas se e quando houver essa necessidade, nomeadamente dos rácios. E falando dos rácios na descentralização de competências na área da educação, nós estamos proibidos pelo Estado central de ultrapassar os rácios nos dois Agrupamentos, nas Escolas Secundárias essencialmente e nas Básicas, 2º e 3º Ciclo, enfim, as escolas que foram descentralizadas, porque os funcionários transitaram para o Quadro de Pessoal do município. Porque, se nós aumentamos os rácios, o Ministério não paga. A DGAL não paga. São as Câmaras Municipais que têm que pagar. Ora, se num Agrupamento os rácios estão acima da média, estão claramente acima num dos Agrupamentos, no outro Agrupamento o rácio está abaixo e devemos também colmatar um pouco esta necessidade, recorrendo a esta figura. E esperemos que, num futuro breve, da forma que eu referi, possa ser ultrapassada. Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Antes de... Senhor Deputado, defenda lá a honra. Ó Senhores Deputados, peço que não se ausentem ainda porque precisamos de fazer uma votação. E agora ouçam até ao fim, por favor.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, o trabalho das pessoas que estão inseridas em contrato de emprego inserção, não tenho dúvidas nenhuma, e isso não foi posto em causa, que é extremamente valioso. E eu desafio o Senhor Presidente a dizer-me onde é que eu desrespeitei essas pessoas. O que eu acho que é desrespeitoso é dizer ao IEFP que precisamos, de uma vez, pagar a quinze pessoas, 96 euros e 9 cêntimos por mês. Isso é que é um desrespeito pelas pessoas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, já lhe dou a palavra. Senhores Deputados, não de me apresentar aqui uma sentença judicial, até hoje, em que, por discussões políticas na Assembleia da República e nalguma Assembleia Municipal, algum Senhor Deputado tenha sido condenado por isso. Entende-se, e os tribunais têm dito isso, e aí há um ilustre advogado do vosso partido, que diz que efetivamente esta troca de palavras, não é ofensivo em termos criminais. Agora, se estamos aqui, eu também sou um vidrinho porque há bocado me atacaram, não saímos disto. Senhor Presidente, tem a palavra. Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, é só para referir...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não. Não há mais. Peço desculpa, eu não ofendi ninguém. Eu não ofendi ninguém. É defender a honra também. Foi o que me pediu. O senhor Presidente, peço-lhe desculpa, o Senhor Presidente Câmara virou-se para trás e disse: preciso defender a minha honra. Tem o mesmo direito de qualquer Senhor Deputado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, não considere, por favor, conforme eu referi, defesa da honra, mas uma interpelação. Senhor Presidente, perante aquilo que nós acabámos de ouvir, a partir de agora, se o senhor entender seguirmos por este caminho, sempre que o nome do Presidente da Câmara ou de cada uma das Senhoras Vereadoras ou dos Funcionários desta casa ou do Senhores Deputados ou dos Senhores Juntas de Freguesia, mas eu tomo as minhas dores, for beliscado naquilo que for a mais pequena coisa, eu vou exigir a defesa da minha honra. E depois vamos ver de que forma é que estas Assembleias Municipais vão acabar nos próximos anos. Muito obrigado.” -----

